

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

- 2025 -



Eficiência, humanização
e inovação

TJPE



MESA DIRETORA (BIÊNIO 2024-2026)

Presidente: Ricardo de Oliveira Paes Barreto

1º Vice-Presidente: Fausto de Castro Campos

2º Vice-Presidente: Eduardo Gonçalves Sertório Canto

Corregedor Geral: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello

TRIBUNAL PLENO:

Frederico Ricardo de Almeida Neves
Adalberto de Oliveira Melo
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Alberto Nogueira Virgínio
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
Antenor Cardoso Soares Júnior
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Mauro Alencar de Barros
Fausto de Castro Campos
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
José Ivo de Paula Guimarães
Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de Lima Filho
Jorge Américo Pereira de Lira
Erik de Sousa Dantas Simões
Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
André Oliveira da Silva Guimarães
Itamar Pereira da Silva Júnior
Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Eudes dos Prazeres França
Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Waldemir Tavares de Albuquerque Filho

José Viana Ulisses Filho
Sílvio Neves Baptista Filho
Demócrito Ramos Reinaldo Filho
Évio Marques da Silva
Honório Gomes do Rego Filho
Ruy Trezena Patu Junior
Isaías Andrade Lins Neto
Paulo Romero de Sá Araújo
Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
Eduardo Guilliod Maranhão
Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
Paulo Augusto de Freitas Oliveira
Alexandre Freire Pimentel
Luciano de Castro Campos
Valéria Bezerra Pereira Wanderley
Paulo Roberto Alves da Silva
André Vicente Pires Rosa
José Severino Barbosa
Virgínio Marques Carneiro Leão
Airtton Mozart Valadares Vieira Pires
Marcelo Russell Wanderley
Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti
Andrea Epaminondas Tenório de Brito
Élio Braz Mendes
Marcos Antônio Matos de Carvalho
Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Djalma Andrelino Nogueira Júnior
Carlos Gil Rodrigues Filho

Sumário

Apresentação	4
Identificação Institucional	4
Estrutura Organizacional	5
Contexto de atuação	5
1. Planejamento, Objetivos e Indicadores	8
2. Programas, Projetos, Ações e Atividades Desenvolvidas	11
3. Resultados Alcançados do Planejamento Estratégico	86
4. Informações Orçamentárias e Financeiras	94
5. Governança	95
5.1. Governança, gestão de riscos e controles internos — SAD	96
5.2. Governança, gestão de riscos e controles internos — SETIC	98
5.3. Governança, gestão de riscos e controles internos — SAI	99
5.4. Transparência	100

Apresentação

Identificação Institucional

O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), criado há 204 anos, em 6 de fevereiro de 1821, é o órgão máximo do Poder Judiciário estadual, e exerce a jurisdição sobre todo o território estadual, inclusive o arquipélago de Fernando de Noronha. Sua atribuição principal é garantir a aplicação das leis, julgando processos e resolvendo conflitos, com exceção daqueles de competência da Justiça Federal ou especializada.

Suas funções são divididas entre as áreas administrativa e de julgamento. Nesta última, a atuação do TJPE ocorre tanto por meio de colegiados específicos - a exemplo do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura, Vice-presidência, Corregedoria Geral de Justiça, Câmaras de Direito Cível, Criminal, da Fazenda Pública, e Câmara Regional – como também por diferentes órgãos judiciais de 1º grau – a exemplo das varas, juizados, tribunais do júri, centros judiciários de solução de conflitos e cidadania - que atuam para assegurar a prestação jurisdicional. Ademais, possui competência para processar e julgar determinadas autoridades públicas e para analisar recursos e ações específicas previstas em lei.

A identidade institucional e o direcionamento do TJPE fundamentam-se no tripé estratégico estabelecido em seu Plano Estratégico (2021-2026):

- **Missão:** Fazer Justiça
- **Visão:** Em 2026, ser reconhecido pela sociedade como uma justiça célere e efetiva
- **Valores Principais:** Acessibilidade, Inovação, Ética, Transparência, Responsabilidade (social, econômica e ambiental), Probidade Administrativa, Celeridade, Eficiência, Integridade, Credibilidade e Imparcialidade.

A atuação do TJPE também é pautada pelas diretrizes nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o que é assegurado por meio da simetria quanto às metas e aos macrodesafios estratégicos que são estipulados pelo CNJ. Além disso, a instituição é orientada ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

Com uma gestão orientada por dados, utiliza-se de órgãos permanentes como a Governança de Dados e a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica para o assessoramento estratégico à alta gestão com base em evidências.

Mantém a padronização gráfica para documentos, selos oficiais e marcas da instituição, todos regulados por meio de Manuais de Identidade Visual próprios de cada biênio de gestão.

Estrutura Organizacional

Organograma: [acesse aqui](#)

1º Grau:

Comarcas e Varas: [acesse aqui](#)

2º Grau:

Mesa Diretora: [acesse aqui](#)

Tribunal Pleno: [acesse aqui](#)

Órgão Especial: [acesse aqui](#)

Conselho da Magistratura: [acesse aqui](#)

Seção, Grupo de Câmaras e Câmaras Cíveis: [acesse aqui](#)

Seção e Câmaras Criminais: [acesse aqui](#)

Seção e Câmaras de Direito Público: [acesse aqui](#)

Câmara Regional de Caruaru: [acesse aqui](#)

Veja também:

Magistrados e Ocupantes de Cargos de Gestão: [acesse aqui](#)

Contexto de atuação

No intuito de aproximar ainda mais o Poder Judiciário das pessoas e instituições, em 2025 o TJPE encurtou o caminho do diálogo em todo o Estado. Foram estabelecidas e reforçadas pontes com Governo do Estado, Assembleia Legislativa e sistema de Justiça, formado por Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia pública e privada. Prefeituras, Forças Armadas, empresas públicas e privadas, setor produtivo, entidades de classe, representação de trabalhadores, representações diplomáticas, clubes de futebol, instituições religiosas, entidades da sociedade civil de modo geral.

O **compromisso institucional** sempre foi claro: **o povo do Estado seria a prioridade das prioridades**. Por isso, o TJPE esteve presente em todos os grandes eventos, levando cidadania através dos Juizados Especiais. Fez-se presente no Carnaval, nas férias de verão, nas festas juninas, nos estádios de futebol. O Juizado do Inverno foi ampliado e chegou ao “Festival Pernambuco Meu País”. Também estendeu sua presença com o Juizado do Idoso e o Juizado dos Animais e Meio Ambiente – o Juizado Pet –, reforçando a atuação onde a sociedade mais precisa.

Considerando o **cenário econômico atual**, a atuação do TJPE foi orientada pela **austeridade financeira** e busca pela **redução de gastos correntes** para que fosse possível investir na atividade-fim.

Em 2025, o TJPE teve uma atuação que se destaca por algumas frentes principais: proteção à mulher e enfrentamento à violência doméstica, com iniciativas tecnológicas e estruturais voltadas ao atendimento de vítimas; modernização tecnológica da prestação jurisdicional, com digitalização de processos, uso de inteligência artificial e expansão dos serviços digitais ao cidadão e à advocacia; sustentabilidade ambiental, com energia limpa e renovação da frota; humanização da infraestrutura física, por meio de reformas e melhorias em unidades judiciais em todo o estado; valorização de pessoas, com abertura de concursos, ampliação do quadro e fortalecimento de políticas de benefícios; e promoção da equidade de gênero e de políticas raciais no âmbito interno e institucional. Em cada frente, o TJPE reafirmou seu **compromisso de ser uma Justiça próxima, ágil, transparente e inclusiva**.

Nesse 5º ano do Plano Estratégico vigente, projetos importantes foram concluídos, resultando no encerramento definitivo da tramitação de autos físicos, em papel, contando, atualmente, com 100% dos processos em tramitação de forma eletrônica no PJe, bem como o aperfeiçoamento do Portal da Transparência, assegurando a conformidade das informações, publicações e serviços divulgados nesta indispensável ferramenta de controle social com os requisitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Outros avanços a destacar:

- **Redução de gastos correntes** ao final da gestão, em especial com aluguel de prédios (R\$ 3 milhões) e energia elétrica (R\$ 3,2 milhões), para investimentos na atividade fim. (Relatório)
- **Consolidação da Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º Grau (CENJUD)**. O modelo reduziu, até dezembro de 2025, o acervo processual em 13%, diminuiu em 34% o índice de processos paralisados há mais de 100 dias e encurtou o prazo médio de cumprimento dos atos cartorários de 119 para 44 dias.
- **Transformação em terceira entrância das comarcas onde ocorrem eleições em dois turnos**: Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Caruaru e Petrolina, constituindo um avanço histórico de fortalecimento da estrutura judiciária e valorizando a carreira da magistratura.
- O aplicativo **TJPE+** (disponível na App Store e Google Play) implementou diversas inovações ao longo de 2025 para agilizar a rotina de advogados e aproximar o Judiciário da população. As principais funcionalidades lançadas incluem:

Para a Advocacia (Março de 2025)

- Agilização de Alvarás: Ferramenta dedicada a acelerar a liberação e emissão de alvarás judiciais.
- Habilitação e Conclusão: Recursos para peticionar habilitação em processos e solicitar conclusão dos autos diretamente pelo celular.

Mediação Pré-Processual (Junho de 2025)

- Atendimento Direto com Empresas: Lançamento de um canal piloto para resolução de conflitos diretamente com equipes jurídicas de empresas parceiras, iniciando com a operadora Claro, sem necessidade de abertura de processo formal.

Acesso à Justiça e Cidadania (Julho de 2025)

- Medida Protetiva Eletrônica: Permite que vítimas de violência doméstica solicitem Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) de forma remota, integrando sistemas do Judiciário para acelerar as decisões em até 48 horas.

Rede de Proteção (Dezembro de 2025)

- Funcionalidade "Alerta Mulher": Ferramenta integrada de proteção contra violência de gênero. Permite à vítima cadastrar uma rede ilimitada de contatos de confiança para envio de notificações de emergência via WhatsApp com a localização exata, de forma totalmente oculta para o agressor.
- A **inteligência artificial MAIA** passou a apoiar a elaboração de Relatórios e votos sob supervisão humana.
- Celebração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de uma **operação de crédito** para ampliar a jornada digital, automatizar processos e investir em segurança da informação.
- Pauta de **Sustentabilidade**: Início do uso de energia solar, implantação da frota de veículos elétricos e conquista do Prêmio Juízo Verde 2025, categoria Desempenho.
- Programa **Moradia Legal**: Até dezembro de 2025, entregou cerca de 45.000 mil títulos de propriedade.

Em 2025, houve também um contínuo **investimento em tecnologia e inovação**, execução de **concursos públicos** para magistratura, servidores e cartórios, **capacitação** do seu material humano e **melhorias nos prédios físicos e no atendimento à população**.

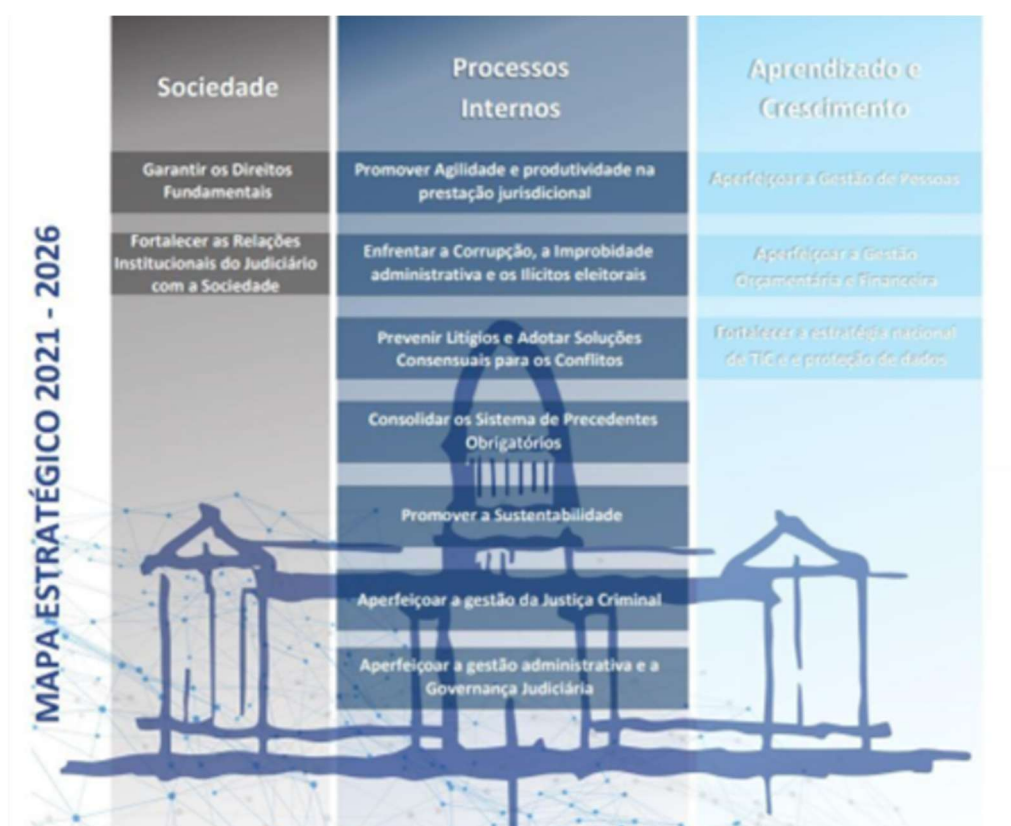
1. Planejamento, Objetivos e Indicadores

A construção do Plano Estratégico do Poder Judiciário Estadual de Pernambuco para o período de 2021 a 2026 foi realizada envolvendo magistrados e servidores da área fim e área meio, além de membros da sociedade civil, que contribuíram com propostas de iniciativas estratégicas para ajudar a superar os principais desafios do judiciário estadual.

Foram critérios para construção do plano:

- o alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, num horizonte de seis anos, 2021 a 2026;
- o conteúdo temático dos Macrodesafios, indicadores de desempenho e das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020 do CNJ;
- as Metas Nacionais e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

O Plano contempla, ainda, a Missão, Visão e Atributos de Valor da organização, bem como as necessidades institucionais atuais e futuras vislumbradas à época de sua construção por todos os envolvidos, conforme Mapa da Estratégia abaixo:



Em 2025, diante da necessidade de adequar as iniciativas, indicadores e metas do Plano Estratégico às novas necessidades da sociedade, após 4 (quatro) anos do início de sua execução, foi promovida uma revisão do referido documento, sobretudo nos aspectos relacionados à área administrativa, com o fito de incluir, em especial, a temática da participação feminina no Judiciário.

Após a revisão, foram incluídos no Plano 1 novo objetivo, 1 novo indicador e 8 novas iniciativas, passando a ter os seguintes componentes:

Perspectiva	Macrodesafio	Indicador
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	IAJ – Índice de Acesso a Justiça
	Fortalecimento das Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário
		Índice de Transparência
Processos Internos	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Meta 1
		Meta 2
		Taxa de congestionamento das execuções fiscais
		TCL – taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais
		IAD – índice de atendimento à demanda
		Tempo de tramitação dos processos pendentes 9íquidos (dias)
		Índice de prescrição
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	TpCpICE – tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais
		Índice de processos administrativos disciplinares baixados
		Índice de conciliação
	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos	Índice de realização de audiências nos CEJUSCs
		Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese
	Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios	TM entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR
		TM entre afetação/admissão e publicação do acórdão no IAC.
		Índice de desempenho de sustentabilidade – IDS
	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal	Taxa de encarceramento
		TpCpCCrim – tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento (dias)
		TpDecPen – tempo médio das decisões em execução penal

Perspectiva	Macrodesafio	Indicador
		TpPrisProv – tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos “governança” e “dados e tecnologia”
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Índice de absenteísmo-doença
		PRQV – percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
		ICapM - Índice de capacitação de magistrados
		ICapS - Índice de capacitação de servidores
	Fortalecer as Políticas Institucionais voltadas à participação feminina	IPartFemJud - Índice de Participação Feminina no Judiciário
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	IDob - Índice de dotações para Despesas obrigatórias
		IEDD - Índice de execução das dotações para despesas discricionárias
		IEP - Índice de execução das dotações para projetos
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	IgovTIC-jud
		ICele - Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total

2. Programas, Projetos, Ações e Atividades Desenvolvidas

OBJETIVO ESTRATÉGICO: GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DE FAMÍLIA

Família Cidadã

Descrição:

Promover o reconhecimento de paternidade, regularização do registro civil e conscientização sobre corresponsabilidade parental, prevenindo conflitos familiares e reduzindo judicialização.

Resultados:

- 504 atendimentos, divididos entre orientação jurídica, serviços cartorários e exames de DNA.

Conversas em Família

Descrição:

Proporciona espaços coletivos de escuta e diálogo sobre os desafios e possibilidades da parentalidade, estimulando a construção de estratégias saudáveis de vínculo, comunicação e corresponsabilidade parental, com vistas ao fortalecimento das relações familiares.

Resultados:

- Realização de 7 ações do projeto, com encontros temáticos voltados à parentalidade, comunicação e dinâmicas familiares;
- Abrangência na Capital e no interior do Estado;
- Ampla participação dos usuários;
- Avaliação positiva quanto à relevância, acolhimento e aplicabilidade dos conteúdos abordados;
- O projeto é reconhecido institucionalmente pela avaliação positiva dos participantes e da gerência administrativa dos colaboradores terceirizados, bem como pela demanda contínua por novas edições, evidenciando sua relevância como ação preventiva, educativa e promotora de vínculos familiares, com potencial de redução da judicialização de conflitos.

Reconectar: construindo novos capítulos familiares

Descrição:

É uma iniciativa voltada à aplicação da Justiça Restaurativa nas Varas de Família, com o objetivo de promover a cultura da paz, o diálogo qualificado, a escuta ativa e a reconstrução dos vínculos familiares, contribuindo para a resolução pacífica dos conflitos, a humanização do atendimento judicial e a prevenção da judicialização excessiva. Foi executado, em caráter piloto, no período de 30 de setembro de 2025 a 10 de novembro de 2025.

Resultados:

- Resultados quantitativos: dos 10 processos enviados para sessões restaurativas, foram realizados 2 pré-círculos restaurativos e 1 círculo de conflito. O círculo realizado não resultou em acordo formal, o que é compatível com a natureza experimental da fase piloto e com a complexidade dos conflitos familiares trabalhados.
- Resultados qualitativos: ainda que sem acordo, o projeto proporcionou escuta qualificada, redução da tensão relacional e ampliação da compreensão do conflito pelas partes.

PROJETOS/INICIATIVAS DA CENJUD - CENTRAL JUDICIÁRIA DE PROCESSAMENTO REMOTO DO 1º GRAU

Implantação da Central de Atendimento Processual do 1º Grau - CAP1G

Descrição:

A Central de Atendimento é um serviço voltado ao atendimento de procuradores, partes e interessados por meio de telefone e chat, acerca dos processos que tramitam nas Diretorias de Processamento Remoto do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Com o objetivo de melhorar o serviço prestado pelo Poder Judiciário, com um atendimento ágil, eficiente e instantâneo.

São atendidos advogados e partes quanto aos processos que tramitem em todas as unidades judiciárias vinculadas às Diretorias e Processamento Remoto do 1º Grau.

Resultados:

De 24/mayo de 2024 a 03/fevereiro de 2025:

- SCGA: 32.262 registros no Sistema de Controle e Gestão do Acervo;
- LIGAÇÕES TELEFÔNICAS: 31.833 chamadas recebidas;
- Chat MIBEW iniciado em 17/09/24: 13.086 atendimentos.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DA MULHER

Recomeçar

Descrição:

É uma atuação conjunta da Coordenadoria da Mulher, da Coordenadoria da Infância e Juventude, da Gerência/Vara de Penas Alternativas, da Secretaria Executiva de Ressocialização/SERES, da Fundação de Atendimento Socioeducativo/FUNASE e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE. Se justifica no sentido de dar efetividade a ações, projetos e programas cuja intersecção favoreça as mulheres e adolescentes em situação de prisão, considerando, no caso, quando se tratar da política institucional de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Neste sentido, contribuir para que mulheres e adolescentes privadas de liberdade tenham acesso a uma formação cidadã são objetivos que coadunam

com essa agenda ampliada de direitos humanos, pois que isto pode repercutir não apenas na sua vivência na unidade, mas para além do seu período de internação.

Objetivo Geral: Promover ações que visam a ressocialização, com orientações que humanizam o cumprimento das penas para mulheres em privação de liberdade; Cumprimento da Resolução CNJ Nº 252/2018, que estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências.

Específicos: Colaborar para a garantia do acesso a bens de uso pessoal voltados aos cuidados de saúde e higiene; Contribuir com o diagnóstico e construção de ações interseccionais das políticas de atendimento à mulher e à infância e adolescência; Implementar ações, projetos e programas voltados à educação profissional/complementar e formação cidadã de meninas e mulheres em privação de liberdade.

Resultados:

- Realização de 02 palestras sobre violência contra a Mulher com as famílias dos jovens da FUNASE – sobre violência contra a mulher;
- Realização de 06 palestras com os Jovens da FUNASE com privação de Liberdade sobre violência contra a Mulher;
- Visita ao presídio de Buíque para sensibilização sobre ação a ser realizada na XIX Pré- Jornada Maria da Penha • Agilização de demandas estruturais do presídio feminino. • Agilização dos processos das mulheres gestantes. • Ensaio fotográfico para as mulheres detentas gestantes, com produção de álbum individualizado para cada gestante e posteriormente exposição em formato de pôster na ESMAPE na ocasião da XIX Jornada Maria da Penha.

Por Elas e para Elas

Descrição:

O Programa “Por Elas e Para Elas”, instituído pela Resolução TJPE nº 13/2024 e vinculado à Coordenadoria Estadual da Mulher e à Comissão de Segurança e Integridade da Magistratura do TJPE, tem por objetivo estabelecer políticas, diretrizes e ações que contribuam para a implementação do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar praticada contra magistradas e servidoras do Tribunal de Justiça de Pernambuco (o termo “servidoras” deve ser aplicado em seu sentido amplo, a fim de abranger as estagiárias, terceirizadas, comissionadas e demais colaboradoras).

Resultados:

- Protocolo de Comunicação: Divulgação da Campanha publicitária para atendimento a servidoras em situação de violência doméstica, em especial:
 - Canais da intranet;
 - Fixação de cartazes nos fóruns e elevadores;
 - Matérias de divulgação das ações.
- Protocolo de Atendimento: Atendimento e Acolhimento das servidoras de demanda espontânea na Coordenadoria da Mulher (02 servidoras);
- Protocolo de Capacitação: Realização de evento formativo e informativo Cine com Elas.

Dia 14/03 – Participação de 60 servidoras das empresas terceirizadas do Fórum de Jaboatão;

Dia 27/11 – Participação de 35 servidoras das terceirizadas do TJPE dos Fóruns: (Thomaz de Aquino, Palácio da Justiça e Paula Baptista).

Mãos Empenhadas Contra a Violência

Descrição:

É uma iniciativa da Coordenadoria da Mulher do TJMS, lançada em 2017, visando ofertar orientação às mulheres, por meio dos profissionais da beleza e estética que atuam em salões. Nasceu da percepção de que várias mulheres mostram sinais ou mesmo revelam estar inseridas em contextos de violência nas suas relações íntimas de afeto. Diante do sucesso relatado pelo TJMS, a Coordenadoria da Mulher de Pernambuco em 2019, optou por replicar o projeto, adequando-o à realidade e aos parceiros locais. Formalizou a parceria com o Instituto Maria da Penha, com o Sindicato dos Empregadores de Salão de Beleza do Estado de Pernambuco. Os profissionais recebem orientação para escuta e encaminhamento das mulheres aos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, para que possam contribuir no exercício habitual de suas atividades profissionais, para a redução da violência contra a mulher.

Resultados:

- Participação na feira Outlet da Beleza no dia 25/11/2025 com distribuição de materiais e divulgação do projeto;
- Certificação do Selo em estabelecimentos que aderiram ao projeto.

Boyzinho de Respeito: saúde mental, cuidado e proteção às mulheres

Descrição:

Promoção de debates sobre masculinidade saudável, inteligência emocional e prevenção da violência contra meninas e mulheres, com conteúdos disponíveis gratuitamente no aplicativo da New School (curso em formato de trilha online).

Resultados:

- Envolveu mais de 8 mil estudantes;
- Alcançou 38 escolas estaduais distribuídas em 08 cidades: Recife, Timbaúba, Caruaru, Bezerros, Bonito, Carpina, Vitória de Santo Antão e Olinda;
- 150 mil pessoas impactadas pelas ações de comunicação e conteúdo;
- Dez escolas estaduais e seus respectivos gestores, receberam certificados de destaque pelos índices de inscritos, formados e engajamento;
- Os jovens reeducandos das Funases : Caruaru, Vitória de Santo Antão, Jaboatão dos Guararapes também foram apresentados ao curso “ Boyzinho de Respeito” e, inclusive, concorreram a premiações os mais bem colocados na conclusão do curso;
- Com forte diversidade: 67% pretos e pardos, 33% brancos e amarelos; 52% mulheres e 48% homens;
- Faixa etária 17 a 18 anos Ensino Médio;

- 2.700 estudantes se inscreveram, 365 concluíram a trilha; 0
- 9 cursos realizados em média na plataforma New School.

Reconstruir

Descrição:

Execução de Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – GRHAV, em Recife; Participação na Semana da Justiça Pela Paz em Casa, nos meses de março, agosto e novembro (TJPE/CNJ); Ações informativas na Campanha do Laço Branco, mês de novembro; Articulações com instituições, a fim de firmar convênios para a implementação/ expansão dos GRHAVs em Pernambuco; Qualificação e supervisão dos GRHAVs ativos no Estado de Pernambuco

Resultados:

- Curso de Formação de Facilitadores em GRHAV do Programa Reconstruir - Esmape – Presencial e on line com equipes técnicas executoras e que desejam implementar os GRAVs;
- Realização de 04 turmas de grupos reflexivos em Recife Estruturação de núcleo gestor do programa com equipe multiprofissional;
- Realização de ações preventivas durante a campanha do Laço Branco – Homens pelo fim da Violência contra a Mulher Curso de Formação de Facilitadores em GRHAV do Programa Reconstruir - Esmape – Presencial e on line com equipes técnicas executoras e que desejam implementar os GRAVs;
- Realização de 04 turmas de grupos reflexivos em Recife Estruturação de núcleo gestor do programa com equipe multiprofissional. Realização de ações preventivas durante a campanha do Laço Branco – Homens pelo fim da Violência contra a Mulher.

PROJETOS/INICIATIVAS DO IDEIAS - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES APLICADAS

Alerta Mulher

Descrição:

É uma funcionalidade do aplicativo TJPE+, lançada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, na Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), para oferecer apoio rápido, seguro e discreto a mulheres em risco iminente de violência. A usuária se cadastra no app e define uma rede de contatos de confiança; ao acionar “Emergência”, esses contatos recebem automaticamente uma notificação no WhatsApp com orientação para acionar a polícia e a localização em tempo real da vítima (os contatos não precisam ter o TJPE+, apenas WhatsApp).

Resultados:

- Desenvolvimento de uma funcionalidade no aplicativo TJPE+ voltada ao combate à violência contra a mulher em Pernambuco.

PROJETOS/INICIATIVAS DO GMF - GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Política do Poder Judiciário para pessoas Egressas do Sistema Prisional

Descrição:

Implementar diretrizes e procedimentos previstos na Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, instituída pela Resolução CNJ nº 307/2019, e que tem o Escritório Social como estratégia central. O projeto pretende atuar na expansão, interiorização e qualificação desses equipamentos, e promover, por meio do diálogo entre Poder Judiciário e demais instituições, o acesso a serviços de referência e políticas públicas sociais diversas de saúde, educação, qualificação profissional, trabalho etc.

Resultados:

- Implantação de Escritório Social em Caruaru e em Olinda, fruto da parceria entre TJPE, CNJ, universidades e prefeituras municipais;
- Ao longo de 2025, o GMF manteve ações voltadas ao fortalecimento da política destinada às pessoas egressas do sistema prisional, reconhecendo a relevância dessa frente para redução de reincidência, reinserção social e articulação com a rede de proteção. As iniciativas contribuíram para ampliar a organização institucional e apoiar medidas que incentivam acesso a oportunidades e serviços essenciais no pós-cárcere;
- Nesse sentido, foram realizadas reuniões bilaterais no decorrer do ano com o Patronato Penitenciário e equipe gestora da política para pessoas egressas do sistema prisional, da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado. As reuniões versaram sobre 1) inauguração de escritório social no Recife; 2) elaboração de minuta de lei que institui a política estadual para pessoas egressas do sistema prisional), 3) qualificação do serviço nos municípios de Caruaru e de Olinda. Também foi realizada reunião com a Prefeitura de Petrolina, a fim de inaugurar esse serviço naquela localidade.

Trabalho no Sistema Prisional

Descrição:

Articular atores centrais para a implantação de uma ação estadual de fomento ao trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Entre as estratégias principais estão a mobilização da iniciativa privada e da sociedade civil para fomentar políticas de empregabilidade, regularização de cotas legais, qualificação profissional e iniciativas de inserção socioprodutiva.

Resultados:

- Criado Grupo Interinstitucional voltado à regularização de cotas legais, agendas legislativas e sustentabilidade dos Escritórios Sociais (formado por TJPE, TRF5, TRT, Seção da Justiça Federal de Pernambuco, MPT, MPF, MPPE, DPE, DPU, Superintendência do Trabalho e Patronato Penitenciário);

- Realizadas audiências públicas em 30/11/2023 e 11/09/2024 com instituições públicas, para ampliação de cotas de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional nos contratos administrativos;
- Realizada parceria com Escritório Social de Caruaru e SENAC para realização do Projeto “Corte e recomeço”, de qualificação profissional de mulheres egressas do sistema prisional, com recursos do Fundo Municipal de Políticas Penais de Caruaru.
- Em 2025, o GMF acompanhou e apoiou iniciativas relacionadas ao trabalho no sistema prisional, compreendendo esse eixo como essencial à ressocialização e à melhoria das condições de cumprimento de pena. As ações contribuíram para promover maior integração institucional e fomentar práticas alinhadas à política penal, fortalecendo o papel do trabalho como instrumento relevante para a reintegração social. De modo específico, o GMF elaborou normativa que institucionaliza, no âmbito do TJPE, o cumprimento de metas de contratação de pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de pena, nos moldes da Resolução CNJ nº 307/2019 e da Política Nacional de Trabalho do Sistema Prisional.

Política Antimanicomial do Poder Judiciário

Descrição:

Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário em Pernambuco, nos moldes da Resolução CNJ nº 487/2023 e da Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

Resultados:

- Instituição do Comitê Estadual da Política Antimanicomial de Pernambuco;
- Elaboração do Plano de Ação para interdição total do CSP (já aprovado pelo CNJ);
- Em 2025, o GMF desenvolveu ações alinhadas à Política Antimanicomial do Poder Judiciário, com o objetivo de fortalecer diretrizes humanizadas e técnicas no tratamento de casos envolvendo pessoas com sofrimento mental em conflito com a lei. O acompanhamento dessa agenda contribuiu para aprimorar o olhar institucional sobre fluxos e práticas, promovendo maior adequação à normativa vigente e reforçando compromissos com direitos fundamentais e políticas intersetoriais;
- O Centro de Saúde Penitenciário (antigo HCTP), fora parcialmente interditado em 28 de fevereiro de 2024. Durante o ano de 2025, diversas ações foram empreendidas, com vistas à interdição total e à implantação do Programa Estadual de Proteção Integral à Pessoa com transtorno mental e em conflito com a lei de Pernambuco (PAT-PE), sobretudo no âmbito do Comitê Estadual Interinstitucional da Política Antimanicomial do Poder Judiciário (CEIMPA), a exemplo de: 1) revisão de 92 (noventa e dois) processos, quanto à elaboração dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), presença de laudo, de alvará e reavaliação de prisões preventivas; 2) Atualização de todos os PTS; 3) elaboração de fluxo e metodologia para a desinstitucionalização das pessoas em medida de segurança que ainda estejam em presídios comuns (elaborada minuta entre SEAP e SES); 4) estudos para identificação da demanda de equipes conectoras (Pernambuco

apenas possui 1 (uma) equipe EAP); 5) Estudos para expansão de serviços da rede de atenção psicossocial – RAPS; 6) acompanhamento das pessoas egressas do sistema prisional com transtorno mental;

- Além dessas ações, com vistas a fortalecer o fluxo da política antimanicomial na audiência de custódia, foram realizadas visitas e formações itinerantes com todos os órgãos do sistema de justiça, Gerência de Saúde Mental do Governo do Estado e coordenações municipais de saúde mental dos polos de custódia de Olinda e Jaboatão dos Guararapes, sendo que a reunião no Polo de Nazaré da Mata fora realizada ainda em 2025;
- Com vistas, também, a qualificar a atuação dos órgãos do sistema de justiça no atendimento à política antimanicomial do Poder Judiciário, foi realizada pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco o curso “Resolução CNJ n. 487/2023 e a Rede de Atenção Psicossocial de Pernambuco – tecendo relações”, em duas edições. A primeira foi realizada de modo virtual e síncrono para todo o interior do estado no dia 29 de agosto de 2025 e, na segunda edição, ocorreu presencialmente, no Recife, com público-alvo também da região.

Grupo de Trabalho sobre documentação civil para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional

Descrição:

Criação de fluxos para emissão de documentação civil (registro de nascimento, CPF, RG, Carteira de Trabalho, título de eleitor) pra pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Resultados:

- Criação de GT para construção dos fluxos entre Receita Federal do Brasil, Secretaria de Administração Prisional e Ressocialização, ARPEN, Defensoria Pública, TRE, IITB etc);
- Emissão de toda documentação civil faltante de todas as pessoas privadas de liberdade no CSP – Centro de Saúde Penitenciária;
- As ações do GT convergiram, em 2025, em grande parte, com as ações do Registre-se. De fato, Pernambuco foi um dos estados que confirmou oficialmente sua participação na 3ª Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se e apresentou uma das experiências mais estruturadas da campanha em 2025. A ação foi articulada pela Corregedoria Estadual de Justiça, que convocou instituições parceiras para a elaboração do fluxo de emissão de documentos no âmbito da campanha.
- Ao todo, foram realizadas cinco reuniões preparatórias – nos dias 11/02, 13/03, 04/04, 10/04 e 29/04 – com registros formais em ata. No dia 24/04, foi realizada uma reunião específica para construção do fluxo voltado ao público do sistema prisional e do sistema socioeducativo, com o objetivo de garantir a execução da campanha e, sobretudo, iniciar a construção de um fluxo permanente de emissão de documentos para essas populações.
- Durante a campanha, o Estado realizou a emissão de um total de 3.088 documentos, sendo 2.750 certidões de nascimento, 269 Carteiras de Identidade Nacional (CIN) e 5 títulos de eleitor para pessoas privadas de liberdade; além de 40 certidões de nascimento e 24 CINs para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Os dados foram apresentados de forma

desagregada entre os dois públicos, o que permitiu uma análise qualificada da ação. Não houve, contudo, registros específicos de atendimento a pessoas egressas do sistema penal, embora o fluxo permanente em construção deva vir a contemplar esse público futuramente.

- O Estado de Pernambuco também foi selecionado para dois projetos-piloto de destaque nacional. O primeiro deles foi a emissão do Título de Eleitor para mulheres privadas de liberdade: cinco mulheres foram deslocadas para atendimento presencial junto ao Tribunal Regional Eleitoral durante a campanha, e ficou pactuada a continuidade desse fluxo após o Registre-se. O segundo piloto envolveu a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), com cronograma construído em parceria entre a SEAP e o Instituto de Identificação, prevendo inclusive uma cerimônia simbólica de entrega da CIN na unidade prisional de Igarassu.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Programa Ciranda Conviver

Descrição:

O objetivo precípua é desenvolver um programa em estilo “guarda-chuva”, de modo que a atuação da CEJA/PE esteja incluída nos cinco eixos de ações estratégicas dessa Comissão, sempre com vista a atender aos princípios de intervenção precoce e proteção integral à criança e adolescente.

Eixos de atuação:

Eixo Protetivo: ações de monitoramento dos acolhimentos (instituições e famílias acolhedoras) e do andamento processual;

Eixo Familiar: atuação em processos de adoções internacionais; busca ativa de pretendentes fora do SNA e de famílias solidárias para os grupos de irmãos;

Eixo Comunitário: ações para promoção e acompanhamento de apadrinhamentos; Eixo Articulatório: ações de fortalecimento do trabalho em rede intersetorial e interinstitucional;

Eixo Pedagógico [Roda Formando Protetores]: ações educativas para público interno e externo, relacionadas com poder familiar, acolhimento, apadrinhamento e adoção.

Resultados:

- Eixo Protetivo – acompanhamento da situação jurídica e familiar de 100 crianças/adolescentes acolhidos no Estado de Pernambuco;
- Eixo Familiar – realização da busca ativa fora do SNA (Redes sociais) para 86 crianças/adolescente, o que resultou em 17 adoções;
- Eixo Comunitário – 18 apadrinhamentos realizados;
- Eixo Articulatório – foram realizadas 68 ações, entre reuniões, estudos de caso e visitas institucionais;
- Eixo Pedagógico – 5 ações realizadas (apresentações, encontro e publicação).

Entrega Responsável de Recém-Nascidos para Adoção

Descrição:

Busca dar cumprimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente o previsto em seu art. 13, § 1º (acrescentado pela Lei 12.010/2009 e posteriormente modificado pela Lei 13.257/2016). Desta forma, são criadas estratégias para que as gestantes ou mães que desejam entregar seus filhos para adoção sejam atendidas pelas Varas com competência em Infância e Juventude de sua cidade.

Resultados:

- 283 atendimentos, sendo 104 crianças encaminhadas para adoção, 160 permaneceram na família natural/extensa, 19 em acompanhamento e 01 natimorto.

Pareia – Cultura de Paz, Literatura e Pertencimento

Descrição:

A vertente do Projeto Pareia é voltada ao atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade e tem por finalidade garantir o acesso à cultura, por meio do livro e da leitura, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o cultivo de valores humanos. Utilizando-se da metodologia dos Círculos de Construção de Paz somada à leitura literária, e com base nos princípios da Justiça Restaurativa, propõe a realização, em média, de 8 encontros com foco na leitura da obra O Pequeno Príncipe, título infantojuvenil escolhido para este ciclo.

Resultados:

- Foram realizados 18 Círculos de Construção de Paz e Leitura para 03 (três) grupos, com um total de 56 (cinquenta e seis) adolescentes e jovens beneficiados. Ao final de cada ciclo, foram entregues aos participantes declaração de participação, além de encaminhadas à Coordenação das Casas de Semiliberdade (CASEMs), com o objetivo de se fazer constar nos relatórios pedagógicos de cada adolescente e jovem integrante do projeto.

Olho nas Crianças

Descrição:

É uma iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), lançada em fevereiro de 2025, com foco na proteção de crianças e adolescentes durante períodos de grande fluxo de pessoas, como Carnaval e festas juninas. Coordenada pela CIJ-TJPE, a ação mobiliza Mídias sociais, televisão, rádio e parcerias com artistas para promover um ambiente seguro, conscientizar pais e responsáveis, e fortalecer a cultura de prevenção à violência infantil. Busca reduzir os índices de violência, abuso e negligência contra crianças e adolescentes, que aumentam cerca de 20% no país durante as festividades, por meio de informação, identificação das crianças com pulseiras e engajamento da comunidade como agentes de proteção. A ação inclui campanhas educativas com cards, vídeos e spots de rádio sobre prevenção e denúncia (Disque 100); Ações em Mídias sociais e televisivas, incluindo participação de artistas locais.;

Expansão da campanha para outras festividades, como São João, mantendo continuidade e alcance educativo. A campanha reforça que a proteção de crianças é responsabilidade coletiva e visa garantir que festas populares sejam seguras e alegres para todos.

Resultados:

- Os resultados são qualitativos: Fortalecimento institucional – Posicionamento do TJPE e da CIJ como referência em proteção à infância e adolescência, especialmente em períodos festivos; Conscientização social – Campanhas educativas com foco em pais, responsáveis e comunidade, reforçando a importância da vigilância coletiva e do Disque 100; Mobilização de parceiros e autoridades – Ações presenciais, como distribuição de pulseiras de identificação infantil na Torre Malakoff, com envolvimento de magistrados, servidores e, em algumas ocasiões, artistas locais; Integração com mídia tradicional e digital – Utilização de spots de rádio, matérias em TV, posts educativos e cobertura jornalística, aumentando o alcance e a credibilidade da mensagem. Sustentabilidade operacional – A campanha foi executada utilizando a estrutura interna do TJPE, sem necessidade de recursos adicionais, demonstrando eficiência na aplicação dos meios disponíveis.

Expansão das Salas de Depoimento Acolhedor no TJPE

Descrição:

Instalação de Salas de Depoimento Acolhedor nos Fóruns de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Limoeiro, Garanhuns e Cabrobó.

Resultados:

- Foram instaladas, no período de 2024 – 2025, 06 (seis) Salas de Depoimento Acolhedor nos fóruns das comarcas de: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Limoeiro, Garanhuns e Cabrobó.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA

Reformulação do Portal da Transparência do TJPE

Descrição:

O projeto visa garantir o monitoramento contínuo e sistemático das ações voltadas à transparência pública no TJPE, assegurando a conformidade das informações, publicações e serviços divulgados no Portal da Transparência com os requisitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Está diretamente alinhado ao indicador "Índice de Transparência", constante no Plano Estratégico do TJPE para o sexênio 2021/2026, dentro do objetivo de fortalecimento das relações institucionais do judiciário com a sociedade.

O desenvolvimento das ações pôde ser mensurado em duas avaliações nacionais:

1) O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ, no qual são avaliados todos os portais da transparência dos órgãos do Poder Judiciário; e

2) O Levantamento Nacional da Transparência Pública, que é um Projeto do Programa Nacional da Transparência Pública (PNTP) que envolve, de forma coordenada, todos os Tribunais de Contas do país, com a finalidade de diagnosticar a transparência pública no Brasil, conforme metodologia estabelecida pela Atricon.

No ano de 2024 foi realizada uma força-tarefa para padronizar os requisitos definidos por essas entidades, com o intuito de atender aos mais altos padrões de transparência e governança, aprimorando a comunicação e acessibilidade das informações divulgadas, por meio da reformulação do Portal da Transparência com as seguintes ações:

- Criação de 30 novos relatórios de consulta; e
- Estabelecimento de um fluxo eficaz de monitoramento.

Em 2025 houve a continuidade das ações de monitoramento sistemático e aperfeiçoamento de relatórios e consultas, visando a consolidação dos resultados, que se refletiram no atendimento de 100% dos critérios avaliados pelo CNJ e pela Atricon.

Resultados:

- 100% na 8ª edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo um dos quatro tribunais da justiça estadual a alcançar esse indicador no ano de 2025; e
- 100% no Levantamento Nacional da Transparência Pública - 2025, com a respectiva atribuição do SELO DIAMANTE para o tribunal que é destaque em transparência a nível nacional.
- Salienta-se que o índice nacional perfaz 66,60%, de acordo com a avaliação de 10.072 portais de transparência nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), incluídos também os Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Tribunais de Contas de todo o país.

PROJETOS/INICIATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sistema Fale Com

Descrição:

Sistema web para registro, acompanhamento e devolutiva de manifestação feita pelo cidadão(ã) que procura a Corregedoria Geral da Justiça.

Resultados:

- Melhoria na comunicação e interação com o(a) cidadão(ã) que procura a CGJ para fazer denúncia, elogio, sugestão.

Juizados Especiais Itinerantes para grandes eventos

Descrição:

Instalação de Juizado Especial Itinerante durante os eventos com grande fluxo de pessoas, em parceria com outros órgãos, com o fim de atuar nos delitos de menor potencial ofensivo e nas questões cíveis de menor complexidade. A prestação jurisdicional imediata nos Grandes Eventos, leva a presença do Poder Público para coibir a consumação dos crimes de menor potencial ofensivo, além de prestar o serviço jurisdicional de forma totalmente célere, permitindo que o trajeto da distribuição até a sentença ocorra no mesmo dia.

Resultados:

- JUIZADO DO FOLIÃO: Ato nº 82/2025 (DJe 11/02/2025) – durante o desfile do Bloco Galo da Madrugada, atuação em dois pólos (Thomaz de Aquino e Estação Central do Metrô), tendo como resultado 4 TCOs recebidos e audiências realizadas, conseguiu-se a efetivação de Transação Penal para 2 processos.
- JUIZADO DO FORRÓ: Ato nº 434/2025 (DJe 26/05/2025) foram realizados 11 plantões e realizadas 14 Transação Penal, sendo 9 em serviço e 5 em prestação pecuniária.
- JUIZADO DO FRIO: Ato nº 593/2025 (DJe 19/06/2025), foi registrada 01(uma) demanda criminal que resultou em transação penal com prestação pecuniária.
- PERNAMBUCO MEU PAÍS: Atos nºs 773/2025, 837/2025 e 867/2025, nos Municípios de Gravatá, Caruaru e Arcoverde, foi registrada uma ocorrência que resultou em Transação penal com prestação de serviços à comunidade.
- JUIZADO DO VERÃO: Ato nº 1603/2024, atuação em quatro praias do litoral pernambucano: Itamaracá, Ipojuca (Porto de Galinhas), São José da Coroa Grande e Tamandaré.
- Obs: Na efetivação de Transação Penal e Conciliação, os processos são homologados por sentença, finalizando a tramitação na fase de conhecimento.

Nossa torcida é pela paz!

Descrição:

Disseminação da paz nos estádios, divulgando a presença do Poder Público por meio do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor, a partir da exibição de faixa por todo o campo durante o intervalo do jogo

Resultados:

- Presença nos jogos considerados “Clássicos” e na final do Campeonato Pernambucano de Futebol, que teve o Sport Clube do Recife e o Retrô.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DA MULHER

Campanha: Sem Violência a Moradia se Torna Legal

Descrição:

Com o objetivo de fortalecer as mulheres beneficiadas pelo Programa Moradia Legal que é muito mais do que simplesmente entregar um documento de propriedade a um cidadão ou cidadã é uma mudança de postura e de conduta de gestão que busca a igualdade social. A campanha Sem Violência a moradia se Torna Legal, propõe, realizar uma sensibilização junto às mulheres beneficiadas com o programa impulsionando o fortalecimento da liderança feminina chefe de família e do enfrentamento da violência de gênero. A oficina propõe a reflexão sobre o direito à propriedade e sobre o rompimento do ciclo da violência entre as mulheres, conhecendo sobre os órgãos de acolhimento no município e os órgãos de denúncia. Corroborando, portanto, pelo rompimento do ciclo da violência da divulgação dos serviços da Coordenadoria da Mulher do TJPE dos órgãos de denúncia.

Principais ações:

- Realizar a sensibilização com as mulheres que receberam o título de propriedade do Programa Moradia Legal abordando os temas de empoderamento e enfrentamento da violência de gênero, através de sensibilização reflexivas na ocasião da entrega de títulos a população;
- Articular com Organismos Municipal de Políticas para as Mulheres, para que como parceiros divulguem serviços e nos auxiliem na organização estrutural das oficinas Rodas de Diálogo;
- Fortalecer as linhas de intervenção do Programa Moradia Legal com o reconhecimento de gênero e fortalecimento das mulheres beneficiadas para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher de forma articulada com a Corregedoria e seus parceiros.

Resultados:

- Mulheres e homens sensibilizados sobre a violência de gênero contra a mulher, acessando os canais de atendimento e denúncia;
- Ampliação do acesso da sociedade a informações e alerta sobre a violência de gênero contra a mulher;
- Foram visitados com a campanha 18 municípios do Estado de Pernambuco, distribuídos entre todas as regiões do Estado (Metropolitana, Mata, Agreste e Sertão); realização de palestra de sensibilização com o público beneficiário.

Campanha: Violência contra a mulher: todos dizem não! Essa é a regra

Descrição:

Realizar, durante campeonatos de futebol de nível local e/ou nacional, campanha educativa voltada à desconstrução de padrões violentos de masculinidade tanto dentro quanto fora dos estádios. Visa ainda: Promover a divulgação da Lei Maria da Penha, através das ações nos estádios de forma educativa e informativa; estimular o respeito entre as pessoas, no intuito de evitar a discriminação de gênero e estereótipos negativos; promover uma cultura de paz em prol da construção de uma sociedade mais justa e livre de violência.

Resultados:

Indicadores qualitativos

- Mulheres e homens sensibilizados sobre a violência de gênero contra a mulher, acessando os canais de atendimento e denúncia;
- Ampliar o acesso da sociedade à informações e alertar sobre a violência de gênero contra a mulher. Indicadores de resultados;
- Aumento do número de boletins de ocorrência nas delegacias do Estado;
- Aumento do número de processos com representação criminal de violência doméstica contra a mulher;
- Aumento do número de atendimentos em órgãos da rede de atenção à mulher em situação de violência.

Indicadores de Impacto

- Sociedade sensibilizada não tolerando a violência de gênero contra a mulher.

Em 2025:

- No jogo no Estádio Lacerdão (Central x Santa Cruz) no dia 18/05 - 30.000 pessoas. Houve exposição da Campanha com a participação da equipe da Coordenadoria, Desa. Daisy Andrade e juízes da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Caruaru Drº Hyldemar Moraes e Drª Priscila Patriota);
- 20 Crianças da ONG – VIVER, no 14/05 - 20 Jovens no sistema socioeducativo com privação de liberdade da FUNASE Jaboatão.
- Campeonato FUNASE, no dia 07/08 – 60 Jovens no sistema socioeducativo com privação de liberdade das unidades FUNASE, no Colégio Estadual Santos Dumont.

Dialogando sobre a Lei Maria da Penha nos Espaços de Públicos

Descrição:

Intensificar as ações preventivas, através de oficinas e palestras, bem como divulgar campanhas sobre a violência de gênero contra a mulher. O Silêncio Não Protege nos espaços públicos e, especificamente: Realizar de rodas de diálogo e oficinas, sobre a temática e sua rede de atendimento em: escolas, faculdades, órgãos públicos, SEBRAE, ONGs e outros; Divulgação das campanhas sobre a temática nas mídias digitais dos shoppings de Pernambuco, Aeroporto e CBTU durante a 03 Semanas da Justiça pela Paz em Casa; Divulgar as campanhas de enfrentamento da violência de gênero nos Mercados e Feiras do Recife cumprindo calendário mensal; Divulgar as campanhas de enfrentamento da violência de gênero contra a mulher nos Cartórios de Pernambuco com disponibilização de folders e cartazes e placas acrílicas.

Resultados:

- Ações na da 1ª. 2ª e 3ª Semana da Justiça pela Paz em Casa com ampla campanha de mídias digitais nos shoppings do Estado de Pernambuco, aeroporto e CBTU /Transportes Urbanos, com campanhas para o enfrentamento da Violência de Gênero contra a Mulher durante as 03 semanas da Justiça pela Paz em Casa, 16 Espaços de circulação com

veiculação de mídias digitais. (14 Shoppings do Estado de PE, Aeroporto, CBTU) -13 Shoppings do Estado de PE 01 – Aeroporto 01 – CBTU /Transportes Urbanos;

- Ação de prevenção da violência nos Mercados Públicos – Protocolo CONVIVA nº 004/ 2023. Abordagem dirigida e distribuição de materiais gráficos com informações sobre a violência doméstica e a rede de serviços de atendimento: 14/02 – Pátio da Feira de Casa Amarela, 28/03 – Mercado de Beberibe, 22/08 – Mercado da Encruzilhada, e 26/09 – Mercado da Madalena;
- Realização de 07 palestras em diversos locais, faculdades e universidades, aeronáutica e Instituto Maria da Penha, OAB e outros.

PROJETOS/INICIATIVAS DA CENJUD - CENTRAL JUDICIÁRIA DE PROCESSAMENTO REMOTO DO 1º GRAU

Autoatendimento Advogados

Descrição:

Os advogados poderão incluir pedidos de Conclusão, Agilização de Alvará e Habilitação de Advogados diretamente no sistema SCGA (Sistema de Controle e Gestão de Atendimentos), sem a necessidade de ligar ou ir presencialmente na Unidade Judiciária, bastando utilizar o aplicativo TJPE+ que as Diretorias receberão os pedidos e providenciarão o devido cumprimento.

Resultados:

- Módulo disponibilizado no App TJPE+ em 18/03/25;
- Atendimentos realizados (até 19/12/25): 34.926

PROJETOS/INICIATIVAS DO IDEIAS - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES APLICADAS

JESPJAM 2025: (Re) construindo o futuro em redes

Descrição:

A maratona de inovação do Sistema de Juizados Especiais de Pernambuco (JESPJAM) tem por objetivo estimular a cultura da inovação nos juizados especiais de Pernambuco a partir do desenvolvimento de soluções criativas e empreendedoras (protótipos) com foco em desafios reais do sistema. Vale destacar que, durante o ano de 2025, completou-se 30 anos da promulgação da Lei nº 9.099/1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Brasil, consolidando o acesso à Justiça como um direito efetivo do cidadão.

A 4ª edição nacional da maratona de inovação dos Juizados Especiais (JespJam) reuniu, por três dias (10 a 12/09), participantes de todo o Brasil para debater desafios reais e prototipar soluções voltadas a uma Justiça mais eficiente e acessível, com realização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e apoio da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas (Ideias Esmape/TJPE) e do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Resultados:

- Engajamento e produção colaborativa: mais de 80 participantes foram organizados em 12 grupos, com suporte de especialistas, para desenvolver protótipos ligados a três macrodesafios: Conciliação 3.0, oralidade nos Juizados e simplificação/reconfiguração de processos;
- 3 protótipos premiados (com potencial de desenvolvimento e implementação):

NegociaAI (macrodesafio 1): mecanismo pré-processual de “pré-queixa”, com resposta da empresa em até 5 dias, e uso de IA para ajudar o cidadão a formular melhor sua demanda;

Juci (macrodesafio 2): guia virtual inclusivo que interage preferencialmente por voz, convertendo fala em petições simplificadas;

JuiZap (macrodesafio 3): chatbot no WhatsApp para o cidadão consultar informações o processo, como data de audiência e atualizações;

- Aproximação com a realidade de trabalho: houve visita técnica ao Fórum Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, permitindo que as equipes dialogassem com servidores e refinassem soluções mais aplicáveis;
- Transparência e memória do evento: as apresentações, votação e premiação foram disponibilizadas no YouTube do evento.

PROJETOS/INICIATIVAS DO GMF - GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Participação Social na Execução Penal

Descrição:

Implantar e fortalecer os Conselhos da Comunidade na execução penal, compreendendo-os como importante mecanismo de participação social e de fiscalização da execução penal e de defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade. As estratégias passam pelo aprimoramento e difusão dos Conselhos, conforme a Resolução CNJ n. 488/2023.

Resultados:

- Implantação do Conselho da Comunidade da 3ª Vara de Execução Penal (Caruaru e região);
- Implantação do Conselho da Comunidade da 1ª Vara de Execução Penal;
- Implantação do Conselho da Comunidade do Recife (Vara de Execução Penal da Capital – VEPEC);
- Durante o ano de 2025, o GMF promoveu e acompanhou iniciativas relacionadas à participação social na execução penal, fortalecendo a interação com entidades e mecanismos de controle social. A atuação do grupo buscou ampliar a transparência, promover diálogo institucional e incentivar a integração de atores sociais no acompanhamento e

aprimoramento das políticas públicas penais, garantindo a participação dos Conselhos da Comunidade em todo o processo de elaboração do Plano Pena Justa, além de ter acompanhado os relatórios e denúncias encaminhados por esses órgãos de execução penal.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Justiça também é coisa de criança

Descrição:

Ação sociopsicopedagógica e educativa voltada à garantia do acesso à justiça de forma lúdica e acolhedora, com foco no atendimento de crianças com idade na primeira infância. Com a finalidade de promover a sensibilização sobre os direitos da primeira infância, especialmente o direito ao brincar e o acesso à cultura, através de experiências imersivas que reforcem a importância do desenvolvimento integral e do ambiente seguro na formação das crianças.

Resultados:

- Quantitativo geral: 134 estudantes de 6 a 15 anos visitaram o CICA, Biblioteca do CICA e o Memorial de Justiça Parceria com a Secretaria de Primeira Infância da Prefeitura do Recife;
- Participação de escolas Públicas de Recife (3 unidades) e de Jaboatão (3 unidades).

Central de Aprendizagem: Jovem Aprendiz, Novos Caminhos e Partiu Futuro

Descrição:

A Central busca implantar e fomentar a Política Judiciária de Incentivo à Profissionalização e à Aprendizagem em todo território do estado de Pernambuco; Promover e/ou participar de ações, atividades e colaborar com as articulações interinstitucionais entre os juízos e os programas de aprendizagem disponibilizados pelas entidades integrantes do Sistema de Justiça, signatários da Comissão Interinstitucional do Estado de Pernambuco para a Aprendizagem (CIPEA), Organização da Sociedade Civil, Aprendizagem do Estado e demais instituições congêneres com integração de jovens em vulnerabilidade social.

Resultados:

- Jovem Aprendiz: 02 jovens atualmente vinculados. Total de atendidos no biênio 2024/2025: 32 jovens, 03 turmas no TJPE;
- Novos Caminhos: Projeto piloto em andamento na 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital. Instituições de Acolhimento atendidas: 07 casas. Total de jovens encaminhados para o programa: 50 Visitas Institucionais para articulação, ações e atividades relacionadas aos programas da Central: 30;
- Jornada de Saúde Mental: Realização de 08 de encontros mensais sobre temas atuais relacionados à saúde mental e bem-estar;
- Atividades Culturais: Realização de 04 encontros que promoveram o acesso à arte e à história local, a espaços de relevância histórica e artística,

voltadas à ampliação do repertório educativo e cultural, que incentivaram a integração e o aprendizado fora do ambiente institucional;

- Dados gerais: 42 jovens atendidos no biênio 2024-2025 (32 no Programa Jovem Aprendiz e 08 no Programa Partiu Futuro, 02 no Programa Novos Caminhos).

Primeira Infância: Adequação de Unidades Judiciais com materiais especializados para o atendimento a crianças e adolescentes

Descrição:

Efetivar o Plano Estadual da Primeira Infância no Poder Judiciário fundamentado na Resolução CNJ n. 470/2022, municiando as unidades judiciais com materiais especializados, lúdicos e sócio psicopedagógicos para o atendimento a crianças e adolescentes. A entrega de kits de infância se iniciou em 2025 e seguirá no novo ano.

Resultados:

- Estruturação e reestruturação de salas e espaços adequados para o atendimento infanto juvenil que efetiva o Plano de Ação Estadual da Política Judiciária para a Primeira Infância;
- Incrível abrangência institucional: O plano foi elaborado pelo Comitê Gestor Local da Primeira Infância (CGLPI/TJPE), que integra setores estratégicos internos e instituições externas parceiras, sob a coordenação da CIJ;
- Instalação de Comitês Regionais – Vitória de Santo Antão, Belo Jardim, Cabo;
- Equipe de apoio para incorporação da Justiça;
- Restaurativa no atendimento com mapeamento de técnico para atuação. Defesa da equidade e da diversidade como pilares fundamentais;
- Encontro Intersectorial dos Signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância em Pernambuco com realização anual (2023,2024 e 2025).

PROJETOS/INICIATIVAS DA PRESIDÊNCIA DO TJPE

Programa Moradia Legal em Pernambuco

Descrição:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolve, desde o ano de 2018, o Programa Moradia Legal Pernambuco (PMLPE, coordenado pela Presidência do TJPE, conjuntamente com a Corregedoria Geral da Justiça, com apoio da Escola Judicial e Coordenadoria das Mulheres. É executado através de uma rede articulada com diversas instituições, especialmente com a AMUPE, ANOREG, ARIPE, UFPE, UFRPE, ITERPE, PERPART, CEHAB, INCRA, SPU e MINISTÉRIO DAS CIDADES, assessorando e acompanhando as demandas das equipes das prefeituras municipais, do governo estadual e cartorária, com o fim de construir políticas de regularização fundiária plena para uma governança fundiária. O Programa Moradia Legal Pernambuco possui três linhas de ações, a saber: LINHA 1: Regularização Fundiária Urbana – REURB-S (desjudicialização indireta/preventiva – evitar novas demandas) – LINHA 2:

Desjudicialização (direta - baixa processual) – LINHA 3: Regularização Fundiária Rural.

Resultados:

- Atende 184 municípios (100%) e órgãos do Governo do Estado. Até dezembro do ano de 2025, entregou 45.000 mil títulos de propriedade.

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ ESTADUAL DE EXECUTIVOS FISCAIS

Simpósio de Cooperação Judiciária Interestadual e Execução Fiscal

Descrição:

Evento coordenado pelo Comitê Gestor dos Executivos Fiscais e promovido pela Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), em parceria com a Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, integrando a II Semana Nacional da Regularização Tributária, que aconteceu no dia 18 de março de 2025, das 14h30 às 17h30, no Auditório Desembargador Nildo Nery dos Santos. O simpósio foi voltado a magistrados(as), servidores(as) do TJPE e do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), além de prefeitos(as) e gestores(as) públicos(as). O mesmo teve por objetivo à promoção do entendimento por parte dos participantes sobre os impactos e diretrizes estabelecidos pelo Tema 1184 do STF e pela Resolução CNJ nº 547/2024, discutindo as mudanças e novas exigências para o ajuizamento e continuidade das execuções fiscais, de forma a assegurar que as práticas adotadas sejam compatíveis com a jurisprudência e os normativos vigentes

Resultados:

- Conforme informações fornecidas pela ESMAPE, 192 pessoas participaram do evento. Destes, 108 foram considerados aptos (aqueles que obtiveram 75% de presença na carga horária total do curso).

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A AGILIDADE E PRODUTIVIDADE

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ DE EXECUTIVOS FISCAIS

Programa OTIMIZA TJPE

Descrição:

Cooperação para racionalização e eficiência no tratamento das execuções fiscais de baixo valor, mediante desenvolvimento de estratégias para uma implementação estruturada da Resolução CNJ nº 547/2024 pelo TJPE.

Resultados:

- Após a celebração dos Atos de Cooperação Judiciária Interinstitucional, com Procuradorias Municipais e Estaduais, incluindo o Governo do Estado de Pernambuco e os Municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo

de Santo Agostinho, Paulista, Camaragibe assinados em 2024, em 2025 foram assinados novos Atos de Cooperação Judiciária Interinstitucional com os Municípios de Olinda, Petrolina e Garanhuns, contando também com a participação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foram alvo dos atos de cooperação aproximadamente 270 mil Execuções Fiscais, seguindo o fluxo estabelecido pela IS Conjunta nº 01/2024;

- Foram extintos mais de 80 mil processos na VEFM da Capital e da VEF de Jaboatão dos Guararapes, com redução total de de 8,55% na taxa de congestionamento das execuções fiscais do TJPE e de 4,24% na taxa de congestionamento do TJPE;
- O IAD do TJPE teve crescimento de 26% pontos se comparado dezembro de 2023 e dezembro de 2024, e de 260 no IAD das Execuções Fiscais no mesmo período. Ademais, não houve interposição de recursos contra as decisões de arquivamento decorrentes dos atos de cooperação, ou seja, a taxa de recorribilidade das decisões foi de 0%;
- O programa contribuiu ainda para maior agilidade nas unidades, aumento da produtividade de magistrados e servidores. Com efeito, o IPM de 1.567 subiu para 1.677, observando-se um incremento de 7% e o IPS aumentou de 96 para 122 atos praticados por servidor/mês, com incremento de 27%, tudo para além da racionalização dos esforços jurisdicionais.

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE DADOS

GUTA

Descrição:

Implementação de um sistema de transmissão de mensagens via WhatsApp, com a 'persona' GUTA, foi criado o sistema de transmissão de mensagens para motivar as equipes para o alcance das metas e estratégias estabelecidas, fortalecendo o engajamento e o comprometimento de magistrados e servidores com os objetivos organizacionais.

O projeto objetiva garantir sinergia entre as estratégias das diversas unidades do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a estratégia de governança institucional, através de plataforma de comunicação WhatsApp, busca-se alinhar as informações e novidades gerais do TJPE com as unidades específicas, promovendo a integração e o fluxo contínuo de informações relevantes.

Resultados:

- Total de 48 postagens, 1108 pessoas cadastradas (entre magistrados e servidores);
- Realização 4 "Webnários da Guta", por intermédio da plataforma Teams, disseminando informações e conteúdos relacionados a metas e indicadores estratégicos para magistrados(as) e servidores(as), tratando dos seguintes temas:

1ª edição, realizada em 03/04/2025: Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade

2ª edição, realizada em 28/05/2025: Índice de Casos Pendentes Líquidos

3ª edição, realizada em 07/10/2025: Painéis do SICOR

4ª edição, realizada em 21/10/2025: PJE +R - Apresentação

- Os webnários contaram com uma média de 100 participantes, sendo o último com recorde no registro: 161 pessoas (público 4x maior que a primeira edição), o que representa um maior alcance da iniciativa.

Programa de Qualificação de Dados (CENJUD)

Descrição:

O projeto objetiva garantir a correção dos dados na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), especificamente no que diz respeito à qualificação dos dados de Polo Ativo e Polo Passivo de processos judiciais, em consonância com a Portaria nº 353/2023 do CNJ e a Resolução nº 331/2020. O projeto tem como meta atingir 95% de correção nos dados de Polo Ativo e Polo Passivo das Unidades Judiciárias, visando ao reconhecimento da qualidade dos dados pelo CNJ no âmbito do Prêmio CNJ de Qualidade - Eixo Dados e Tecnologia.

Em 2025 a atividade envolveu a identificação e correção das inconsistências, com a mobilização de servidores do Núcleo de Revisores e Certificadores, vinculado à CENJUD. Foram usadas ferramentas como o TJPE reports para complementar as correções e garantir que os dados estivessem corretos, a fim de alcançar 95% de qualificação exigidos no Prêmio CNJ. Além disso, a equipe enfrentou desafios como a impossibilidade de localizar CPFs ou CNPJs e a necessidade de soluções excepcionais para lidar com processos antigos e arquivados, tudo devidamente relatado no SEI nº 00041180-24.2024.8.17.8017.

Resultados:

- A relação de processos enviada ao Núcleo de Revisores e Certificadores, em abril de 2025, continha processos com inconsistências identificadas pela Governança. Foram analisados no polo ativo aproximadamente 908 processos e no polo passivo aproximadamente 12.719 processos, resultando em correções nos quantitativos: No polo ativo: 681 processos sanados. No polo passivo: 4.189 processos sanados.
- O saneamento resultou no alcance de 98% de processos sem inconsistência (tanto no pólo ativo como passivo), levando o TJPE ao cumprimento, pela primeira vez, em ambos os indicadores relacionados ao objeto do trabalho (que exige no mínimo 95% de processos sem inconsistência). No ano anterior, alcançamos 94% de processos saneados no polo ativo e 78% no polo passivo.
- Não foi possível a correção das inconsistências em todos os processos, mesmo com consulta ao Infojud e outros sistemas nos quais se verifica documentação das partes, por motivos diversos tais como a não localização do CPF seja pela sua inexistência, seja pela insuficiência de dados no processo.

Central de Agilização Processual Estadual

Descrição:

Visa promover a celeridade e a eficiência da prestação jurisdicional por meio da racionalização do acervo processual, com foco no julgamento concentrado de

processos paralisados, especialmente os mais antigos e aqueles envolvendo réus presos, contribuindo para o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ.

A Central de Agilização Processual atuou de forma unificada em âmbito estadual ao longo de 2025, integrando as estruturas da Capital, de Caruaru e de Petrolina. A atuação foi orientada por dados e indicadores definidos por ato da Presidência, com base em estudo técnico da Coordenadoria de Governança e Gestão de Dados. O modelo adotado priorizou a gestão estratégica do acervo processual do 1º Grau, com metas claras, monitoramento contínuo e foco na eficiência e previsibilidade das entregas jurisdicionais.

Resultados:

- Em 2025, a Central alcançou resultados expressivos, com a produção de 18.526 atos processuais, dentre os quais 15.059 sentenças prolatadas, evidenciando ganhos significativos de celeridade e eficiência jurisdicional. A atuação baseada em dados contribuiu para a redução do acervo processual, o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ e a melhoria da efetividade da prestação jurisdicional no Estado de Pernambuco.

Esquadrão de personagens (Bonecos) das Metas Nacionais do CNJ

Descrição:

Em 2025, no contexto de continuidade do Programa CGJ em Ação, a Governança de Dados adotou uma estratégia de comunicação pedagógica e engajamento: transformar as Metas Nacionais do CNJ (que muitas vezes são percebidas como “abstratas”, “técnicas” ou “distantes”) em um esquadrão de personagens. A ideia é simples: quando a meta ganha rosto, voz, história e símbolos, ela deixa de ser apenas um número/percentual e passa a ser um marcador de sentido, algo que as pessoas lembram, entendem e conseguem relacionar ao trabalho cotidiano. Na prática, isso funciona como uma “ponte” entre indicadores e experiência concreta do servidor e do magistrado: cada personagem “traduz” o espírito da meta (o que ela quer promover), reduz a sensação de “meta punitiva” e facilita a apropriação (“isso também é comigo”). O fato de os personagens terem sido desenhados com referências da cultura pernambucana e associados a territórios/cidades reforça identificação e pertencimento, tornando a linguagem institucional mais próxima e memorável. Há, ainda, um cuidado importante (o “outro lado”): personificar metas pode simplificar temas complexos, ou ser lido como “infantilização” se não estiver conectado a conteúdo técnico e a rotinas de gestão; por isso, tende a funcionar melhor quando os personagens são a porta de entrada para o aprendizado (e não o ponto final), acompanhados de orientações sobre como cada unidade impacta os resultados.

Resultados:

Criação dos personagens do “Esquadrão” das Metas Nacionais (versão 2025):

- Seu Julgadim (Meta 1 – Julgar mais que recebe | Petrolina): juiz “sênior”, com estética do sertão (chapéu de couro, sandália), equilibrando sabedoria e agilidade - a meta aparece como compromisso de vazão e regularidade (“julgar mais do que recebe”);

- Dona Antiga (Meta 2 – Julgar processos antigos | Olinda): senhora organizada, passista de frevo, representando memória e justiça e a ideia de dar desfecho ao que “ficou para trás”;
- Medi João (Meta 3 – Aumentar conciliação | Ipojuca): surfista que escolhe “a onda da paz”, simbolizando diálogo e leveza e uma postura de abertura para solução consensual;
- Caboclo Probidade (Meta 4 – Corrupção e improbidade | Nazaré da Mata): caboclo de lança, firme e heróico, com as cores de Pernambuco, traduzindo ética e firmeza no enfrentamento de ilícitos contra a administração pública;
- Desembaraça (Meta 5 – Reduzir congestionamento | Caruaru): jovem em cadeira de rodas “turbo”, linguagem acelerada, representando eficiência e desobstrução do fluxo, agilidade e modernidade para atacar gargalos do acervo;
- Jurema Verde (Meta 6 – Julgar ações ambientais | Recife): figura mística, tom ancestral, com símbolos da natureza, conectando tutela ambiental e justiça, sensível e protetora;
- Cacica Dorinha (Meta 7 – Povos indígenas e quilombolas | Carnaubeira da Penha): personagem cerimonial, trazendo o simbolismo da jurema como proteção, reforçando justiça e tradição e proteção de direitos coletivos e ancestrais;
- Maria Tejucupapo (Meta 8 – Feminicídio e violência doméstica | Goiana): referência histórica protetiva da Batalha de Tejucupapo (1646), reforçando que justiça é resposta e abrigo, sensível e ao mesmo tempo empoderada no enfrentamento da violência;
- Lampião 2030 (Meta 9 – Agenda 2030 | Serra Talhada): cangaceiro “do futuro”, visionário equipado com tecnologia sustentável e inovadora, sagaz e visionário, ligando inovação, sustentabilidade e metas globais;
- Pirraia Justiceiro (Meta 10 – Infância e juventude | Afrânio): criança “super-herói”, com pipa e o ECA na mão, reforçando prioridade absoluta e proteção integral para garantir direitos de crianças e adolescentes.

Inteligência Artificial Generativa (IAG) no GCAP

Descrição:

Mutirão de juízes para, a partir de prévia capacitação perante a Escola Judicial, sentenciar processos afetos à Meta 2, utilizando da tecnologia da Inteligência Artificial Generativa (IAG). Foram identificados aproximadamente 4.000 processos judiciais alvo para saneamento em até 60 dias.

Resultados:

- Na primeira etapa do projeto, foram remetidos ao Gabinete Virtual para saneamento aproximadamente 4.000 processos identificados como “pendentes de Meta 2 conclusos para sentença”. De 12/2024 a 01/2025 foram movimentados 966 processos, sendo proferidas 593 sentenças, 320 despachos e 53 decisões.

Estrutura dos Serviços de Apoio ao Gabinete (Núcleo 4.0)

Descrição:

Através da implementação de centrais, Núcleos 4.0 e da iniciativa "Justiça Eficiente", buscou-se aprimorar o desempenho das equipes por meio do acompanhamento de indicadores chave de desempenho.

O projeto visa otimizar a estrutura de suporte às atividades do gabinete, com foco no monitoramento da produtividade e na extração de relatórios detalhados para avaliação contínua dos serviços prestados.

Resultados:

- Os Núcleos 4.0 contaram com a produção de mais de 22 mil atos dentre despacho, decisão e sentença, sendo:
 - 1536 atos relacionados a processos de tempo, que superou em 18,33% o número de 2024;
 - 16774 atos no âmbito da infância, superando em 27,42% a produtividade de 2024;
 - 593 atos do gabinete virtual; e
 - 3906 atos relacionados ao SFH.

PROJETOS/INICIATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CGJ em Ação: muito além das Metas

Descrição:

Iniciativa realizada pela Governança de Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Corregedoria e com o apoio da equipe de inspeção. O projeto levou às unidades judiciárias do Tribunal de Justiça de Pernambuco temas de relevância que contribuíram para celeridade e melhoria da qualidade da prestação jurisdicional. As edições do CGJ em Ação enfatizaram o aperfeiçoamento da gestão de dados pelas unidades jurisdicionais, por meio de metodologias ativas de aprendizagem. Temas explorados: Tabelas Processuais Unificadas – TPUs, Índice de Atendimento à Demanda - IAD, Metas Nacionais do Poder Judiciário, Bônus de Desempenho Jurisdicional (BDJ), Plataforma de Inspeção CGJ/PE, Sistemas de Dados - Sicor, TJPE Reports, DataJud. 1R EDIÇÃO 2024 – 13 TURMAS - Unidades do 1º Grau de Jurisdição de Maio a agosto de 2024.

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de dados e o monitoramento das metas pelas unidades jurisdicionais, por meio da melhoria no desempenho do uso dos sistemas operacionais de dados (TJPE Reports, Sicor, DataJUd); Desenvolver o potencial de aprendizagem institucional; Aperfeiçoar a produção de dados quantitativos de produtividade.

Em sua 2ª edição, a premiação, instituída pela Resolução CNJ n. 395/2021 do CNJ, tem como objetivo valorizar e reconhecer soluções inovadoras que enfrentam os desafios da Justiça brasileira. A iniciativa busca, ainda, promover a disseminação de boas práticas e incentivar a criatividade nos diversos órgãos do Judiciário, dando visibilidade às pessoas que idealizam e implementam essas transformações. O programa CGJ em Ação acontece anualmente, e reúne magistrados, magistradas, servidores e servidoras de todo o estado para aprender, compartilhar e transformar a forma como o Judiciário atua. Por meio de meto-

dologias ativas, o projeto fortalece a gestão de dados, aprimora o acompanhamento das metas e impulsiona a produtividade. Em 2024, a iniciativa alcançou mais de 400 magistrados(as), 500 assessores(as) e 500 unidades. O impacto foi imediato: 90% dos participantes avaliaram como máximo a contribuição do programa. E 97% reconheceram sua importância no alcance das Metas Nacionais. O CGJ em Ação é fruto da parceria entre da Presidência do TJPE, da Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Judicial, com apoio da Governança de Dados, da Auditoria de Inspeção, da Seplan e Instituto de Desenvolvimento e Inovações Aplicadas (IDEAIS).

Resultados:

- Capacitações fornecidas para 520 unidades judiciárias, compreendendo 8 turmas.
- Além disso, em 2025, durante o 5º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Judiciário (FestLabs), o Programa CGJ em Ação foi reconhecido, a nível nacional, como uma iniciativa inovadora, obtendo o 2º lugar no Eixo Gestão Judicial Inovadora – Inovações com resultados comprovados do Prêmio Inovação do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça.

Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade 2025

Descrição:

Através da Portaria n º 51/2025 CGJ/PE, foram estabelecidos os parâmetros e critérios objetivos a serem utilizados para a concessão do Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade da Corregedoria Geral da Justiça, exercício 2025, às unidades de 1º grau e às unidades de apoio direto à atividade judicante que se destacarem pela produtividade, agilidade e eficiência. O Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade compreende as seguintes categorias: selo Diamante, selo Ouro e selo Prata.

Resultados:

- O Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade da Corregedoria Geral de Justiça do ano 2025, referente ao exercício de 2024, teve no total o número de 239 contemplados, dos quais 98 foram da categoria DIAMANTE, 68 da categoria OURO e 72 da categoria PRATA.
- Por meio de tais números é possível observar uma evolução em termos comparativos ao exercício de 2023, senão vejamos: DIAMANTE: 51, OURO: 71, e PRATA 96.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DA MULHER

Programa Semana da Justiça pela Paz em Casa

Descrição:

Organizar e coordenar a realização das semanas de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional da Justiça pela Paz em Casa e garantir apoio material e de pessoal aos juízes competentes para os julgamentos dos processos relativos ao tema. Cumprimento da Meta 8 – CNJ.

Resultados:

- Realização de ações de sensibilização da sociedade sobre a temática em 03 períodos anuais, (março, agosto e novembro) com realização de Seminários;
- Ações preventivas realizadas pelas VVDFCM através de audiências de acolhimento, palestras e rodas de diálogo e grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica Aumento anual do número de processos com sentenças ou decisões de violência doméstica e familiar durante as 03 Semanas da Justiça pela Paz;
- Aumento anual da quantidade de despachos proferidos de violência doméstica e familiar durante as 03 Semanas da Justiça pela Paz;
- Quantidade de medidas protetivas concedidas de violência doméstica e familiar durante as 03 Semanas da Justiça pela Paz.

PROJETOS/INICIATIVAS - COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS**Mutirão de Antecipação de Audiências - 2025****Descrição:**

O Mutirão para Antecipação das Audiências em Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Estado tem o objetivo de reduzir o tempo médio entre a autuação do processo e a realização da audiência, trazendo celeridade processual e contribuindo para o saneamento das Unidades Judiciárias durante a realização da 2ª Semana Estadual de Conciliação¹⁰. A iniciativa também contribui para reduzir o volume de processos acumulados na tarefa de "realização de audiências" e o tempo médio de tramitação do processo entre a autuação e a realização da audiência.

Resultados:

- Mutirão instalado por meio do Ato nº 295/2025, durante a 2ª Semana Estadual de Conciliação (05 a 09/05/2025):
 1. 29 processos conciliados nos Juizados Fazendários (Valor em acordos de R\$ 240.007,28);
 2. 18 processos conciliados nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo (Valor em acordos de R\$ 40.420,00).
- Mutirão de Antecipação de audiências no 1º JECRC de Jaboatão, Ato nº 295/2025, com o total de 390 processos encaminhados para sentença, dentre os quais 46 por meio de acordos que totalizaram R\$ 103.434,75;
- Antecipação de audiências NEOENERGIA, Ato nº 1184/25, 95 processos;
- Antecipação de audiências contendo parte idosa, realizada na Semana Nacional de Conciliação, de 03 a 07/11/2025, no 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de Paulista.

Mutirão Eletrônico de Sentenças - 2025**Descrição:**

Realizar mutirão de sentenças, com o fim de auxiliar as Unidades Judiciárias com maior gargalo no gabinete a atingirem as Metas 1 e 2 do Conselho Nacional

e Justiça, além de auxiliar na diminuição do acervo concluso para sentenças. Esse auxílio é direcionado aos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo ou Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Resultados:

- Ato nº 295/2025 (DJe 22/05/2025) – para auxílio do 1º JECRC de Jaboa-
tão - foram sentenciados 541 processos;
- Ato nº 754/2025 (DJe 12/08/2025) - Juizados auxiliados: JECRC de Ca-
ruaru e JECRC de Camaragibe - foram sentenciados até 31/12/2025 716 pro-
cessos;
- Ato nº 755/2025 (DJe 12/08/2025) – para auxílio do 2º JEFP da Capital –
foram sentenciados 412 processos.

PROJETOS/INICIATIVAS - COORDENADORIA DE FAMÍLIA

Criação de Ferramenta de Controle de Fluxo dos NAPS e CAP

Descrição:

O projeto visa uniformizar e agilizar os fluxos de controle de entrada e saída de processos nos NAPS e CAP, melhorar a operacionalização do trabalho, permitir acompanhamento da produtividade e subsidiar a gestão estratégica.

Resultados:

- Modelo inicial da ferramenta; critérios padronizados; indicadores básicos de produtividade; impacto ainda não mensurável.

Curso de Formação em IA-Gen para Magistrados e Assessores das Varas de Família e Registro Civil do TJPE

Descrição:

Capacitação destinada a magistrados(as) e assessores(as) das Varas de Família e Registro Civil do TJPE, com foco no uso ético, responsável e eficiente de ferramentas de inteligência artificial generativa aplicadas ao cotidiano jurisdicional, visando otimizar rotinas, qualificar decisões e fortalecer a segurança jurídica.

Resultados:

- Realização de curso com três módulos, em formato presencial e híbrido, com carga horária total de 32 horas;
- Disponibilização de material didático digital (apostila e vídeos gravados);
- Certificação de 62 participantes;
- Feedbacks positivos dos cursistas e aumento da utilização de ferramentas de IA pelas unidades participantes.

Boletim Jurídico – Direito de Família e Registros Públicos

Descrição:

Publicação interna de caráter informativo e técnico destinada a manter juízes e servidores das Varas de Família atualizados sobre jurisprudências, súmulas e

doutrina em temas de Direito de Família e Registros Públicos. O boletim realiza curadoria mensal de decisões relevantes, com ementas comentadas e resumos objetivos, sendo diagramado pela ASCOM e enviado por email institucional e via plataforma Teams, com arquivamento na intranet da CEFAM.

Resultados:

- Realização de curso com três módulos, em formato presencial e híbrido, com carga horária total de 32 horas;
- Disponibilização de material didático digital (apostila e vídeos gravados);
- Certificação de 62 participantes;
- Feedbacks positivos dos cursistas e aumento da utilização de ferramentas de IA pelas unidades participantes.

Manual de Rotinas Processuais – Varas de Família e Registro Civil

Descrição:

Instituído por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 10, de 5 de agosto de 2024, o Manual de Rotinas, Fluxos e Procedimentos destina-se às unidades judiciárias e administrativas com jurisdição em matéria de família e registro civil no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco, com o propósito de uniformizar rotinas processuais nas Varas de Família e Registro Civil do Estado.

Resultados:

- 100% das Varas de Família e Registro Civil do Estado passaram a utilizar o Manual como referência oficial.
- Consolidação de fluxos processuais padronizados para magistrados, servidores, equipes técnicas, oficiais de justiça e DFAMS.

Criação e Gestão de Grupo de Trabalho

Descrição:

Reduzir o passivo de processos em espera para estudo técnico em setores com elevada demanda (CAP Recife e NAPs de Olinda, Jaboatão e Paulista) por meio da gestão e acompanhamento de um Grupo de Trabalho, garantindo maior celeridade, eficiência e qualificação da prestação jurisdicional.

Resultados:

- Processos concluídos no NAP Olinda; quase totalidade concluída em Recife e Jaboatão; redução significativa no passivo de Paulista, restando poucos processos dos 50 iniciais.

PROJETOS/INICIATIVAS DA CENJUD - CENTRAL JUDICIÁRIA DE PROCESSAMENTO REMOTO DO 1º GRAU

Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Processual – SIMAP

Descrição:

O SIMAP substitui práticas manuais e fragmentadas por uma solução digital com integração ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), promovendo a automação inteligente e eficiente na distribuição de tarefas entre as equipes. Entre as funcionalidades, destacam-se o agrupamento das tarefas por tipo e complexidade, o cadastro personalizado dos servidores, o controle de ausências programadas e uma interface otimizada tanto para gestores quanto para os cumpridores das atividades. A ideia é que o sistema promova maior integração e uniformidade entre as Diretorias que utilizam o PJe, permitindo previsibilidade na apreciação dos processos e, com isso, um atendimento mais assertivo ao jurisdicionado.

Resultados:

- Lançamento no dia 08/05/25. Uso em fase de projeto-piloto pelas Diretorias de Processamento Remoto do 1º Grau.

Manuais Padronizados de Procedimentos e Fluxos

Descrição:

Visa a elaboração de um manual padronizado por competência para as Diretorias de Processamento Remoto do 1º Grau do TJPE em atendimento à Resolução nº 512/2023 e à IN nº 08/2024 TJPE, com foco em eficiência, padronização e celeridade na prestação jurisdicional.

Resultados:

- Criação de Equipes para a elaboração de Manuais Padronizados de Procedimentos e Fluxos por matéria de competência por meio do GT instituído pelo Ato nº 2161, de 02 de junho de 2025 (GT renovado pelo Ato nº 3365/2025 até 30 de janeiro/2026);
- Manual do Núcleo de Revisores e Certificadores validado e publicado no site da Cenjud;
- Criação do Manual do SCGA e publicado no site da Cenjud.

PROJETOS/INICIATIVAS DA ESCOLA JUDICIAL

Programa de Aperfeiçoamento e Gestão Integrada de Resultados – PROAGIR

Descrição:

O Programa de Aperfeiçoamento e Gestão Integrada de Resultados – PROAGIR, tem por objetivo promover a capacitação e desenvolvimento das servidoras e servidores que atuam no escopo da Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º Grau – Cenjud, Diretorias de Processamento Remoto e unidades judiciárias integrantes, proporcionando melhoria nos resultados de produtividade, esclarecimentos dos papéis organizacionais e práticas de gestão de qualidade.

Resultados:

- Com base nas avaliações de reação das turmas realizadas até o presente momento, observa-se elevado nível de satisfação dos participantes, bem como evidências consistentes de aprendizado e aprimoramento das

competências necessárias ao desempenho das atividades cartorárias. No que se refere aos resultados quantitativos, foram capacitados e considerados aptos 193 servidores no ano de 2024, 1.035 servidores no ano de 2025, e estima-se a capacitação de 1.587 servidores no ano de 2026, demonstrando a ampliação progressiva do alcance e do impacto das ações formativas.

Formação Inicial para Estagiários 2025

Descrição:

Projeto de formação inicial de estagiários do TJPE, realizado na modalidade EaD, com a oferta de quatro cursos autoinstrucionais, cada um com carga horária de 8 horas, voltados à capacitação prática nos sistemas PJe Cível, PJe Criminal e à introdução ao uso da IA-GEN nas áreas cível e criminal. A iniciativa promove padronização, eficiência e alinhamento às diretrizes de inovação do Poder Judiciário. Os cursos foram desenvolvidos com abordagem prática, linguagem acessível e alinhamento às rotinas do TJPE, possibilitando aos estagiários uma atuação mais eficiente, segura e alinhada às inovações tecnológicas do Poder Judiciário.

Resultados:

- 4 cursos EaD ofertados (8h cada);
- 1.034 estagiários capacitados.
- Melhor preparo técnico inicial;
- Redução do tempo de adaptação às rotinas judiciais;
- Introdução à IA-GEN de forma orientada e institucional.

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ GESTOR DO PJE

Implantação do PSE – Plataforma Socioeducativa como módulo do PJe

Descrição:

A PSE – Plataforma Sócio Educativa substitui o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAEL) e funcionará de forma integrada com o Processo Judicial eletrônico (PJe).

Resultados:

- A plataforma PSE do CNJ foi implantada e integrada ao sistema PJe, proporcionando a centralização e padronização de informações sobre o socioeducando de forma nacional.

Integração PJe x PrevJud

Descrição:

Integração do Prevjud ao PJe, por meio de publicação de um novo fluxo para os processos eletrônicos destinado ao acesso a informações previdenciárias e ao envio automatizado de ordens judiciais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Resultados:

- Integração em andamento.

Integração PJe x eCarta

Descrição:

Integração do e-Carta ao PJe, um documento, como citações e intimações, é gerado e assinado pelo usuário do PJe que o envia de forma automatizada para os Correios, que imprime, envelope e dá o tratamento para o destinatário final. O retorno do arquivo de resposta também ocorre diretamente no PJe. O usuário interno do sistema confere e registra a ciência para eventual início da contagem de prazos processuais, o que dispensa a juntada manual.

Resultados:

- Integração em andamento. Em ambiente de teste, sem possibilidade, ainda, de auferir resultados.

Implantação do Plenário Virtual – Resolução CNJ nº 591/2024

Descrição:

Em cumprimento à Resolução 591/2024 CNJ e à Emenda Regimental do TJPE nº 40/2025. Esta nova ferramenta tem como objetivos: a) Transparência e publicidade das sessões de julgamento virtuais, permitindo consulta pública aos processos pautados; b) Interatividade e celeridade, possibilitando aos usuários externos: pedido de destaque, sustentação oral e esclarecimentos sobre matéria de fato, durante a sessão virtual; e c) Painel público para acompanhamento em tempo real das sessões.

Resultados:

- Cumprimento à Resolução 591/2014 do CNJ, implantando a ferramenta Plenário Virtual integrada ao sistema PJe, viabilizando o julgamento de processos em ambiente eletrônico, de forma assíncrona, pública e transparente ao público externo.

PROJETOS/INICIATIVAS DA PRESIDÊNCIA DO TJPE

GePro - Gabinetes Numerados

Descrição:

Foram modificadas as nomenclaturas dos gabinetes do TJPE, bem como a forma de distribuição dos processos vinculados aos desembargadores, especialmente nos casos de mudança de câmara ou ingresso de novos magistrados.

A nova funcionalidade do sistema GePro passou a disponibilizar duas formas de visualização do acervo processual dos gabinetes do 2º grau:

Visão por CNS – apresenta os processos conforme a nomenclatura dos gabinetes numerados;

Visão por Desembargador – agrega todos os processos vinculados ao magistrado, independentemente da unidade (CNS) à qual estejam associados.

Essas visões permitem que os desembargadores identifiquem os processos que constam em seu gabinete numerado, mas que estejam vinculados a outro

magistrado. Além disso, a visão por desembargador possibilita a visualização agrupada de todos os processos sob sua relatoria ou vinculação, independentemente do CNS ao qual o processo esteja associado.

Resultados:

- Visão consolidada do acervo processual, tanto por desembargador quanto por unidade (CNS), facilitando o acompanhamento da relatoria, da vinculação dos processos e do cumprimento das metas.

Cadprest

Descrição:

Por meio do projeto, entidades públicas e privadas podem apresentar projetos sociais para acesso a recursos oriundos de medidas penais, transformando sanções judiciais em ações concretas de cidadania, inclusão social e fortalecimento das políticas públicas, com critérios claros e processo transparente.

Resultados:

- Para o edital estadual foram cadastrados mais de 120 projetos de diversas entidades públicas, já no primeiro ano em funcionamento.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Curso de Preparação de Pretendentes à Adoção EAD

Descrição:

O curso preparatório de pretendentes na modalidade à distância é organizado e realizado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco - CIJ, em parceria com as equipes interprofissionais das Varas da Infância com apoio da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – ESMAPE. O objetivo é oferecer, por meio de uma plataforma digital, informações psicossociais e jurídicas sobre a adoção, viabilizando a inscrição dos pretendentes no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA.

Resultados:

- 3.905 pretendentes alcançados por meio de 79 turmas ofertadas.

PROJETOS/INICIATIVAS DO ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Projeto Semana de Autoinspeção 2025

Descrição:

É um instrumento concebido à luz da estratégia nacional do Poder Judiciário proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Alinhada ao Objetivo Estratégico, promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, busca

desenvolver a cultura do procedimento de arquivamento dos processos mediante um monitoramento dirigido com a finalidade de redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias.

Etapas/Escopo:

1ª SEMANA DA AUTOINSPEÇÃO 2025: Instituída através de Ato Conjunto nº 18, publicado no DJE 117/2025, de 09/05/2025.

Escopo (Entregas): Movimentação de 100% (cem por cento) e o impulsionamento de 75% (setenta e cinco por cento) dos processos de conhecimento em tramitação há mais de 900 (novecentos) dias e sentenciados há mais de 30 (trinta) dias, até o limite de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com o propósito de reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida de Conhecimento TCLC do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Fase 1 – Planejamento

Fase 2 - Atos Preparatórios

Fase 3 - Semana de AutoInspeção

2ª SEMANA DA AUTOINSPEÇÃO 2025: Instituída através de Ato Conjunto nº 49, publicado no DJE 340/2025, de 10/11/2025.

Escopo (Entregas): processos de conhecimento com mais de 500 dias de tramitação, distribuídos por competência do 1º grau e Juizados Especiais, totalizando 84.530 processos.

Fase 1 – Planejamento

Fase 2 - Atos Preparatórios

Fase 3 - Semana de AutoInspeção

Resultados:

1ª SEMANA

- 84,76% (27.323 de 32.235 dos litígios alvo da atividade foram movimentados). Dentre essas movimentações, 10.152 feitos (31,49%) foram impulsionados, o que envolve baixas e arquivamentos definitivos, arquivamentos provisórios e suspensões; e 17.171 (53,27%) tiveram movimentações diversas, que vão desde despachos ordinatórios a sentenças.

2ª SEMANA:

- O percentual de impulsionamentos foi de 24,17%, enquanto o total de movimentações atingiu 67.801 (80,21%). A redução da Taxa de Congestionamento Líquida de Conhecimento (TCLC) nesse período foi de - 0,85 ponto percentual, superando a queda registrada em 2024 (-0,56 ponto percentual).

Digitalização do Acervo Físico (2022-2025)

Descrição:

Objeto: Digitalização e Migração de todo o acervo Cível e Criminal para o PJe (407.003 processos físicos (dados de Dez/2021).

Etapas/Escopo:

E1. Digitalização e Migração do acervo físico do 1º grau;

E2. Digitalização e Migração do acervo físico do 2º grau.

Resultados:

- Acervo eletrônico: 100%;
- Acervo total migrado (2020-2025): 452.145

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PREVENIR LITÍGIOS E ADOPTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS**PROJETOS/INICIATIVAS DO NUPEMEC - NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS****Semana Estadual de Conciliação 2025****Descrição:**

A Semana Estadual da Conciliação é um esforço concentrado do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Pernambuco para conciliar o maior número possível de processos em todo o Estado. Foi realizada de 05 a 09 de maio de 2025.

Resultados:

- Agendamentos = 12.950;
- Realizações de sessões = 8.985;
- Acordos efetivados = 4.414;
- Percentual de acordos = 49,13%;
- Valores homologados = R\$ 38.132.130,57.

Semana Nacional de Conciliação 2025**Descrição:**

A Semana Nacional da Conciliação é uma campanha anual organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de estimular a solução de conflitos por meio da conciliação e mediação. Foi realizada de 03 a 07 de novembro de 2025.

Resultados:

- Agendamentos = 13.967;
- Realizações de sessões = 10.737;
- Acordos efetivados = 7.005;
- Percentual de acordos = 65,24%;
- Valores homologados = R\$ 135.043.041,72.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DA FAMÍLIA**Laços Fortes****Descrição:**

É uma iniciativa preventiva e educativa que promove a articulação entre o Judiciário e a rede escolar para o enfrentamento dos impactos dos conflitos familiares, especialmente dos divórcios litigiosos, na vida de crianças e adolescentes. Sua finalidade é capacitar profissionais da educação como agentes multiplicadores, aptos a identificar, acolher e encaminhar situações de conflito familiar. As entregas incluem oficinas de formação, cartilha orientadora, material pedagógico lúdico, além de certificação e selo de parceria para as escolas participantes, fortalecendo a rede de proteção à infância.

Resultados:

- Fortalecimento da articulação entre o Judiciário e a rede escolar pública, promovendo a sensibilização e a capacitação dos profissionais da educação quanto aos impactos dos conflitos familiares, especialmente do divórcio litigioso, no desenvolvimento de crianças e adolescentes. A iniciativa ampliou a capacidade de identificação, acolhimento e encaminhamento adequado das demandas familiares no ambiente escolar, contribuindo para a proteção integral e para o fortalecimento da atuação em rede;
- Foram convidadas 10 escolas da rede pública da capital para participar do projeto, com efetiva participação na capacitação realizada. As instituições participantes receberam formação específica, material orientador e certificação, passando a integrar a rede colaborativa do Projeto Laços Fortes.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Conciliação Pré-Processual

Descrição:

Ampliação e modernização da conciliação pré-processual, com o fim de adequar à nova realidade digital. Esse projeto objetiva: 1. Estudo para possibilitar novos métodos de conciliação pré-processual por meio de projetos piloto. 2. Estudo para viabilidade da inclusão do pré-processual no TJPE+.

Resultados:

- Instalação do projeto piloto com a Claro S.A., na utilização de totem de conciliação no dia 07/03/2024;
- Inclusão do pré-processual, com a Claro S/A, no Aplicativo TJPE+.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

PROJETOS/INICIATIVAS DA COMISSÃO GESTORA DE SUSTENTABILIDADE

Promoção da Sustentabilidade

Descrição:

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, incluindo as seguintes áreas de atuação em Projetos: Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação para o tema da Sustentabilidade, Plano de Comunicação, Ações de Sensibilização, Inclusão social.

Em 2025, foi estruturado a partir do Plano de Logística Sustentável (PLS 2024–2026), da atuação da Comissão Gestora de Sustentabilidade e da implementação de ações práticas de educação ambiental e implementação do programa Justiça Carbono Zero a partir do levantamento do inventário de emissão de carbono, medida de redução e de compensação. A iniciativa integra governança, gestão de recursos, incentivo à produtividade jurisdicional ambiental e ações de impacto social, alinhadas às metas nacionais do CNJ e aos princípios de responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário.

Resultados:

- Reconhecimento nacional com a conquista do Prêmio Juízo Verde 2025, categoria Desempenho, concedido pelo CNJ, destacando o TJPE como referência na tramitação e julgamento de processos ambientais;
- Superação das Metas Nacionais do CNJ, com alcance de 200% da Meta 7, relacionada a processos coletivos e de relevante impacto social;
- Implementação efetiva do Plano de Logística Sustentável (PLS 2024–2026), com metas de redução de consumo de água, energia, papel e racionalização de gastos;
- Reestruturação da governança ambiental com a designação da nova Comissão Gestora de Sustentabilidade (Ato nº 55/2025), responsável pelo acompanhamento de indicadores e deliberação de políticas ambientais;
- Realização da 17ª Semana do Meio Ambiente, com ações descentralizadas em todo o estado, incluindo feiras orgânicas, incentivo à agricultura familiar, gestão de resíduos eletroeletrônicos, distribuição de sementes e implantação de hortas institucionais em unidades judiciárias;
- Fortalecimento da imagem institucional do TJPE como tribunal comprometido com a sustentabilidade, a efetividade da justiça ambiental e a responsabilidade social;
- IMPLS - Índice de Metas Alcançadas no PLS: (147 METAS – Aguardando dados dos temas Energia(5 metas) e Descarbonização (17 metas) Parcial: 73% metas alcançadas/superadas (85 metas/indicadores); 27% metas não alcançadas (32 metas/indicadores);
- IIPLS – Índice de Implantação das Ações Definidas no PLS: (225 ações; 77% ações consideradas implantadas (173 ações); 23% ações consideradas não implantadas (52 ações);
- IDS – Índice de Desempenho de Sustentabilidade: 2025 (ainda não apurado).

PROJETOS/INICIATIVAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Substituição de válvulas tradicionais de torneiras por válvulas de pressão automáticas

Descrição:

Substituição de torneiras tradicionais dos banheiros e copas dos prédios do Edifício Paula Baptista

Resultados:

- Foram substituídas 42 (quarenta e duas) torneiras.

Contratação do serviço de acondicionamento, coleta, transporte e destinação adequada dos resíduos da construção civil gerados através de atividades de construções, reformas, reparos e demolições de obras das unidades funcionais do TJPE.

Descrição:

Contratação de empresa para acondicionar, coletar, transportar e dar destinação correta e sustentável dos resíduos de construção civil das reformas executadas pela DIMAN.

Resultados:

- Disponibilização de 50 caçambas para serviço de locação, coleta, transporte e destinação adequada dos resíduos.

Aquisição de Gases Refrigerantes em Cilindros

Descrição:

Aquisição de GASES REFRIGERANTES EM CILINDROS visando a manutenção dos aparelhos condicionadores de ar, instalados nos diversos setores do TJPE em entregas parceladas conforme especificado no Termo de referência e no Edital de Licitação.

Resultados:

- Gás Refrigerante R-22 - acondicionado em cilindro com 13,6 Kg - Unidades 200;
- Gás refrigerante do tipo R-32, acondicionado em cilindro com 9,5 Kg - Unidades 300;
- Gás refrigerante do tipo R- 410 A, acondicionado em cilindro com 11,3 Kg – Unidades 300.

Aquisição de Condicionadores de Ar Tipo Split Inverter

Descrição:

Aquisição de equipamentos condicionadores de ar do tipo Split Inverter para substituição de equipamentos que se encontram obsoletos, bastante ruidosos ou

com baixa capacidade de refrigeração em entregas parceladas conforme definido no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

Resultados:

- 60 Unidades de aparelhos Hi Wall de 9.000 BTUs adquiridas;
- 200 Unidades de aparelhos Hi Wall de 12.000 BTUs adquiridas;
- 300 Unidades de aparelhos Hi Wall de 18.000 BTUs adquiridas;
- 160 Unidades de aparelhos Hi Wall de 24.000 BTUs adquiridas;
- 64 Unidades de aparelhos Hi Wall de 30.000 BTUs adquiridas;
- 51 Unidades de aparelhos Hi Wall de 36.000 BTUs adquiridas;
- 40 Unidades de aparelhos Piso Teto de 48.000 BTUs adquiridas.

Aquisição de Condicionador de Ar de Janela

Descrição:

Aquisição de condicionador de ar de janela para substituição do grande número de equipamentos que não apresentam mais possibilidades de reparo e utilização pelo TJPE. Tais equipamentos são distribuídos por todas as Comarcas ao longo do Estado, onde muitos já se encontram obsoletos, funcionam de forma precária ou com baixa capacidade de refrigeração, com entregas parceladas conforme definido no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

Resultados:

- Condicionador de ar de Janela (ACJ) tipo mecânico, capacidade de refrigeração de 18.000 BTUs, ciclo de ar frio, tensão 220 V com selo PROCEL Classificação A - 400 unidades adquiridas.

Aquisição de Condicionadores de Ar de 60.000 BTU's

Descrição:

Aquisição de condicionadores de ar Tipo Split Piso Teto, para substituição dos equipamentos que se encontram obsoletos ou sem peças para reparos, nos prédios do Palácio de Justiça e Fórum Paula Batista com entregas parceladas conforme descrito no termo de Referência e no Edital de Licitação.

Resultados:

- Condicionador de ar Tipo Split Piso Teto Inverter 60.000 BTUs, distância máxima de instalação da Unidade evaporadora maior ou igual a 40 metros, 220 V, serpentina de cobre e gás refrigerante - R 32 - 40 unidades adquiridas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE DADOS

SEEU

Descrição:

Busca aprimorar a eficiência e a gestão da execução penal no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com foco no correto uso e alimentação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), em conformidade com as exigências da Portaria nº 353/2023 do CNJ.

Também objetiva:

- Reduzir os incidentes de progressão de regime de pena vencidos, garantindo que os processos de execução penal estejam adequadamente atualizados e com movimentações precisas no SEEU;
- Contribuir para a obtenção do Prêmio CNJ de Qualidade, no eixo de Produtividade, no que concerne à redução dos incidentes de progressão de regime de pena vencidos no Sistema SEEU.

Com foco no cumprimento dos critérios da Portaria nº 353/2023 do CNJ (notadamente no art. 10, inc. XV), promoveu-se a especialização de Gabinete Específico na Central e Agilização Estadual, para atendimento às exigências do Prêmio, quanto aos incidentes de progressão de regime.

Resultados:

- Instituição de um Gabinete específico e um Grupo de Trabalho vinculado à Central de Agilização. Essa estrutura foi respaldada pela edição de atos normativos que autorizam a atuação direta nos incidentes vencidos.
- Tais medidas reduziram drasticamente o percentual de atrasos, elevando o TJPE ao patamar exigido pelo Prêmio CNJ de Qualidade. Todavia, como o ciclo de avaliação considera a média de 12 meses (ago/24 a jul/25), a redução recente não foi suficiente para a pontuação no PCNJQ25, visto que os percentuais anteriores à intervenção superaram os limites permitidos.
- Para o Prêmio 2026, o cenário é de conformidade, com a manutenção mensal dos índices abaixo do teto estabelecido. Ademais, o foco de atuação foi expandido para atender às novas exigências do CNJ para o ano corrente, priorizando o baixo percentual de incidentes vencidos em término de pena e livramento condicional, além da progressão de regime.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA CRIMINAL

Mês Estadual do Júri

Descrição:

Visa impulsionar o maior número possível de processos relacionados ao julgamento de crimes dolosos contra a vida, ao mesmo tempo em que se busca obter informações detalhadas sobre as dificuldades enfrentadas pelos Tribunais na operacionalização das sessões de julgamento. Foram realizadas duas edições no ano (maio e novembro).

Resultados:

- 1.278 sessões designadas;
- 1.012 sessões realizadas; e
- 246 não realizadas.

Núcleo de Justiça 4.0 - Criminal

Descrição:

Visa atuar em apoio às unidades judiciárias criminais de primeira instância em todo o território estadual.

Resultados:

- Foram analisados 1.324 processos, com posterior encaminhamento aos magistrados do Núcleo.

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ PJE

Projeto da Resolução 562/2024 - Implantação do Juízo das Garantias

Descrição:

Em atendimento à Resolução 562/2024 CNJ foi publicado o Ato nº 719 do TJPE, de 31.07.2025 (DJe 01.08.2025), que estabelece providências para a implementação do Juízo das Garantias no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Em agosto de 2025 foi implantado no sistema PJe o cargo, em todos os órgãos julgadores de competência criminal e conforme a Resolução, chamado Juiz de Garantias. Além disso foram implantadas automações para que os processos fossem vinculados aos novos cargos.

Resultados:

- Atendimento à Resolução 562/2024 do CNJ, implantando no sistema PJe o Juiz de Garantias, que se destina a assegurar a imparcialidade do processo penal, separando as funções do juiz que atua na fase de investigação daquele que julga o mérito da ação penal.

PROJETOS/INICIATIVAS DO GMF - GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Programa de Fomento, Monitoramento e Implementação das Audiências Concentradas do Socioeducativo

Descrição:

Criado pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 2016 e executado pelo GMF desde 2022, o projeto de Audiências Concentradas no Sistema Socioeducativo é uma metodologia de trabalho inspirada na experiência difundida na área protetiva capaz de garantir atenção jurídica e social preferencial a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Instituída no tribunal pernambucano pela Portaria CIJ/TJPE nº 02/2016 e pelo Provimento no 01/2019 do Conselho da Magistratura/TJPE, a metodologia surge para estimular e apoiar a implantação das audiências nas diversas Varas Regionais da Infância e Juventude. Além do atendimento processual tempestivo as audiências requisitam a participação de agentes da

rede de proteção visando qualificar o atendimento integrado ao adolescente (ECA/SINASE), priorizam as políticas de atendimento que respeitem o princípio da proteção integral e o desenvolvimento pleno, conforme recomendado na Constituição Federal Brasileira (1988), na Lei no 8.069/90 e na Lei nº 12.594/2012.

Resultados:

- Em 2025 foram atendidos 603 adolescentes através da referida metodologia. Deste total, 407 a medida socioeducativa aplicada mantida, 43 tiveram a extinção da medida socioeducativa, 63 com aplicação de liberdade assistida, 3 de prestação de serviço à comunidade, 26 de liberdade assistida cumulada com prestação de serviço à comunidade e 63 de semiliberdade.

Programa de fomento e implantação dos Núcleos de Atendimento Integrado - NAI

Descrição:

O Programa de fomento e implantação dos Núcleos de Atendimento Integrado – NAIs consiste em desenvolver a metodologia do Atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, nos termos estabelecidos pela Recomendação CNJ no 87/2021, busca oferecer subsídios para qualificar a porta de entrada de adolescentes no sistema de justiça juvenil. O objetivo é a construção de um atendimento integralizado e humanizado, pelos diversos órgãos que compõem tal sistema, no sentido de garantir os direitos constitucionalmente previstos a adolescentes a quem se atribua a prática de atos infracionais.

Resultados:

- Implantação do Núcleo de Atendimento Integrado da Capital – NAI Recife (conformidade Art. 5º da Recomendação CNJ no 87/2021);
- Implantação do Comitê Gestor Interinstitucional do NAI da Capital (conformidade Art. 7º da Recomendação CNJ no 87/2021);
- Elaboração de Diagnóstico do funcionamento das estruturas do atendimento inicial a ser aplicado no atendimento inicial da capital, construído pelo Grupo de trabalho do fluxo conforme o Art. 6ª da Recomendação CNJ no 87/2021.

Programa de Monitoramento das Inspeções Judiciais no âmbito das execuções de medidas socioeducativas

Descrição:

Consiste em ações de monitoramento do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos - CNIUPS. No âmbito do Estado de Pernambuco esta ação se divide em momentos distintos: monitoramento dos prazos da Resolução CNJ nº 77/2009 com acionamento dos juízos para cumprimento do prazo das inspeções, bem como orientação no uso do CNIUPS como administrador regional do sistema. Vale ressaltar, ainda, a organização e execução do mês das inspeções em programas de atendimento socioeducativo pelo Calendário Estratégico do TJPE.

Resultados:

GMF realiza de forma autônoma, contínua e sistematizada o monitoramento das inspeções em Programas Socioeducativos em meio aberto, mesmo na ausência de ferramenta nacional específica disponibilizada pelo CNJ para esse fim, permitindo:

- O monitoramento regular das inspeções realizadas pelas unidades judiciais competentes;
- A consolidação de dados mínimos essenciais para fins de governança, transparência e gestão;
- A preservação da continuidade da política de fiscalização, evitando lacunas institucionais no acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto.

Essa atuação evidencia um posicionamento proativo e inovador do GMF, que não se limitou à dependência de soluções nacionais ainda em desenvolvimento, mas assumiu a responsabilidade institucional de garantir a efetividade do dever de fiscalização, em consonância com as diretrizes do SINASE e da política judiciária nacional. Do ponto de vista qualitativo, o uso de ferramentas locais de controle permitiu ao TJPE manter:

- Regularidade no acompanhamento das unidades e programas de meio aberto;
- Padronização mínima de informações estratégicas; Capacidade de resposta institucional diante de demandas de órgãos de controle e de articulação interinstitucional.
- Capacidade de resposta institucional diante de demandas de órgãos de controle e de articulação interinstitucional.

Programa de Monitoramento da Plataforma Socioeducativa - PSE

Descrição:

Visa atender a um sistema desenvolvido para permitir o acompanhamento e gestão de uma política nacional para a Justiça Infantojuvenil relacionada ao sistema socioeducativo. O referido Cadastro, atualmente gerido pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema carcerário e Socioeducativo, é ferramenta eletrônica para a expedição das guias obrigatórias aos adolescentes em conflito com a lei, previstas na Resolução no 165/12 do CNJ e em sintonia com as disposições da Lei no 12.594/12 (Lei do Sinase). O monitoramento e correto funcionamento da PSE possibilita a extração de relatórios em tempo real, relacionados à totalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (a exceção de advertência e Obrigação de Reparar o Dano), o perfil dos adolescentes cadastrados, medidas socioeducativas aplicadas e natureza dos atos infracionais praticados, o que busca dar visibilidade a uma realidade ainda pouco em evidência.

Resultados:**1. Resultados quantitativos****1.1 Atendimento técnico-operacional:**

- Desde março de 2025, o GMF passou a atuar como instância de apoio técnico e articuladora no processo de implantação da PSE;

- Nesse período, foram atendidos, em média, mais de 100 chamados técnicos, envolvendo magistrados(as), assessorias, diretorias de processamento remoto e servidores com atuação direta na execução de medidas socioeducativas.

Os chamados abrangeram, sobretudo:

- Orientações sobre emissão e correção de guias de execução; o Apoio à adequada classificação processual e vinculação de adolescentes;
- Tratamento de inconsistências sistêmicas identificadas no fluxo inicial de utilização da plataforma;
- Interlocução com a equipe nacional da PSE/CNJ para resolução de demandas estruturais.

1.2 Migração e saneamento do acervo

- No processo de transição tecnológica, foi realizada a migração aproximada de 3.500 processos do CNACL para a Plataforma Socioeducativa (PSE);
- Essa migração representou um marco relevante para:
 1. Centralização das informações da execução socioeducativa em ambiente único;
 2. Redução de duplicidades e inconsistências cadastrais; o Ampliação da confiabilidade dos dados utilizados para fins de monitoramento, inspeção e governança.

2. Resultados qualitativos

2.1 Qualificação da execução da medida socioeducativa • A atuação do GMF contribuiu para a padronização de fluxos e procedimentos relacionados à execução das medidas socioeducativas, reduzindo assimetrias entre unidades judiciais.

Gerenciamento do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo

Descrição:

Visa instrumentalizar no âmbito do Estado de Pernambuco o funcionamento do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo em Pernambuco, a metodologia da Central de Vagas foi impulsionada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida no Habeas Corpus 143.988, de 25 de agosto de 2020, e se apresenta como uma iniciativa plausível e de êxito para operacionalizar a gestão de vagas no âmbito dos Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo. Trata-se de um serviço, em execução pela Funase, responsável por gerir as vagas das unidades socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória, em conformidade com o limite máximo de ocupação de vagas e com o princípio *numerus clausus* (ou da ocupação taxativa) e que no âmbito do TJPE está insito o Comitê, que tem funcionamento não jurisdicional e com competências de monitoramento e orientação para o sistema socioeducativo em meio fechado. Além disso, o Comitê tem como objetivo colaborar para o aprimoramento e qualificação do atendimento socioeducativo, dando efetividade aos preceitos constitucionais, ao ECA e ao Sinase.

Resultados:

- Monitoramento de 100% das unidades e as respectivas ocupações de vagas no sistema socioeducativo;
- Elaboração e colaboração para composição do relatório de gestão anual a ser encaminhado ao DMF/CNJ conforme disciplinado na Resolução CNJ nº 214/2015;
- Realização de 20 reuniões interinstitucionais bimestrais do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo.

Programa de Monitoramento das Internações Provisórias e das execuções de medidas socioeducativas

Descrição:

Tem por objetivo dar cumprimento à Resolução CNJ nº 214/2015, em especial ao Art. 6º incisos II, III-d e IV, realizando a fiscalização e monitoramento da entrada e da saída de adolescentes das unidades do sistema socioeducativo acompanhando o tempo de duração e, com base nos sistemas eletrônicos, divulgar no sítio eletrônico do respectivo tribunal, relatório quantitativo semestral das medidas socioeducativas, e por fim acompanhando o tempo de duração e, divulgando no sítio eletrônico do respectivo tribunal, relatório mensal do quantitativo das internações provisórias decretadas no sistema de justiça juvenil, oficiando a autoridade judicial responsável pela extrapolação do prazo máximo de 45 dias.

Resultados:

1. Controle efetivo do tempo das internações provisórias - Foi implementado fluxo contínuo de fiscalização das internações provisórias, com:

- Monitoramento mensal do quantitativo de internações decretadas;
- Controle rigoroso do prazo máximo de 45 dias previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Expedição de comunicações formais às autoridades judiciais em caso de extrapolação de prazo;
- Publicização periódica dos dados no portal institucional.

Esse mecanismo reduz riscos de ilegalidades por excesso de prazo, fortaleceu a segurança jurídica das decisões e garantiu maior aderência ao princípio da brevidade e excepcionalidade da privação de liberdade.

2. Fiscalização estruturada das execuções de medidas socioeducativas - No campo das execuções, o Programa estruturou:

- Acompanhamento da entrada e saída de adolescentes nas unidades socioeducativas;
- Monitoramento do tempo de duração das medidas;
- Consolidação de relatórios quantitativos semestrais com base nos sistemas eletrônicos;
- Divulgação transparente das informações no sítio eletrônico do Tribunal.

A padronização dos dados permitiu diagnóstico mais preciso do sistema, identificação de inconsistências e indução de boas práticas nas unidades judiciais.

3. Consolidação da governança de dados socioeducativos - O Programa fortaleceu a cultura institucional de controle e transparência, alinhando-se às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e às políticas nacionais de monitoramento do sistema socioeducativo. A utilização de sistemas eletrônicos para extração, análise e divulgação de informações conferiu maior confiabilidade aos dados e ampliou a capacidade de resposta do Tribunal frente a demandas do CNJ, auditorias externas e avaliações estratégicas.

4. Impacto institucional - Como resultado concreto, o Programa:

- Reduziu inconsistências no controle de prazos;
- Aumentou a regularidade das informações enviadas aos sistemas nacionais;
- Fortaleceu a articulação entre magistratura, unidades socioeducativas e gestão de dados;
- Estabeleceu uma rotina permanente de monitoramento, com geração de relatórios mensais e semestrais.

Implantação do BNMP 3.0

Descrição:

Projeto destinado à implantação do BNMP 3.0 no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Resultados:

- ETAPA 1 (implantação): em fase de conclusão
 - E1.1 Implantação do BNMP3: concluída;
 - E1.2 Capacitação do CNJ (encontros virtuais): concluída;
 - E1.3 Webinar TJPE para público externo: concluída.
- ETAPA 2 (integração): não iniciada.
 - E2.1 PJe; não iniciada
 - E.2.2 Demais sistemas: não iniciada.

Saneamento do BNMP

Descrição:

A ação é desenvolvida por um Grupo de Trabalho criado em 2022 – segue em andamento – voltado a reduzir a disparidade entre os dados prisionais dos sistemas SIAP e BNMP, por meio da confecção de Alvarás de Soltura, Mandados de Prisão, unificações de Registro Judiciário Individual (RJI), abertura de chamados perante o CNJ.

A metodologia evoluiu para incluir intervenções diretas e uma coordenação centralizada, para resultar em uma melhora significativa na precisão dos dados prisionais.

Resultados:

- Diminuição significativa das duplicidades de Registro Judiciário Individual (RJI) para a mesma pessoa, unificando com base nas informações obtidas do painel do BI do CNJ;
- Adequação de mandados cumpridos à vara correta, modificando a competência da peça; Criação de fluxos para emissão de documentação civil

(registro de nascimento, CPF, RG, Carteira de Trabalho, título de eleitor) para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional;

- Inativação de cadastrados já falecidos que ainda estavam ativos no sistema, emitindo a certidão de extinção de punibilidade por morte;
- Adequação dos procurados que estavam registrados como presos provisórios, mas que no andamento processual e em pesquisa ao SIAP constava sua liberdade;
- Expedição de mais de cerca de 7.000 peças para regularizar situações de pessoas constante no sistema entre presos e soltos - no ano de 2025;
- Inclusão de CPFs nos RJIs que se encontrava sem essa informação, em busca no PDPJ ou ECAC.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

PROJETOS/INICIATIVAS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE DADOS

Programa de Saneamento de Inconsistências Processuais

Descrição:

Visa sanear a base de dados das unidades judiciais do TJPE, diminuindo as inconsistências nos registros processuais por meio da devida qualificação de dados, nos moldes preconizados pelo CNJ (Resolução CNJ n.º 331/2020), garantindo a qualidade e a integridade dos dados no Datajud, com foco no saneamento, qualificação e manutenção contínua das informações.

Tem por objetivo diminuir o percentual de inconsistências processuais para níveis mínimos, tendo como referência as TPU's do CNJ, bem como estabelecer uma cultura de qualificação de dados por parte dos servidores e magistrados por meio de capacitações.

Desenvolvido e implementado um conjunto de scripts de qualificação de dados, visando a correção e padronização dos registros. Além disso, o projeto buscou garantir que todas as unidades judiciárias cumpram a obrigatoriedade de manter seus dados hígidos, em conformidade com a Portaria n.º 114 de 11 de setembro de 2024, para que possam ser reconhecidas e premiadas no âmbito do Prêmio Gestão e Eficiência.

A capacitação de magistrados(as), servidores(as) e público externo foi uma das frentes do projeto, com a implementação de treinamentos específicos para o preenchimento correto e eficiente dos dados no PJe, especialmente no que diz respeito a campos críticos como classes, assuntos, movimento e documentos. Dessa forma, o projeto visa melhorar a eficiência do sistema judiciário, promover a transparência, reduzir erros operacionais e assegurar o uso de dados de alta qualidade para a tomada de decisões, com impacto direto na premiação e reconhecimento de boas práticas.

Resultados:

Em 2025 o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou diversas ações de qualificação de dados, o que resultou no atingimento integral dos requisitos anteriormente não alcançados na edição do Prêmio CNJ 2024, especificamente

quanto à alínea c.4, do art.12, I (movimento de suspensão com complemento preenchido) e alíneas c.1 (95% das unidades judiciárias com 95% dos processos com documento do polo passivo preenchido) e c.2 (95% das unidades judiciárias com 95% dos processos com documento do polo ativo preenchido), do art. 12, III. Nesse sentido, a Governança de Dados mapeou mais de 6.000 movimentos de suspensão sem temas cadastrados e em conjunto com a SETIC realizou ações de saneamento, o que fez com que o TJPE atingisse 100% de cumprimento em tal requisito (c.4). Ainda, a Governança de Dados, em conjunto com a CENJUD/Central de Revisores, vem realizando constante saneamento do acervo do Tribunal, notadamente quanto à inserção de documento (CPF/CNPJ) das partes do polo passivo e ativo dos processos. Assim, a CENJUD/Central de Revisores analisou e retificou milhares de processos inconsistentes, na ordem de mais de 13 mil, o que levou ao alcance das alíneas c.1 e c.2, do art. 12, III, da Portaria do Prêmio CNJ 2025, elevando o percentual de cumprimento que era de 94% para 98% (c.1) e de 78% para 98% (c.2). Por fim, em virtude de solicitação do NUGEPNAC, a Governança de Dados articulou com a CENJUD a análise/retificação das classes processuais dos processos de Ações Coletivas em trâmite no TJPE inconsistente no sistema CACOL/CNJ, sendo analisados mais de 2.000 processos e retificados cerca de 1.401 ações.

Construção e Padronização de Painéis de Business Intelligence (BI) para gestão estratégica de indicadores

Descrição:

A fim de aprimorar a gestão institucional por meio do uso intensivo de dados e indicadores, fortalecendo a governança, a transparência, o monitoramento de metas e a tomada de decisão baseada em evidências, a Coordenadoria de Governança de Dados desenvolveu painéis de Business Intelligence (BI).

O projeto é voltado à criação, evolução e padronização de painéis de BI para acompanhamento de indicadores estratégicos, táticos e operacionais do TJPE. Incluiu a estruturação de bases e regras de negócio, definição de indicadores, desenvolvimento de dashboards interativos, documentação de métricas e rotinas de atualização, com foco em qualidade, rastreabilidade e confiabilidade dos dados, além de facilitar o acesso às informações por gestores e áreas demandantes.

Os painéis permitem o monitoramento sistemático dos indicadores e subsidiam a tomada de decisão baseada em evidências.

Resultados:

Painéis de BI construídos:

- Dashboard de produtividade dos gabinetes do GCAP;
- Painel de BI para acompanhamento da produtividade das unidades judiciárias, contemplando dados relativos a acervo;
- Dashboard de acompanhamento da produtividade das unidades judiciárias, contemplando dados relativos à distribuição processual;
- Cinco dashboards para acompanhar o desempenho do TJPE Prêmio CNJ de Qualidade 2025, um para cada um dos 4 eixos mais 1 contemplando a pontuação total;
- Dashboard do Justiça em Números (status: iniciado);

- Além disso, a Coordenadoria de Governança atuou no direcionamento para construção de painel de BI contemplando a visualização de indicadores no Sicor, executado pela SEPLAN.

PROJETOS/INICIATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Padronização dos Documentos de Licitação

Descrição:

TJPE não observava padrões documentais nos Termos de Referência, Editais de Licitação e Contratos, o que gerava demora desnecessária com confecção de novos documentos por ato, ampliando a possibilidade de lacunas e erros na elaboração de novos instrumentos, retrabalho pela análise individual, além de insegurança jurídica no uso e análise dos documentos feitos por ato. A padronização garante a celeridade e segurança nos fluxos documentais, permitindo tanto aos usuários internos, quanto aos externos a prática de atos mais seguros e com tramitação mais célere e objetiva nos processos licitatórios. Também garante que as contratações, decorrentes dos processos licitatórios, atinjam a maior vantajosidade possível.

Resultados:

- Atualmente o site da SAD já conta com alguns modelos de Termos de Referência (TR), Estudo Técnico Preliminares (ETP) e Documentos de Formalização de Demandas (DFD), mas ainda necessita ampliar a construção dos modelos;
- Os modelos já aprovados estão disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico indicado (TR e ETP). Os DFD estão disponíveis como documentos padrões do SEI, facilitando a abertura adequada dos processos eletrônicos.

Link: <https://portal.tjpe.jus.br/web/secretaria-de-administracao/modelos-dedocumentos-para-fins-de-contrata%C3%A7%C3%A3o1>

Transparência SAD

Descrição:

Disponibilizar para a sociedade em geral, bem como para o público interno, acesso aos contratos e convênios formalizados pelo TJPE, através de processo simples de consulta no Portal da Transparência, bem como criação de aba no site do TJPE, para tratar de assuntos pertinentes à Secretaria de Administração, publicizar os setores, notícias e realizações.

Resultados:

Passou-se a prestar um melhor atendimento ao princípio constitucional da Publicidade dos atos/contratos da Administração Pública para toda a sociedade, bem como às exigências dos órgãos de controle interno e externo, a exemplo da Governança do TJPE, Conselho Nacional de Justiça/CNJ e Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco/TCE-PE. Portal de Transparência atualizado, com todos os instrumentos contratuais desde 2017, além de criação de novo campo

de pesquisa para consulta pública, o que permitiu o atendimento integral dos requisitos de avaliação de controle externo.

Acesso à página da SAD: <https://portal.tjpe.jus.br/web/secretaria-de-administracao>

Acesso ao Portal da Transparência (Contratos e Convênios): <https://portal.tjpe.jus.br/web/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-decooperacao/contratos-e-convenios>

Projeto Norma + “Padronização e Eficiência na Administração”

Descrição:

Para melhor atender aos princípios constitucionais da boa administração pública, bem como às exigências dos órgãos de controle externo, a SAD/TJPE necessita normatizar algumas temáticas, a fim de garantir transparência, celeridade e segurança jurídica, tanto para o público interno como para a sociedade em geral. Ademais, a normatização permite que todos os atores envolvidos no processo de contratação possam prever e ajustar sua atuação, na busca de melhores resultados. As temáticas inicialmente trabalhadas serão:

- Diretrizes para Licitações e Contratos no TJPE;
- Planejamento Anual das Contratações (PAC);
- Diretrizes sobre contratos de locação de imóveis.

Resultados:

- Já foram enviadas à Presidência, para análise, as minutas das normas internas para as temáticas acima indicadas. Em 28/11/2024, foi aprovada a IN 045/2024, que dispõe sobre Plano Anual de Contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE), e está disponível para consulta na página da SAD.
- A partir da normatização do PAC vários resultados são alcançados, visto que, ao planejar suas contratações, o Tribunal investe em economia de recursos, desenvolve uma visão macro de suas necessidades de contratação, democratiza o processo de contratação, garantindo a todos os setores do TJPE a possibilidade de indicar suas necessidades, além de publicizar para a sociedade, em especial para as empresas interessadas, o panorama de contratações futuras, permitindo que se preparem para as demandas. Destacamos que as normativas acerca de Licitações e Contratos e Locações, estão aguardando análise.
- Com a contratação de Consultoria especializada em 2025, acredita-se que a conclusão das Diretrizes para Licitações e Contratos no TJPE serão concluídas no ano de 2026.

Gestor Capacitado

Descrição:

Ação integrada ao PLS 2025 – O projeto consiste em desenvolver uma cartilha orientativa para capacitar os Gestores de Contratos e Convênios do TJPE. O material servirá como guia para gestores, promovendo maior qualidade técnica à gestão contratual

Resultados:

- A publicação de uma cartilha para orientar gestores de contratos tende a produzir efeitos positivos imediatos e estruturantes na administração, ao promover a padronização de procedimentos, o alinhamento das práticas às normas vigentes e a redução de interpretações divergentes. Ao oferecer diretrizes claras sobre atribuições, registros, fluxos e tomadas de decisão, a cartilha fortalece a atuação preventiva do gestor, reduz falhas formais, aumenta a segurança jurídica e contribui para a correta instrução dos processos desde a fase de execução contratual;
- Além disso, a cartilha funciona como instrumento de governança e gestão de riscos, ao evidenciar o compromisso institucional com a orientação e a capacitação dos agentes públicos. Seus efeitos refletem na diminuição de retrabalho, na melhoria da comunicação entre áreas técnicas, jurídicas e de controle, na redução de passivos administrativos e na qualificação das decisões, inclusive em processos de apuração e aplicação de penalidades, reforçando a eficiência, a transparência e a maturidade administrativa do órgão.

Link: <https://portal.tjpe.jus.br/web/secretaria-de-administracao/gestores-de-contratos>

Dia D – Planejamento de Contratações**Descrição:**

Visa aprimorar o planejamento das contratações no TJPE, garantindo maior eficiência, transparência e alinhamento com as necessidades institucionais. A iniciativa faz parte do Plano Anual de Contratações, publicado em 2024, e busca capacitar todos os gestores de contratos, promovendo boas práticas e otimizando processos. O primeiro planejamento aconteceu em fevereiro de 2025 e o segundo está agendado para fevereiro de 2026.

Resultados:

- Como o primeiro dia de planejamento aconteceu em 2025, espera-se alcançar maior precisão e aderência do Plano Anual de Contratações às necessidades institucionais. Também visa redução de contratações emergenciais, uso de suprimentos e retrabalho nos processos licitatórios, através do aperfeiçoamento das competências dos gestores de contratos. Almeja-se, ainda, alcançar melhoria na eficiência e transparência das contratações no TJPE.

Projeto IA na Padronização de TRs e Editais de Licitação**Descrição:**

Visa utilizar Inteligência Artificial para padronizar Termos de Referência (TRs) e editais de licitação, garantindo maior eficiência, conformidade e qualidade nos documentos, com a criação de templates padronizados com base em boas práticas e normativas e treinamento e capacitação da equipe para uso da ferramenta.

Resultados:

- Uma comissão foi formada para acompanhar a implementação, discutir melhorias e garantir alinhamento estratégico. Atas de reuniões registram as deliberações e avanços do projeto. Espera-se redução de erros e inconsistências nos documentos, maior agilidade na elaboração e revisão de TRs e editais, aumento da conformidade com a legislação vigente, otimização do tempo da equipe e redução de retrabalho.

PROJETOS/INICIATIVAS DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E OBRAS

Serviços de reforma das fachadas, recuperação da estrutura metálica da cobertura e substituição da estrutura metálica da platibanda do prédio do Fórum Rodolfo Aureliano

Descrição:

Visa utilizar Inteligência Artificial para padronizar Termos de Referência (TRs) e editais de licitação, garantindo maior eficiência, conformidade e qualidade nos documentos, com a criação de templates padronizados com base em boas práticas e normativas e treinamento e capacitação da equipe para uso da ferramenta.

Resultados:

A execução deste serviço obteve um resultado satisfatório pois foram realizados vários serviços de grande importância para o adequado funcionamento do Fórum Rodolfo Aureliano, como:

- Retirada das pedras de granito das fachadas e pilares;
- Substituição e/ou recuperação das vigas metálicas da cobertura;
- Tratamento e pintura de todas as vigas internas e externas;
- Instalação de telhas, rufos e calhas, cobrindo as vigas internas e externas da cobertura;
- Instalação de SPDA;
- Instalação de linhas de vida nas vigas de bordo das fachadas e pátio interno;
- Instalação de passarela metálica para trânsito das equipes de manutenção pela cobertura, Instalação de guarda-corpos e escadas de marinho nas casas de máquinas e reservatórios superiores.

Serviços de reforma do Prédio Anexo ao Edifício Paula Baptista

Descrição:

Os serviços previstos são devido à necessidade de ocupação do espaço reformado por unidades judiciais da área meio, a fim de liberar espaço para unidades da área fim no Edifício Paula Baptista. Reforma e adaptação da área do prédio para utilização das unidades da SIOB.

Resultados:

- O Prédio Anexo Paula Baptista segue em reforma Geral e adaptação do edifício, que possui 5 pavimentos, distribuídos da seguinte forma: no Térreo ficará recepção, almoxarifado, sala técnica, Diretoria de Patrimônio, WCs, suíte; 1º pavimento, Gerências da Diretoria de Engenharia e Arquitetura,

Arquivo de Engenharia e Arquitetura, Wcs e sala técnica; 2º Pavimento, Diretoria de Engenharia e Arquitetura e Gerências, WCs, 1 Copa, Sala técnica; 3º Pavimento, Diretoria de Manutenção, Wcs, sala técnica; 4º Pavimento, Sec. de Infraestrutura e Obras, WCs, 1 Copa, sala técnica, terraço descoberto para convivência. A Edificação conta também com escada e um elevador.

Serviços de Reforma do Fórum Lourenço José Ribeiro (Fórum de Olinda)

Descrição:

Essa demanda está em alinhamento com o Plano de Obras (item 62) - Resolução nº 490/2023- TJPE. Buscando proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e demais funcionários. Substituição de piso e revestimento em diversos pavimentos do complexo, bem como a substituição das telhas e calhas. Além disso, devido às intempéries do tempo de vida e do alto fluxo de usuários, verificou-se a necessidade de diversos serviços de manutenção nas áreas do prédio (pinturas, reparos de esquadrias, adequação de guarda-corpos, corrimãos, etc.).

Resultados:

- O Fórum contou com a substituição completa da cobertura do prédio principal, com novas telhas de fibrocimento (aprox.: 1.660m²), assim como a impermeabilização completa das calhas com nova manta asfáltica (aprox.: 1.100m²) e instalação de chapim de concreto em toda platibanda.
- Além da limpeza e impermeabilização dos reservatórios superiores e substituição das juntas de dilatação. Internamente, contou com a instalação de novo piso do tipo porcelanato em todos os pavimentos (estando concluídos o Pavimento Térreo, 2º e 3º - aprox.: 4.530m²), inclusive com a adequação dos sanitários públicos e de funcionários à norma de acessibilidade.
- Contou também com a pintura completa das paredes e guarnições das portas destes pavimentos, além da instalação do novo sistema de acesso com catracas no térreo, estabelecido pela APMC.
- Incluiu, ainda, o projeto de reestruturação das varas, com instalação de novas divisórias em drywall com preenchimento em lã de rocha, conforme novos layouts (com criação de Sala de Depoimento Acolhedor, Sala de amamentação, Salas para NAP, implantação da 6ª Vara Cível e instalação da Diretoria Regional da Zona da Mata no Térreo, que está em andamento.

Construção do novo Fórum da Comarca de Nazaré da Mata

Descrição:

O Fórum da Comarca de Nazaré da Mata, está em fase final de construção, com data prevista para inauguração no início de Fevereiro/2026. Fica localizado na Rua Coronel Manoel Inácio, nº 41 - Centro - Nazaré da Mata/PE. Com área construída de 597,61 m².

Resultados:

- A edificação do Novo Fórum da Comarca de Nazaré da Mata possui apenas um pavimento. O Projeto previu a distribuição da seguinte forma: recepção, atendimento da vara única, secretaria da vara única, sala de audiência, sala do juiz, sala dos assessores, 01 sala para OAB e Defensoria, 01 Copa, salas técnicas, WCs, sala dos oficiais, sala de amamentação, Sala para audiência de Custódia, Custódia com 02 celas, sala dos jurados, sala de testemunhas/reconhecimento, salão do júri. A área externa é composta por jardins, 03 vagas de veículos, Casa de bombas/lixreira e 01 subestação.

Leilão Veículos

Descrição:

O projeto Leilão de Veículos teve por finalidade a alienação de veículos considerados antieconômicos, obsoletos ou inservíveis para a Administração, mediante procedimentos formais de leilão, assegurando ampla publicidade, transparência e retorno financeiro ao erário.

Foram conduzidos dois processos administrativos distintos, ambos com publicação específica para fins de transparência, conforme registros nos respectivos autos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Resultados:

- Redução do passivo de manutenção da frota;
- Regularização patrimonial dos bens alienados;
- Otimização dos espaços físicos destinados à guarda de veículos;
- Reforço às práticas de governança, transparência e gestão eficiente dos ativos públicos.

Locação de Veículos Elétricos

Descrição:

O projeto de Locação de Veículos Elétricos teve por finalidade a introdução, em caráter estratégico e experimental, de veículos movidos a energia elétrica na frota do Tribunal de Justiça de Pernambuco, como medida voltada à modernização da gestão de transportes, à redução de emissão de poluentes e ao alinhamento às boas práticas de sustentabilidade no âmbito da Administração Pública.

A iniciativa foi formalizada por meio do Contrato nº 133/2025, decorrente do processo administrativo SEI nº 00029223-79.2025.8.17.8017, contemplando a locação de 02 (dois) veículos elétricos.

Resultados:

- Introdução de tecnologia limpa na frota institucional;
- Alinhamento do TJPE às políticas de sustentabilidade e inovação;
- Subsídio técnico para futuras decisões estratégicas relacionadas à eletrificação da frota;
- Redução potencial de impactos ambientais associados ao uso de combustíveis fósseis.
- Resultados Quantitativos:
- Locação de 02 veículos elétricos em operação;

- Execução contratual no período de setembro a dezembro de 2025.

Rescisão de Locação de Imóveis

Descrição:

O projeto de Rescisão de Locação de Imóveis teve por finalidade a devolução de imóveis locados que se tornaram desnecessários ao funcionamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em razão de reorganização administrativa, redistribuição de unidades, otimização de espaços próprios e racionalização de custos.

Resultados:

- Economia de R\$ 2.825.849,16 (dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos) para os cofres públicos.

Projeto Implantação do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança (SIGAC)

Descrição:

Objeto: Este projeto tem como objetivo desenvolver e implantar a versão inicial do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança - SIGAC de valores de natureza tributária e não tributária do TJPE, que envolve os fluxos de Atendimento, Cobrança e Protesto relacionados à arrecadação destes recursos, assim como executar as ações necessárias para a efetiva implantação desta solução.

Etapas/Escopo:

Etapa 1:

Entrega 1.1 - Módulo Atendimento Entrega

1.2 - Módulo Cobrança (Registro da dívida, Emissão de Certidão eletrônica de débito e cobranças judiciais) Entrega

1.3 - Módulo Cobrança (Intimação via e-Carta com integração com os Correios e Emissão da guia de recolhimento); Publicação do Normativo sobre Restituição de Valores. Capacitações (Elab e Execução): 01/08 a 30/09

Etapa 2: Módulo Cobrança (Status do e-Carta), Módulo Cobrança (Parcelamento) e Módulo Protesto.

Requisito 1: Área do Cidadão Devedor (web)

Requisito 2: Gestão dos Pagamentos (Integração com o Banco do Brasil)

Requisito 3: Protesto das Dívidas (Integração com o Instituto de Protesto)

Entrega 4: Requisito 1 + Parte do Requisito 2 (Geração da guia de pagamento)

Entrega 5: Complemento do Requisito 2 (parcelamento e demais funcionalidades de gestão de pagamento) + Requisito 3

Resultados:

Etapa 1:

Entrega 1.1 - Módulo Atendimento

Entrega 1.2 - Módulo Cobrança (Registro da dívida, Emissão de Certidão eletrônica de débito e cobranças judiciais)

Entrega 1.3 - Módulo Cobrança (Intimação via e-Carta com integração com os Correios e Emissão da guia de recolhimento); Publicação do Normativo sobre Restituição de Valores. Capacitações (Elab e Execução): 01/08 a 30/09
Etapa 2: Módulo Cobrança (Status do e-Carta), Módulo Cobrança (Parcelamento) e Módulo Protesto.

SISCONDJ

Descrição:

Objeto: Possibilitar a automação do processamento de ordens judiciais, precatórios e requisições de pequenos valores - RPV, compreendendo os serviços de emissão de guias de acolhimento de depósitos judiciais, consultas de saldos e extratos e de informações gerenciais e levantamento de contas e ou parcelas de depósitos judiciais e emissão de alvará eletrônico e seu pagamento via pix.

Etapas/Escopo: E1: Planejamento; E2: Homologação do Sistema; E3: Implantação do Sistema; E4: Treinamento de unidade piloto; E5: Normatização do uso do Sistema; E6: Capacitação usuários geral; e E7: Pós-implantação

Resultados:

- Automatização do processamento de ordens judiciais, precatórios e requisições de pequenos valores - RPV, compreendendo os serviços de emissão de guias de acolhimento de depósitos judiciais, consultas de saldos e extratos e de informações gerenciais e levantamento de contas e ou parcelas de depósitos judiciais e emissão de alvará eletrônico e seu pagamento via PIX.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DA FAMÍLIA

Reestruturação técnico operacional das salas das equipes técnicas multiprofissionais com jurisdição em família

Descrição:

Aquisição de recursos e melhorias estruturais nas salas de atendimento infantil dos NAPS e CAP para qualificação dos atendimentos com famílias.

Resultados:

- Reforma no NAP Jaboatão; distribuição de materiais lúdicos para diversas unidades; início das adequações físicas em Olinda e Paulista; planejamento conjunto para melhorias internas.

PROJETOS/INICIATIVAS DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Integra SGP

Descrição:

Tem por finalidade a promoção de uma cultura organizacional que motive a integração dos (as) servidores(as) do Poder Judiciário Estadual, por meio da valorização de um conjunto de princípios e diretrizes que orientam as práticas em gestão de pessoas, em alinhamento com os objetivos estratégicos da Instituição. A ação corporativa de modelo expositivo-didático, com a apresentação de palestras por profissional(is) especializado(s) da referida área do conhecimento.

O Integra SGP proporciona ganhos consideráveis ao seu público-alvo. Para a instituição, alguns dos benefícios são: a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos (as) colaboradores (as) e o desenvolvimento de uma cultura organizacional que valoriza o engajamento e a integração, oportunizando, assim, o fortalecimento das equipes e a excelência no serviço público.

Resultados:

- Na edição do Integra SGP (2025) tivemos a participação de 138 servidores na modalidade presencial;
- No que diz respeito ao aspecto qualitativo, observa-se:
 - a) Aumento do engajamento e comunicação entre os (as) colaboradores (as) participantes;
 - b) Maior integração entre as unidades da Secretaria de Gestão de Pessoas/TJPE;
 - c) Elevação da satisfação, do bem-estar e do comprometimento no trabalho;
 - d) Elevação da eficiência na prestação dos serviços.

Monitoramento e Análise do Absenteísmo no TJPE pela Gerência da Perícia Oficial em Saúde

Descrição:

Consiste no monitoramento sistemático, análise e consolidação dos dados de absenteísmo dos servidores, com acompanhamento mensal dos afastamentos por motivo de saúde, incluindo a identificação e destaque dos casos relacionados aos CID do grupo F.

A iniciativa atende a demandas institucionais internas e a solicitações externas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), subsidiando a prestação de informações obrigatórias, bem como apoiando a gestão estratégica de pessoas, o planejamento institucional e ações de promoção da saúde e bem-estar.

O projeto está institucionalizado como prática contínua da unidade desde janeiro de 2015, com geração periódica de relatórios gerenciais e quadros demonstrativos, contribuindo para o cumprimento das diretrizes nacionais de gestão de pessoas do Poder Judiciário, para a transparência institucional e para o aperfeiçoamento contínuo da administração pública.

Resultados:

Qualitativos

- Fortalecimento da gestão baseada em evidências na área de saúde e gestão de pessoas;
- Subsídio técnico à tomada de decisão da alta administração;
- Apoio à formulação de ações preventivas e de promoção do bem-estar dos servidores;
- Atendimento qualificado às demandas de órgãos de controle e governança, especialmente o CNJ.

Quantitativos

- Elaboração e envio mensal de relatórios gerenciais consolidados;
- Consolidação histórica de dados de absenteísmo desde 2015;
- Atendimento periódico às solicitações do CNJ relativas a afastamentos por motivo de saúde.

Avaliação Pericial Psicossocial

Descrição:

Consiste no desenvolvimento de avaliações psicossociais periciais, realizadas por psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Perícia Oficial em Saúde do TJPE, com a finalidade de subsidiar decisões da Junta Médica relacionadas à saúde do servidor e à organização do trabalho. A atuação envolve atendimento pericial ao servidor, análise documental e histórico de licenças, quando necessário contato com familiares, chefias e unidades de lotação, além de elaboração de pareceres técnicos que orientem a condução administrativa e o cuidado em saúde, em alinhamento ao objetivo estratégico de aperfeiçoar a gestão de pessoas. Nesse sentido, trata-se de uma atuação imprescindível para garantir que a perícia médica se realize de forma efetivamente interdisciplinar, incorporando os aspectos psicológicos e sociais que atravessam cada caso e que, muitas vezes, são determinantes para a compreensão do adoecimento e para a indicação de medidas administrativas adequadas.

No escopo do projeto, são contemplados os casos de licenças por questões de saúde mental; licenças para acompanhamento de familiar adoecido; solicitações de mudança de lotação por motivo de saúde; pedidos de condições especiais de trabalho (redução de jornada e teletrabalho por motivo de saúde do servidor ou de dependente), conforme resolução TJPE 442/2020; solicitações de mudança da modalidade de trabalho para o teletrabalho parcial ou integral, conforme resolução TJPE 489/2023; avaliação psicossocial de capacidade laboral em demandas encaminhadas pela SGP, especialmente em situações envolvendo servidores à disposição da secretaria. Ao oferecer subsídios técnicos qualificados para essas decisões, o projeto contribui diretamente para uma gestão mais eficiente e assertiva, favorecendo encaminhamentos mais aderentes à realidade do servidor e do ambiente de trabalho, com potencial impacto na redução do absenteísmo, na prevenção de afastamentos prolongados e no melhor direcionamento de medidas de adaptação e acompanhamento.

Como parte do desenvolvimento contínuo das atividades, o projeto prevê reuniões sistemáticas com a gerência da perícia e com a junta médica para

estudo de casos, uniformização de entendimentos e qualificação das recomendações técnicas. Dessa forma, busca-se fortalecer a tomada de decisão baseada em critérios técnicos e éticos, favorecer adequações funcionais quando indicadas, reduzir riscos de agravamento do adoecimento e promover maior coerência e segurança na gestão de situações complexas que atravessam saúde, trabalho e vínculos institucionais. Ao consolidar esse espaço de discussão e integração multiprofissional, reforça-se a qualidade do processo pericial como ferramenta estratégica da gestão de pessoas, com ganhos institucionais em previsibilidade, segurança decisória e racionalização de afastamentos.

Resultados:

Qualitativos

- Interdisciplinaridade efetiva na perícia em saúde: integração concreta de psicologia e serviço social ao processo pericial, ampliando a compreensão dos casos para além do diagnóstico, contemplando contexto familiar, laboral e psicossocial;
- Qualificação das decisões da Junta Médica: pareceres psicossociais com análise técnica e contextualizada, fortalecendo a segurança decisória e reduzindo decisões baseadas apenas em recortes biomédicos;
- Maior precisão na identificação de fatores determinantes do adoecimento: reconhecimento de elementos psicossociais e organizacionais (dinâmica de trabalho, vínculos, suporte, conflitos, trajetórias de lotação) que influenciam o quadro e a capacidade laboral;
- Recomendações mais aderentes à realidade do servidor e da unidade: avaliações com contato com chefias e setores de lotação quando necessário, favorecendo encaminhamentos viáveis e compatíveis com as demandas do serviço;
- Fortalecimento da gestão de casos complexos: capacidade de manejar situações sensíveis (saúde mental, mudanças por saúde, acompanhamento de familiar, capacidade laboral) com abordagem técnica, ética e humanizada, reduzindo ruídos e retrabalho institucional.
- Prevenção qualitativa de agravamentos: encaminhamentos e recomendações que consideram riscos psicossociais, favorecendo intervenções mais precoces e diminuindo a chance de evolução para afastamentos prolongados;
- Contribuição para a redução do absenteísmo: apoio técnico às decisões sobre licenças, adequações e modalidades de trabalho (redução de jornada/teletrabalho), com potencial de melhorar adesão, estabilização do servidor e retorno/continuidade laboral;
- Padronização e consistência técnica: produção de documentos periciais com critérios uniformes, respaldados em procedimentos (atendimento, análise documental, questionário biopsicossocial, contatos estratégicos), aumentando previsibilidade e coerência institucional;
- Racionalização de demandas e melhor direcionamento de medidas administrativas: diferenciação entre necessidades de licença, adequação, teletrabalho, mudança de lotação e outras medidas, reduzindo encaminhamentos inadequados e “vai-e-volta” de processos;
- Aprimoramento contínuo por estudo de caso: reuniões sistemáticas com gerência e Junta Médica para discussão de casos, alinhamento de entendimento e evolução das recomendações, fortalecendo a qualidade do

processo pericial ao longo do tempo. • Melhoria na comunicação institucional: mediação técnica entre servidor, família (quando necessário) e gestão/chefias, favorecendo clareza sobre demandas, limites, possibilidades e responsabilidades;

- Ampliação da legitimidade do cuidado institucional: reforço da percepção de que o TJPE avalia e decide com base em critérios técnicos e éticos, considerando a pessoa e o contexto de trabalho, o que aumenta confiança e reduz conflitos.

Quantitativos

- Elaboração e envio mensal de relatórios gerenciais consolidados (por meio da Secretaria da Perícia Oficial em Saúde);
- Avaliação Psicossocial e elaboração de pareceres nos seguintes casos;
- Condições especiais de trabalho: redução de jornada de trabalho e teletrabalho por motivo de saúde do próprio servidor ou de dependente (resolução TJPE 442/2020);
- Licença médica por adoecimento mental;
- Licença para acompanhar pessoa da família com adoecimento; o Mudança de modalidade de trabalho para teletrabalho parcial ou integral (resolução TJPE 489/2023);
- Mudança de Lotação por motivo de saúde; o Avaliação da Capacidade Laboral;
- Cadastro de Pessoa com Deficiência;
- Total de Avaliações Periciais Psicossociais realizadas em 2025: 2.670

PROJETOS/INICIATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Vitaliciamento de Magistrados(as)

Descrição:

Consiste no conjunto de ações institucionais destinadas a acompanhar, avaliar e consolidar a atuação dos magistrados de primeiro grau durante o estágio probatório, com vistas à concessão da garantia constitucional da vitaliciedade. Coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, o projeto tem por finalidade assegurar que o magistrado(a) demonstre desempenho funcional adequado, observância dos deveres éticos, disciplinares e jurisdicionais, bem como comprometimento com a eficiência, a qualidade da prestação jurisdicional e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

As entregas planejadas compreendem: acompanhamento sistemático do desempenho funcional do magistrado(a) vitaliciando(a); realização de avaliações técnicas e comportamentais, inclusive por meio de correções e relatórios; participação obrigatória em cursos de formação e aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM; emissão de parecer conclusivo da Corregedoria, subsidiando a decisão final do Tribunal Pleno quanto à aquisição da vitaliciedade.

Resultados:

- Fortalecimento da governança judicial, da segurança jurídica e da qualidade institucional do Tribunal de Justiça de Pernambuco, alinhando-se às metas nacionais do CNJ e às boas práticas de gestão e controle do

Judiciário.

PROJETOS/INICIATIVAS DA CENJUD - CENTRAL JUDICIÁRIA DE PROCESSAMENTO REMOTO DO 1º GRAU

Programa de Aperfeiçoamento e Gestão Integrada de Resultados - PROAGIR

Descrição:

Programa de capacitação e aperfeiçoamento permanentes, voltado para servidores e servidoras que atuam em Unidades Judiciárias e em Diretorias Remotas, que visa promover conhecimento e sensibilização acerca da importância da interligação entre os diversos setores para assegurar uma gestão integrada de resultados.

Resultados:

- Foram capacitados, no âmbito do PROAGIR, 1080 servidores, com destaque para os seguintes cursos:
- Sistemas 3S: SIGA, SAP e SCGA aplicados aos relatórios do TJPE Reports (81);
- Sistemas 3S - SIGA, SAP e SCGA - Análise de dados com foco em gestão (185);
- Novo cenário do Poder Judiciário gestão em atendimento e utilização do SCGA para gerentes das diretorias de processamento remoto (124);
- SIMAP para gestores - da teoria à distribuição (185);
- De Olho nas Custas: Oficinas práticas de aplicação da Lei nº 17.116/2020 com suporte do sistema Laura (28);
- SEEU - Movimentações e Funcionalidade na Prática (258).

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Semana Nacional dos Juizados Especiais

Descrição:

Instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, para a primeira semana do mês de junho, a Semana Nacional dos Juizados Especiais objetiva a valorização, visibilidade e aprimoramento da gestão dos juizados especiais por meio de estímulo à ampla participação dos agentes do Sistema de Juizados Especiais; adoção de valores de empatia, colaboração e sustentabilidade; incentivo à inovação; utilização de metodologias ativas; cooperação entre tribunais; diálogos com grandes litigantes etc para gestão do acervo; e, pesquisa com o jurisdicionado.

Resultados:

- Lançamento da funcionalidade “Pré-processual Claro” no TJPE+;
- Lançamento do aplicativo Justrix para auxílio na produtividade dos Juizados Especiais Fazendários;
- Ações socioeducativas e prevenção contra violência à pessoa idosa;

- Curso Prático de Inteligência Artificial;
- Capacitação “Corregedoria em Ação – Muito além das Metas” para Juízes de Juizados Especiais;
- Visita guiada à Central dos Juizados Especiais para alunos de Direito da Uninassau.

PROJETOS/INICIATIVAS DA DIRETORIA DE SAÚDE

Semana da Saúde TJPE

Descrição:

O ambiente de trabalho muitas vezes apresenta desafios que podem impactar a saúde física, emocional e mental dos colaboradores. Além disso, questões relacionadas ao estilo de vida, como sedentarismo, sono inadequado e a falta de acompanhamento médico preventivo, agravam esses impactos, aumentando os riscos de adoecimento. Diante desse cenário, a Diretoria de Saúde do TJPE reconhece a importância de oferecer uma capacitação abrangente que contemple não apenas orientações sobre saúde física, mas também reflexões sobre saúde mental, aprendizagem contínua e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Esta capacitação busca promover uma abordagem preventiva e educativa, capacitando os servidores com conhecimentos que podem ser aplicados tanto no contexto profissional quanto na vida pessoal, estimulando hábitos saudáveis e uma cultura de autocuidado e apoio mútuo.

Resultados:

- A ação educativa teve 12h de carga horária, válidas para progressão funcional, com participação de 81 colaboradores (1 magistrado e 80 servidores), dentre os quais 61 foram considerados aptos, 4 inaptos e 16 ausentes, conforme certidões/ata de frequência.

PROJETOS/INICIATIVAS DA ESCOLA JUDICIAL

Programa de Formação de Formadores – Nível 1

Descrição:

O Programa de Formação de Formadores, estruturado em três módulos, tem como objetivo geral qualificar magistrados(as) e servidores(as) para o exercício da docência, por meio do desenvolvimento de competências pedagógicas, didáticas e metodológicas, ao mesmo tempo em que fortalece e amplia o quadro de formadores da ESMAPE, assegurando a disseminação e a observância das diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

O programa é desenvolvido nas seguintes modalidades: Módulo 1, na modalidade híbrida; Módulo 2, na modalidade Educação a Distância (EAD); e Módulo 3, na modalidade presencial.

Para obtenção do aproveitamento no programa, é requisito a aprovação nos Módulos 1, 2 e 3.

Resultados:

- De acordo com a avaliação de reação do Programa Formação de Formadores – Nível 1, evidencia-se elevado grau de satisfação dos participantes. Os temas abordados foram considerados plenamente pertinentes aos objetivos do curso, com destaque para a troca de experiências entre os participantes. Quanto à atuação dos docentes, obtiveram índices predominantemente “Ótimo” em todos os critérios avaliados, especialmente no domínio conceitual e prático do conteúdo e na relação entre teoria e prática profissional (100%);
- 12 servidores e 15 magistrados foram considerados aptos nos 03 módulos do Programa.

Curso Prático de Inteligência Artificial para Juízes e Assessores: Como salvar o Gabinete com o Uso Responsável e Eficiente de Agentes Jurídicos de Iagen – área cível e criminal**Descrição:**

O projeto consiste na realização de curso prático voltado à capacitação de juízes e assessores para o uso responsável e eficiente da Inteligência Artificial Generativa na rotina dos gabinetes judiciais, em conformidade com a Resolução nº 615/2025 do CNJ, considerando necessidade de incremento da produtividade dos gabinetes judiciais para alcance das metas.

Sua finalidade é aprimorar a produtividade e a qualidade da atividade jurisdicional, por meio do desenvolvimento de competências para criação e utilização de agentes jurídicos de IA.

Como entregas, prevê-se a aplicação prática das ferramentas de IA em casos simulados e reais, bem como a elaboração de minutas judiciais com apoio tecnológico.

Resultados:

- O curso obteve elevado índice de satisfação, com avaliações predominantemente “ótimo” e “bom” quanto à pertinência dos conteúdos, domínio dos docentes e aplicabilidade prática;
- Contribuiu para o aperfeiçoamento das competências dos 20 magistrados e 19 assessores no uso responsável e eficiente da Inteligência Artificial, com impacto direto na organização dos gabinetes, otimização do tempo e melhoria da produtividade jurisdicional, além de gerar demanda por cursos de aprofundamento na temática.

PROJETOS/INICIATIVAS DO ESCRITÓRIO DE PROJETOS**Projeto para implantação do Sistema de Recursos Humanos, Folha e BI (admrh)****Descrição:**

Realizar a implantação do sistema ADMRH (Thema) para gestão de recursos humanos, folha de pagamento e BI no TJPE a ser realizada com apoio da empresa Thema, contratada através do contrato 067/2025, em conformidade ao TR – NGA – 04/2025 (CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS

HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO e BI) em decorrência do Processo Administrativo 00006271-72.2025.8.17.8017.

Etapas/Escopo:

- Planejamento e Estruturação
- Etapa 1 (Folha de pagamento)
- Etapa 2 (Gestão de Ponto)
- Etapa 3 (Movimentação de Servidores e Magistrados)
- Etapa 4 (Gestão de Concurso, Teletrabalho)

Resultados:

- Etapa de Planejamento e Estruturação: Concluída.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROJETOS/INICIATIVAS DA PRESIDÊNCIA DO TJPE

Sistema ÍTERIM

Descrição:

Consiste na implantação de um sistema que permite aos delegatários responsáveis por serventias extrajudiciais vagas (interinos) realizar a prestação de contas das receitas e despesas dos cartórios sob sua responsabilidade. A solução visa padronizar, organizar e dar transparência às informações financeiras, possibilitando o acompanhamento, o controle e a fiscalização.

Resultados:

- Após a implantação do Sistema Íterim, em outubro de 2024, a arrecadação do excedente apresentou elevação significativa, com a média mensal passando de R\$ 466,9 mil para R\$ 2,57 milhões, alcançando picos de R\$ 6,85 milhões;
- Em apenas 15 meses, o período pós-Íterim concentrou 59,1% de todo o excedente arrecadado entre 2020 e 2025, refletindo uma elevação média mensal em torno de 5,5 vezes em relação ao período anterior à implantação do sistema;
- Do ponto de vista qualitativo, o Sistema Íterim possibilitou uma elevação estrutural da arrecadação a partir de outubro de 2024, com maior regularidade e previsibilidade nos recolhimentos, atuando como ferramenta de apoio e acompanhamento que contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos de controle e para a consolidação de um novo padrão de eficiência na gestão do excedente.

PROJETOS/INICIATIVAS DO IDEIAS - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES APLICADAS

Laura

Descrição:

O Laura é um sistema computacional (ferramenta “matemática”) desenvolvido no âmbito do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas (IDEIAS TJPE)/Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) para padronizar, registrar e automatizar os cálculos de liquidação e de custas processuais, aumentando agilidade, precisão, rastreabilidade e transparência, além de facilitar auditorias e apoiar a gestão administrativa do Judiciário. O nome homenageia Maria Laura Moura Mouzinho Leite Lopes.

Resultados:

- 2º lugar no Prêmio de Inovação do Conselho Nacional de Justiça, na categoria Gestão Judicial Inovadora – Ideias Inovadoras;
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado para cessão de código-fonte com o Tribunal de Justiça do Ceará e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS**PROJETOS/INICIATIVAS DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO****Integrações PJE****Descrição:**

Integrações com soluções institucionais e serviços externos — incluindo a Plataforma Socioeducativa (PSE) do CNJ, o Portal de Serviços do Poder Judiciário (Jus.br), o serviço e-Carta (Correios) e o Plenário Virtual — com foco em ampliar interoperabilidade, padronização de fluxos e oferta de serviços digitais associados ao trâmite processual e ao julgamento eletrônico, em conformidade com diretrizes nacionais e com a estratégia de modernização e governança de TIC do Tribunal.

Resultados:

- Apoiar o controle e monitoramento de medidas socioeducativas, substituindo funcionalidades antes vinculadas ao CNACL e fortalecendo a gestão do atendimento socioeducativo; em paralelo, a integração ao Jus.br e a adoção de mecanismos adicionais de autenticação para usuários externos reforçam a segurança do acesso aos serviços digitais do Judiciário; quanto ao e-Carta, o resultado esperado (em implantação/andamento nos registros) é automatizar a expedição e o retorno de comunicações postais (citações e intimações) diretamente no PJe, reduzindo etapas manuais e aumentando rastreabilidade; e, com o Plenário Virtual, o Tribunal amplia a capacidade de realização e transparência das sessões de julgamento virtuais, com disponibilização de informações públicas ao cidadão nos processos não sigilosos.

FinOps

Descrição:

Implementação de FinOps no TJPE, com consolidação do processo de governança e acompanhamento financeiro da nuvem, integrando práticas, rotinas e controles para dar visibilidade contínua aos custos, padronizar a gestão de consumo (por unidades/serviços/centros de custo) e apoiar a tomada de decisão sobre uso e dimensionamento de recursos, com foco em eficiência e sustentabilidade orçamentária.

Resultados:

- Maior transparência e previsibilidade das despesas em nuvem, com capacidade de identificar desperdícios e oportunidades de otimização, estabelecer regras de alocação e responsabilização do consumo (showback/chargeback), melhorar o controle de orçamento e projeções, e suportar ações contínuas de redução de custos (como ajustes de dimensionamento, desligamento de recursos ociosos e padronização de tagging e políticas), fortalecendo a governança e a prestação de contas a órgãos de controle.

Desativação do Judwin

Descrição:

Descontinuação do sistema Judwin (1º e 2º graus) no âmbito do TJPE, com indisponibilização definitiva dos acessos e substituição por solução institucional (LegJud) para consulta eletrônica ao histórico de movimentação de processos que tramitaram em meio físico, além de ajustes de fluxo para que demandas relacionadas a autos físicos (como desarquivamento e carga fora da unidade) passem a ser tratadas prioritariamente por meios eletrônicos, conforme normatização da Presidência.

Resultados:

- Com a medida, o TJPE reforça a modernização e a governança do acervo físico remanescente, migrando a consulta e os requerimentos correlatos para canais eletrônicos (via LegJud e formulários no portal), ampliando padronização, rastreabilidade e eficiência administrativa; adicionalmente, foi informado que a substituição reduz custos recorrentes, uma vez que o Judwin demandava pagamento de licença, com estimativa de economia anual superior a R\$ 1,2 milhão.

Bastião na PDPJ

Descrição:

Adequação e integração da solução de Inteligência Artificial Bastião — desenvolvida no âmbito do TJPE para apoiar a identificação e o tratamento de demandas predatórias — à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), no contexto de iniciativas nacionais de compartilhamento e disseminação de soluções (com registro de tratativas para nacionalização e integração), visando disponibilizar a ferramenta em ambiente padronizado, compatível com diretrizes de interoperabilidade e governança de TIC do Judiciário.

Resultados:

- Como resultado, o TJPE passou a disponibilizar o Bastião na PDPJ-Br, ampliando a possibilidade de adoção por outros órgãos do Judiciário e fortalecendo, em escala, o enfrentamento à litigância predatória/repetitiva por meio de automatização na identificação a partir da petição inicial e análise de documentos anexos, além de apoio à gestão com relatórios, informações estruturadas e mecanismos de alerta e acompanhamento.

IA Generativa**Descrição:**

Desenvolvimento do Autonomia, ferramenta de IA Generativa composta por infraestrutura em nuvem, interface web e infraestrutura de dados para processamento e armazenamento controlado das análises, e alinhado à governança de TIC do Tribunal.

Resultados:

- Como resultado, o TJPE passou a contar com o Autonomia como assistente digital para apoiar o trabalho de servidores e magistrados.

Implantação do Alteryx em Nuvem**Descrição:**

Implantação do Alteryx (nova solução institucional de Business Intelligence e Analytics), com provisionamento direto em nuvem e construção/definição da arquitetura de dados, como parte das iniciativas de modernização da TIC e consolidação de uma plataforma de Dados & Analytics para suporte a painéis, análises e governança de informações corporativas.

Resultados:

- Com a implantação em nuvem do Alteryx e a estruturação da arquitetura de dados associada, o TJPE busca ampliar a capacidade institucional de análise e monitoramento (operacional, gerencial e estratégico), com maior escalabilidade, padronização e rastreabilidade na produção de indicadores e relatórios, reforçando a governança de dados e a transparência ativa, além de reduzir dependências de infraestrutura local e acelerar o ciclo de entrega de informações para apoio à decisão e à prestação de contas.

Novo Balcão Virtual**Descrição:**

Migração do atendimento síncrono das unidades judiciais da plataforma Cisco Webex para o Microsoft Teams, adotado como ferramenta oficial de videoconferência no âmbito do Tribunal, com padronização das contas por unidade (horário, identificação e contatos) e definição de regras de operação, cadastro e gestão das equipes vinculadas a cada Balcão Virtual, conforme normativos institucionais.

Resultados:

- Com a migração, o TJPE busca assegurar maior agilidade e eficiência no atendimento virtual e continuidade do serviço ao público externo, adotando uma solução cuja versão básica é gratuita e não exige conta Microsoft para acesso; adicionalmente, foram estabelecidos mecanismos de gestão de colaboradores por unidade (criação de “equipe” no Teams, definição de usuário(a) proprietário(a), inclusão/exclusão de membros e responsabilização pela atualização dos dados), com suporte operacional e capacitação para servidores(as), reforçando governança, rastreabilidade e padronização do atendimento.

Modernização das Estações de Trabalho

Descrição:

Modernização do parque de estações de trabalho, com substituição progressiva de computadores antigos nas unidades judiciais e administrativas e reforço da infraestrutura de apoio ao trabalho digital, incluindo a ampliação do parque com novas aquisições e a atualização do ecossistema de videoconferência institucional, de modo a sustentar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, em alinhamento com a estratégia de transformação digital e com diretrizes nacionais aplicáveis.

Resultados:

- TJPE ampliou a capacidade de trabalho das unidades com substituição gradual de estações obsoletas e padronização de equipamentos, reduzindo indisponibilidades por falhas de hardware, melhorando desempenho para o uso de sistemas corporativos e reforçando a continuidade dos serviços ao cidadão.

2FA (Duplo Fator de Autenticação)

Descrição:

O TJPE implementou autenticação em dois fatores (2FA/MFA) como camada adicional de segurança para sistemas críticos e serviços digitais, adotando mecanismos de verificação em duas etapas (por aplicativo autenticador ou métodos equivalentes) e incorporando essa exigência de forma progressiva em ambientes institucionais, incluindo o correio eletrônico corporativo e o acesso ao PJe por usuários externos, em alinhamento a diretrizes de segurança cibernética e determinações nacionais aplicáveis.

Resultados:

- Com a adoção do 2FA/MFA, o TJPE reforça a proteção contra uso indevido de credenciais e acessos não autorizados, reduzindo o risco de incidentes e ampliando a confiança na prestação de serviços digitais; no PJe, a autenticação multifator também é apresentada como medida para aumentar a segurança e mitigar fraudes associadas ao acompanhamento processual (como o “golpe do falso(a) advogado(a)”), preservando a integridade das informações e a continuidade do serviço ao cidadão.

Infraestrutura de Armazenamento

Descrição:

Modernização da sua infraestrutura de armazenamento de dados (Storage), por meio da aquisição e formalização contratual de uma nova solução corporativa destinada a sustentar a operação de serviços e sistemas críticos, contemplando garantia do fabricante, assistência técnica on site e repasse de conhecimento para a equipe do Tribunal, como parte do fortalecimento contínuo da infraestrutura de TIC e da capacidade de atendimento às demandas institucionais.

Resultados:

- Elevar a capacidade e o desempenho do armazenamento institucional, reduzir riscos operacionais associados a indisponibilidade e degradação de performance, e ampliar a resiliência para suportar o crescimento de dados e a continuidade dos serviços digitais, assegurando cobertura de garantia e suporte especializado, além de transferência de conhecimento para preservar autonomia técnica e governança sobre o ambiente.

Infraestrutura de Rede

Descrição:

Modernização e consolidação da infraestrutura de rede das comarcas, com racionalização do parque tecnológico local e padronização de conectividade e operação (LAN/WAN), visando reduzir dependências de equipamentos “servidores de rede” dispersos nas unidades, simplificar a sustentação, reforçar segurança e melhorar a disponibilidade dos serviços corporativos (incluindo serviços essenciais de TIC que suportam a atividade jurisdicional), em alinhamento ao direcionamento institucional de modernização tecnológica e transformação digital.

Resultados:

- Redução estimada de 70% dos equipamentos servidores de rede nas comarcas, com ganho direto em padronização e governança operacional (menor variabilidade de configuração, menos pontos únicos de falha e menor esforço de manutenção local), além de melhoria na capacidade de gestão centralizada e monitoramento, redução de riscos de indisponibilidade e maior previsibilidade de custos de operação e suporte favorecendo a continuidade e a escalabilidade dos serviços digitais do Tribunal.

Segurança

Descrição:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) estruturou um conjunto integrado de ações de segurança cibernética para fortalecer a governança, a prevenção e a resposta a incidentes, combinando normatização institucional e implantação de controles técnicos: diretrizes para uso seguro de ambientes e sistemas, segmentação de rede, acesso pautado por privilégio mínimo, ampliação de MFA/2FA, monitoramento e rastreabilidade por logs; além de disciplinar o trabalho remoto com prioridade para ZTNA (e uso de VPN apenas em caráter excepcional), sob gestão da SETIC/NGSI, e adotar soluções de mercado para suportar

esses controles (no escopo técnico, incluindo ZTNA, Teleport, Microsoft Intune e Cloudflare), em alinhamento com boas práticas e com referenciais nacionais aplicáveis ao Judiciário.

Resultados:

- O TJPE consolida uma postura de segurança baseada em Zero Trust, com acesso remoto mais controlado e auditável (ZTNA priorizado, MFA, políticas de renovação e critérios formais de concessão), redução de superfície de ataque via segregação de ambientes e reforço de monitoramento/forense (logs e rastreabilidade), ao mesmo tempo em que institucionaliza protocolos para prevenção contínua (diagnóstico permanente, métricas, acompanhamento de correções e atenção a vulnerabilidades), gestão de crises (comitê e fluxos de comunicação) e investigação de ilícitos cibernéticos (coleta/preservação de evidências e comunicação aos órgãos competentes quando aplicável), elevando a capacidade de continuidade e resiliência dos serviços digitais prestados à sociedade e a aderência a diretrizes nacionais de segurança cibernética no âmbito do Judiciário.

Contratação do Novo Sistema de Recursos Humanos

Descrição:

Contratação, pelo TJPE, do Sistema ADM RH da empresa Thema Informática Ltda, abrangendo solução integrada de gestão de recursos humanos, folha de pagamento e BI, com serviços associados (implantação com levantamento/mapeamento de requisitos e processos, treinamento sob demanda, infraestrutura em nuvem para ambientes de homologação/produção/replicação, além de manutenção/suporte e assessoria/customização), formalizada no Contrato nº 067/2025-TJPE, com fundamento na legislação aplicável às contratações públicas.

Resultados:

- Como resultado desta etapa (contratação), o TJPE formalizou o instrumento contratual que viabiliza a implantação e a sustentação da nova plataforma de RH/folha/BI, com valor global de R\$ 7.961.000,00 e vigência de 12 meses a contar do início da prestação do serviço, estabelecendo as condições para operação em nuvem, suporte técnico e evolução tecnológica, com foco em padronização de rotinas administrativas e aumento de rastreabilidade para fins de controle e auditoria.

Dados

Descrição:

O TJPE estruturou uma frente de Dados voltada a fortalecer a gestão baseada em evidências, por meio da implementação de pipelines de dados para acompanhamento de produtividade e suporte a rotinas administrativas relacionadas à promoção de magistrados, combinada à implantação de um catálogo corporativo de dados com base em plataforma de metadados (OpenMetadata), para inventariar ativos, documentar definições, atribuir responsabilidades e ampliar rastreabilidade/linhagem, em alinhamento às diretrizes nacionais de governança e

transformação digital (ENTIC-JUD) e às práticas de gestão de dados do Judiciário.

Resultados:

- Como resultado esperado (e parcialmente obtido à medida que as entregas são incorporadas), o TJPE passa a dispor de indicadores e bases analíticas mais consistentes, rastreáveis e auditáveis, com redução de retrabalho na produção de relatórios e maior padronização de conceitos, reforçando a capacidade institucional de prestar contas e responder a demandas de governança, transparência e conformidade — incluindo a organização de metadados e a melhoria do controle sobre a origem e o ciclo de vida das informações utilizadas em painéis e relatórios.

Capacitação (Udemy)

Descrição:

O TJPE formalizou a contratação de licenças de acesso a uma plataforma de cursos EAD, visando promover trilhas de capacitação técnica e comportamental para servidores da ESMAPE e da ASCOM, estabelecendo quantitativo, vigência e condições de prestação do serviço, como medida de fortalecimento do desenvolvimento contínuo de competências e padronização de ações de capacitação.

Resultados:

- Como resultado desta etapa (contratação), o TJPE assegurou a disponibilidade de 50 licenças de acesso por 12 meses, criando a base contratual para ampliar o alcance do treinamento sob demanda, permitir acompanhamento gerencial (participação/conclusão) e reforçar a rastreabilidade das ações de capacitação para fins de governança e prestação de contas (valor total da contratação: R\$ 31.500,00).

Novos Sistemas (SIGAC, Certidões, etc.)

Descrição:

O TJPE realizou, em um conjunto de entregas por etapas, o lançamento e a disponibilização de novos sistemas e serviços digitais — SIGAC (restituição eletrônica de custas e taxas), Certidões Unificadas (emissão gratuita e centralizada), LegJud (consulta ao histórico de movimentação de processos físicos do antigo Judwin), FaleCom (canal oficial de solicitações à Corregedoria), Plenário Virtual (publicidade e acompanhamento de sessões virtuais com dados oriundos do PJe), SIMAP (monitoramento processual com distribuição automatizada de tarefas integrada ao PJe) e MPU Eletrônica Web (pedido de medida protetiva pela internet), com foco em ampliar o acesso do cidadão, padronizar fluxos e fortalecer a modernização e a transparência dos serviços do Judiciário pernambucano.

Resultados:

- Com essas entregas, o TJPE ampliou a oferta de serviços digitais e rastreáveis ao público externo e às unidades, reduzindo etapas

presenciais e procedimentos manuais, aumentando previsibilidade e transparência (como no Plenário Virtual e na emissão unificada de certidões), automatizando rotinas de trabalho interno (como no SIMAP) e disponibilizando canais específicos para demandas relevantes (como restituições via SIGAC, comunicação com a Corregedoria via FaleCom, consulta ao acervo físico via LegJud e solicitação de medida protetiva online), reforçando a continuidade e a qualidade do atendimento à sociedade e a prestação de contas a órgãos de controle.

Evolução de Sistemas (Atrium, Ouvidoria, etc.)

Descrição:

Evolução de um conjunto de sistemas e serviços digitais do TJPE, abrangendo melhorias no Atrium Gestão (apoio a rotinas de avaliação/gestão vinculadas a editais e magistratura), fortalecimento dos canais da Ouvidoria da Mulher, adoção do Laura como solução institucional para cálculos (incluindo cálculos fazendários/custas, conforme diretrizes internas), evolução dos fluxos digitais de Precatórios (com requisição eletrônica via sistema), modernização do SICAJUD com ampliação de meios de pagamento (Pix) e adequação dos processos de contratação para integração/publicidade no PNCP, com foco em padronização, rastreabilidade, transparência e eficiência administrativa.

Resultados:

- Com essas evoluções, foi ampliada a oferta de serviços mais seguros e rastreáveis à sociedade e aos usuários internos, reduzidas etapas manuais e dependência de formulários físicos (ex. requisição de precatórios), reforçada a padronização de rotinas críticas (ex. cálculos oficiais no Laura), melhora na experiência do usuário e a agilidade de pagamento/regularização de guias (Pix no SICAJUD), fortalecimento de canais especializados de acolhimento/encaminhamento (Ouvidoria da Mulher) e aprimoramento da transparência e conformidade das contratações públicas por meio da divulgação/integração ao PNCP, facilitando a prestação de contas a órgãos reguladores e de controle.

Nova Intranet

Descrição:

O TJPE desenvolveu e disponibilizou a Nova Intranet sobre a plataforma Liferay, com uma página mais moderna, intuitiva, acessível e segura, adotando login com CPF, senha de rede e duplo fator de autenticação (2FA), e incorporando serviços internos de autoatendimento e apoio a rotinas administrativas, incluindo emissão de contracheque pela intranet, fluxos de estágio probatório (acesso por menu/formulário eletrônico) e requisição/consulta de materiais de consumo com acompanhamento pela própria intranet.

Resultados:

- Com a Nova Intranet, o TJPE consolida um ponto único e mais seguro de acesso a serviços corporativos, reduzindo dependência de procedimentos manuais, ampliando a rastreabilidade e a padronização de fluxos internos (ex.: contracheque, solicitações de materiais e rotinas de estágio probatório),

ao mesmo tempo em que reforça a proteção de acesso (2FA) e melhora a experiência do usuário no consumo de serviços institucionais essenciais ao funcionamento das unidades.

Robôs

Descrição:

O TJPE implementou um conjunto de robôs/automações para acelerar rotinas operacionais críticas e reduzir trabalho manual, contemplando o JudBlock (automação integrada ao SISBAJUD para execução de bloqueios bancários em lote), o HermesBot (automação associada ao Sistema Hermes/Malote Digital para apoio a notificações e rastreabilidade de comunicações oficiais) e o SisconDJ (plataforma integrada ao Banco do Brasil para gestão eletrônica de depósitos judiciais, com emissão/consulta e suporte a levantamentos), com foco em produtividade, padronização e segurança dos procedimentos.

Resultados:

- Como resultado, o TJPE reforça a eficiência e a segurança operacional: o JudBlock permite executar múltiplos bloqueios em minutos e reduz a chance de erros humanos em procedimentos que antes demandavam horas de trabalho manual, com perspectiva de evolução para desbloqueio de excedentes e emissão de alvarás eletrônicos; o SisconDJ aumenta o controle e a rastreabilidade dos depósitos, com validação de dados, rotinas eletrônicas de levantamento (incluindo PIX, conforme normatização e parâmetros do Banco do Brasil) e redução de devoluções por inconsistência de dados; e, no Hermes/Malote Digital, o robô de notificação e as rotinas de rastreabilidade suportam comprovação de envio/leitura e acompanhamento formal de comunicações, fortalecendo governança e prestação de contas.

Modernização DevOps

Descrição:

- O TJPE executou a Modernização DevOps com foco na atualização e padronização da infraestrutura de deploy das aplicações institucionais — incluindo sistemas legados — por meio da estruturação de uma esteira DevSecOps (automação e governança do ciclo de entrega), com Infraestrutura como Código (IaC) versionada em repositório e pipelines de Integração/Entrega Contínuas (CI/CD) para provisionamento e publicação controlada em ambientes de nuvem e sustentação operacional, reforçando processos, rastreabilidade e consistência nas implantações.

Resultados:

- Como resultado, o TJPE consolida um modelo de entrega mais previsível, auditável e seguro, reduzindo dependência de intervenções manuais e aumentando a capacidade de padronizar deploys, reproduzir ambientes via IaC, e organizar a entrega de infraestrutura e aplicações com pipelines CI/CD, o que melhora a governança técnica (rastreabilidade de mudanças, repetibilidade, controle de versão) e cria base para evoluções contínuas na sustentação e disponibilidade dos serviços digitais do Tribunal — especialmente em

cenários de modernização e migração para nuvem.

Redução da Telefonia Fixa

Descrição:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) executou iniciativa de racionalização e modernização da telefonia fixa institucional, com foco em reduzir a complexidade do parque de ramais e preparar a transição para um novo modelo tecnológico (telefonia IP), estruturando as etapas formais necessárias à contratação — incluindo análise de soluções de mercado, elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), construção de Termo de Referência e encaminhamento para o processo de contratação e transição — em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) 2024 e às diretrizes de eficiência administrativa.

Resultados:

- Como resultado, o TJPE registrou a redução de mais de 1.000 ramais de telefonia fixa, com racionalização de recursos e diminuição de despesas recorrentes, e concluiu o ETP e os insumos técnicos para viabilizar a contratação e a migração gradativa para telefonia IP, fortalecendo a continuidade do serviço, a capacidade de gestão e a sustentabilidade do modelo de atendimento telefônico nas unidades judiciárias.

PROJETOS/INICIATIVAS DA COORDENAÇÃO GERAL DA UGP DIGITALJUS-PE

DigitalJus-PE – Projeto de Transformação Digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Descrição:

Visa à transformação digital do Poder Judiciário de Pernambuco para aprimorar a celeridade dos serviços públicos e gerar economias para os cidadãos melhorando a produtividade na prestação de serviços e a aumentando a efetividade da gestão por meio da transformação digital da justiça pernambucana.

Escopo:

1 - Transformação Digital para Melhoria dos Serviços: O componente irá (i) aprimorar a gestão do Pje, (ii) criar soluções automatizadas a partir de inovações e inteligência artificial, (iii) melhorar os serviços digitais para apoiar a prevenção e o cuidado da violência de gênero contra mulheres e população LGBTQIA+ e (iv) implementar pontos de inclusão digital.

2 - Reforçar as Capacidades do TJPE para Acelerar a Transformação Digital: Constam nesse componente (i) o aprimoramento do ambiente em nuvem do tribunal, (ii) avanços nos protocolos de cibersegurança e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), (iii) modernização do parque tecnológico da instituição, (iv) fortalecimento da governança de dados, além do aperfeiçoamento do (v) modelo de governança corporativa e gestão estratégica e, por fim, (vi) soluções digitais para reforçar políticas de prevenção e atenção ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação no TJPE.

3 - Monitoramento e Auditoria: Gastos com monitoramento e avaliação e de auditoria são compostos por investimentos em capacitação e treinamento, serviços de consultoria, aquisição de bens e serviços destinados a instrumentalizar a equipe de gestão do projeto e serviços de auditoria externas ao projeto.

Resultados:

- Gestão do PJe aprimorada : Em execução
- Soluções de automação, inovação e IA implementadas: Em execução
- Melhorias nos serviços digitais para apoiar a prevenção e o cuidado da violência de gênero contra mulheres e pessoas LGBTQ+ implementadas: Concluído
- Pontos de Inclusão Digital (PIDs) implementados: Em execução
- Ambiente de tecnologia de nuvem implementado: Em execução
- Protocolos de segurança cibernética e adequação à LGPD implementados: Em execução
- Parque tecnológico modernizado: Em execução
- Governança de dados fortalecida: Em execução
- Modelo de governança corporativa e gestão estratégica aprimorados: Não iniciado

Link: <https://portal.tjpe.jus.br/web/digital-jus-pe>

3. Resultados Alcançados do Planejamento Estratégico

Os Resultados do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) são monitorados por meio de Indicadores de Desempenho, que traduzem os objetivos estratégicos em métricas mensuráveis com metas previamente definidas. A avaliação dos resultados ocorre anualmente, permitindo comparar o planejado (metas) com o executado (resultados alcançados).

Os dados referentes ao ano de 2025 indicam um desempenho positivo, refletindo elevado grau de aderência ao planejamento estratégico, com destaque para:

- Cumprimento integral das metas nacionais do CNJ (100%), com superação das metas previstas, ultrapassando 100% de execução;
- Evolução consistente em produtividade, redução de estoque processual e eficiência jurisdicional;
- Nível elevado de transparência e governança institucional.

RESULTADO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TJPE

ANO REFERÊNCIA: 2025

Data de Atualização: 31/mar/2026

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
Garantia dos Direitos Fundamentais	IAJ - Índice de Acesso a Justiça	- Justiça Aqui - Semana Nacional de Registro Civil: Registre-se - Semana da Justiça pela Paz em Casa - Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação - Semana de Regularização Fundiária - 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher	s/m ¹	Não houve medição realizada pelo CNJ no período
Fortalecimento das Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	- Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário - App TJPE+ - Semana da Família - Projeto Ponto de Inclusão Digital (PID)	s/m ²	Previsão de divulgação dos resultados pelo CNJ no primeiro semestre de 2026
	Índice de Transparência do Poder Judiciário - CNJ ³	- Reformulação do Portal da Transparência	98,00%	100,00%
	Índice de Transparência Pública Nacional - ATRICON ⁴	- Reformulação do Portal da Transparência	98,00%	100,00%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Meta 1	- GUTA - Gestão e Padronização de Fluxos Processuais - Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto - MAIA Justiça - Painel de Gestão com aplicação de Inteligência Artificial - Semana Estadual da Infância e Juventude - Semana da Autoinspeção - Semana Nacional da Pauta Verde - Semana Nacional de Saúde - Semana Nacional dos Juizados Especiais - CGJ em Ação - Bastião - Devir - Projeto Implantação do SEEU	100,00%	110,12%
	Meta 2	- GUTA - Gestão e Padronização de Fluxos Processuais - Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto - MAIA Justiça - Painel de Gestão com aplicação de Inteligência Artificial - Semana Estadual da Infância e Juventude - Semana da Autoinspeção - Semana Nacional da Pauta Verde - Semana Nacional de Saúde - Semana Nacional dos Juizados Especiais - CGJ em Ação - Bastião - Devir - Projeto Implantação do SEEU	100,00%	109,33%
	Taxa de congestionamento das execuções fiscais	- Rede Social Corporativa - Gestão e Padronização de Fluxos Processuais - Semana Nacional de Regularização Tributária - Programa OTIMIZA TJPE	70,00%	88,87%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
	TCL - taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais	- GUTA - Gestão e Padronização de Fluxos Processuais - Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto - MAIA Justiça - Paineis de Gestão com aplicação de Inteligência Artificial - Semana Estadual da Infância e Juventude - Semana da Autoinspeção - Semana Nacional da Pauta Verde - Semana Nacional de Saúde - Semana Nacional dos Juizados Especiais - CGJ em Ação - Bastião - Devir - Projeto Implantação do SEEU	63,80%	60,51%
	IAD - índice de atendimento à demanda	- GUTA - Gestão e Padronização de Fluxos Processuais - Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto - MAIA Justiça - Paineis de Gestão com aplicação de Inteligência Artificial - Semana Estadual da Infância e Juventude - Semana da Autoinspeção - Semana Nacional da Pauta Verde - Semana Nacional de Saúde - Semana Nacional dos Juizados Especiais - CGJ em Ação - Bastião - Devir - Projeto Implantação do SEEU	100,00%	107,09%
	Tempo de tramitação dos processos pendentes liquidados (dias)	- GUTA - Gestão e Padronização de Fluxos Processuais - Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto - MAIA Justiça - Paineis de Gestão com aplicação de Inteligência Artificial - Semana Estadual da Infância e Juventude - Semana da Autoinspeção - Semana Nacional da Pauta Verde - Semana Nacional de Saúde - Semana Nacional dos Juizados Especiais - CGJ em Ação - Bastião	1.250	774

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
		- Devir - Projeto Implantação do SEEU		
Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Índice de prescrição	- Automatização do Fluxo processual dos processos de Improbidade. - Linha de Montagem especializada para processos de Improbidade e Combate à Corrupção	s/m ⁵	Não é possível medir no momento
	TpCpICE - tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais	- Automatização do Fluxo processual dos processos de Improbidade. - Linha de Montagem especializada para processos de Improbidade e Combate à Corrupção	s/m ⁵	Não é possível medir no momento
	Índice de processos administrativos disciplinares baixados	- Programa de Educação continuada de Servidores e Magistrados em Improbidade Administrativa	s/m ⁵	59,78%
Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos	Índice de conciliação	- Semana Estadual de Conciliação	19,00%	10,17%
	Índice de realização de audiências nos cejuscs	- Programa Saber Conciliar - Semana Estadual de Conciliação	82,00%	80,07%
Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios	Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	- Redefinir Fluxo no 2º grau para julgamento dos IAC e IRDR	s/m ⁶	Não é possível medir no momento
	TM entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR	- Estabelecer fluxos de trabalhos e automações relacionadas ao acervo classificável em IRDR e IAC - Redefinir Fluxo no 2º grau para julgamento dos IAC e IRDR	s/m ⁶	Sem IRDR com acórdão publicado no ano
	TM entre afetação/admissão e publicação do acórdão no IAC.	- Estabelecer fluxos de trabalhos e automações relacionadas ao acervo classificável em IRDR e IAC - Redefinir Fluxo no 2º grau para julgamento dos IAC e IRDR	s/m ⁶	Sem IAC com acórdão publicado no ano

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
Promoção da sustentabilidade	Índice de desempenho de sustentabilidade – IDS	- Programa de Promoção da Sustentabilidade - Aquisição de Energia Renovável - Semana do Meio Ambiente	64,00%	Previsão de divulgação dos resultados pelo CNJ para junho de 2026
Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal	Taxa de encarceramento	- Diretoria Estadual da Execução Penal - CACRI – Central de Audiências Criminais - Mês das Inspeções nos Programas Socioeducativos - Mês Estadual do Júri - Mês Nacional do Júri - Mutirão de Revisão de Processos de Réus Presos - Mutirão Processual Penal - Implantação da Plataforma Socioeducativa - Implantação do BNMP 3.0	280	332,97
	TpCpCCrim – tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento (dias)	- CACRI – Central de Audiências Criminais - Mês das Inspeções nos Programas Socioeducativos - Mês Estadual do Júri - Mês Nacional do Júri - Mutirão de Revisão de Processos de Réus Presos - Mutirão Processual Penal - Implantação da Plataforma Socioeducativa - Implantação do BNMP 3.0	1.400	1.064
	TpDecPen - tempo médio das decisões em execução penal	- Diretoria Estadual da Execução Penal - CACRI – Central de Audiências Criminais - Mês das Inspeções nos Programas Socioeducativos - Mês Estadual do Júri - Mês Nacional do Júri - Mutirão de Revisão de Processos de Réus Presos - Mutirão Processual Penal - Implantação da Plataforma Socioeducativa - Implantação do BNMP 3.0	s/m ⁵	Não é possível medir no momento
	TpPrisProv - tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios	- CACRI – Central de Audiências Criminais - Mês das Inspeções nos Programas Socioeducativos - Mês Estadual do Júri - Mês Nacional do Júri - Mutirão de Revisão de Processos de Réus Presos - Mutirão Processual Penal - Implantação da Plataforma Socioeducativa - Implantação do BNMP 3.0	s/m ⁵	Não é possível medir no momento

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos "governança" e "dados e tecnologia"	- Programa de Governança Corporativa - Projeto de Reestruturação organizacional - Reunião de Análise da Estratégia (RAE) - Reunião Participativa das Metas Nacionais - Audiência Pública das Metas Nacionais - Projeto Agregação de Comarcas - Implantação do Sistema de Recursos Humanos, Folha e BI (AdmRH)	80,00%	88,56%
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Índice de absenteísmo-doença	- Programa de mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos - Rede de enfrentamento ao Assédio Moral - Semana de Saúde do TJPE	1,00%	1,57%
	PRQV – percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho	- Gestão por Competência - Fortalecimento do Instituto Plenitude - Regulamentação nas Modalidades do Trabalho no TJPE	9,00%	3,00%
	ICapM - Índice de capacitação de magistrados	- Programa de Capacitação em Gestão para Magistrados	78,00%	64,85%
	ICapS - Índice de capacitação de servidores	- Desenvolvimento Digital dos Servidores - Integra SGP	94,00%	71,54%
	IPartFemJud - Índice de Participação Feminina no Judiciário ⁷	- Promoção da Participação Feminina Institucional - Bravas Pernambucanas - Homenagem às Mulheres	s/m ⁸	35
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	IDob - Índice de dotações para Despesas obrigatórias	- Aperfeiçoar a Gestão dos Processos Orçamentários - Ferramenta de apoio à tomada de decisão - Programa de Capacitação para Gestores em Orçamento e Contratos - Implementação do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança - Sigac - Modelo de Apuração de Custos - Projeto SISCONDJ - Laura	85,50%	81,58%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	INICIATIVAS (Programa/Projeto/Ação)	META	RESULTADO ALCANÇADO
	IEDD - Índice de execução das dotações para despesas discricionárias	- Aperfeiçoar a Gestão dos Processos Orçamentários - Ferramenta de apoio à tomada de decisão - Programa de Capacitação para Gestores em Orçamento e Contratos - Implementação do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança - Sigac - Modelo de Apuração de Custos - Projeto SISCONDJ - Laura	81,00%	72,74%
	IEP - Índice de execução das dotações para projetos	- Aperfeiçoar a Gestão dos Processos Orçamentários - Ferramenta de apoio à tomada de decisão - Programa de Capacitação para Gestores em Orçamento e Contratos - Implementação do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança - Sigac - Modelo de Apuração de Custos - Projeto SISCONDJ - Laura	s/m ⁹	44,44%
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	lgovTIC-jud	- Gestão de Portfolio de Projetos - Adequação da carreira do profissional de TI no TJPE - Plano de Transformação Digital (PTD – TJPE) - Aprimorar a segurança da informação e a Gestão de Dados - Suporte tecnológico à implantação da LGPD - Adoção de Arquitetura e Plataforma de Serviços em Nuvem - Modernização dos serviços de TIC - Implantação de Governança de Dados e Data Analytics	90,00%	92,96%
	lCele - Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total	- Atualização e automatização do PJe - Plano de Transformação Digital - PTD TJPE - Programa do Processo Judicial Eletrônico - Projeto Digitalização do Acervo Físico	100,00%	100,00%

¹ s/m - sem meta pois o Indicador engloba variáveis que serão medidas pelo CNJ

² s/m - sem meta pois o CNJ elaborará projeto de aplicação da pesquisa

³ Índice de Transparência desmembrado em CNJ e ATRICON na revisão 2026 do Plano Estratégico 2021-2026

⁴ Indicador ATRICON resultante do desmembramento do índice de transparência na revisão 2026 do Plano Estratégico 2021-2026

⁵ s/m - sem meta pois o relatório ainda não foi implementado

⁶ s/m – sem meta pois o mapeamento do fluxo está em andamento, para que seja possível a extração dos relatórios

⁷ Indicador incluído na revisão 2025 do Plano Estratégico 2021-2026

⁸ s/m

⁹ s/m - sem meta pois as ações do TJPE não estão estruturadas como projetos

4. Informações Orçamentárias e Financeiras

Resultados - Físicos e Financeiros - obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA 2025

Programa/Ações/ Subação		Dotação autorizada (R\$)	Despesa liquidada (R\$)	% C/B	Produto	Meta física prevista	Meta física realizada	Comentários	Indicador do programa
1. PROGRAMA - 0577 - EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL									
1.1	Ação: 4428 - Aperfeiçoamento das Atividades da Prestação Jurisdicional / Subação: A585 - Aperfeiçoamento das atividades da prestação jurisdicional dos Juizados Especiais	1.150.000,00	41.786,00	3,63%	Processo Julgado	140.000	144.677	- Mutirão de Antecipação de Audiências dos juizados - Mutirão Eletrônico de Sentenças dos juizados - Juizados Especiais Itinerantes Para Grandes Eventos - JESPJAM 2025: (Re) construindo o futuro em redes	Número de Processos Julgados
1.2	Ação: 4428 - Aperfeiçoamento das Atividades da Prestação Jurisdicional / Subação: A586 - Aperfeiçoamento das atividades da prestação jurisdicional do 1º e 2º graus	7.650.000,00	4.085.068,00	53,40%	Processo Julgado	490.000	608.164	- Digitalização do Acervo físico - Programa de Qualificação de Dados (CENJUD) - Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Processual – SIMAP - Central de Agilização Processual Estadual - GePro - Gabinetes Numerados - Otimiza PE	Número de Processos Julgados

5. Governança

O exercício de 2025 consolidou a Governança de Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco como um dos principais vetores de modernização institucional, estruturado a partir da qualificação das bases informacionais e da otimização de processos judiciais e administrativos.

As ações implementadas ao longo do período refletiram um modelo de gestão orientado por dados, com foco na melhoria da confiabilidade das informações, no aumento da eficiência operacional e no alinhamento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Como resultado, observou-se avanço significativo na maturidade institucional e na capacidade de tomada de decisão baseada em evidências.

Nesse contexto, destaca-se a evolução expressiva no desempenho do Tribunal no Prêmio CNJ de Qualidade, com o melhor resultado histórico, alcançando 78,62% de aproveitamento. Houve evidências claras de amadurecimento nos eixos avaliativos, especialmente em Dados e Tecnologia e Transparência, ambos com desempenho máximo.

Paralelamente, verificou-se a consolidação de práticas de governança e a identificação de desafios estratégicos relacionados à produtividade e à estrutura de gestão, os quais passam a orientar o planejamento institucional futuro.

A atuação da Governança de Dados também se evidenciou na implantação e qualificação de sistemas e processos. Destacam-se, nesse aspecto, as parametrizações do SICOR e os estudos técnicos relacionados ao GPJ, que contribuíram para maior estabilidade sistêmica, melhoria na geração de relatórios gerenciais e fortalecimento da integração entre áreas.

No âmbito da qualidade da informação, o Programa de Qualificação de Dados alcançou 98% de conformidade nas bases do DataJud. Esse resultado supera parâmetros nacionais e eleva o padrão das informações institucionais.

No campo da transparência, o TJPE atingiu posição de liderança nacional, com cumprimento integral dos critérios estabelecidos pelo CNJ e pela Atricon. A modernização do Portal da Transparência e a manutenção de indicadores máximos reforçam o compromisso institucional com a prestação de contas, a acessibilidade da informação e o controle social. Os resultados operacionais também foram expressivos.

Destacam-se a atuação da Central de Agilização Processual e dos Núcleos 4.0, que promoveram ganhos relevantes de produtividade e celeridade. Além disso, houve o cumprimento integral das Metas Nacionais do CNJ, todas superadas com índices superiores a 100%.

Iniciativas como o programa Gestores em Foco e o CGJ em Ação ampliaram a cultura de dados e o engajamento institucional, promovendo capacitação, monitoramento contínuo e melhoria da prestação jurisdicional.

Complementarmente, avanços relevantes foram registrados nas áreas de acessibilidade, sustentabilidade e inovação. Destacam-se a implementação de políticas inclusivas, o fortalecimento da governança ambiental e o desenvolvimento de projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Essas iniciativas reforçam o compromisso institucional com equidade, responsabilidade socioambiental e atendimento qualificado ao cidadão.

Assim, os resultados alcançados em 2025 evidenciam uma gestão pública orientada à excelência, sustentada por dados, inovação e planejamento estratégico.

A Governança de Dados consolida-se como elemento central na transformação institucional do TJPE, estabelecendo bases consistentes para a continuidade do aprimoramento nos próximos ciclos.

5.1. Governança, gestão de riscos e controles internos — SAD

A Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça de Pernambuco estruturou, ao longo de 2025 e início de 2026, um conjunto integrado de ações voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos nas contratações públicas.

Tal atuação evidencia elevado grau de maturidade institucional e alinhamento às disposições da Lei nº 14.133/2021.

Esse processo ultrapassou a simples adequação normativa. Envolveu uma reengenharia dos fluxos administrativos, com foco na mitigação de vulnerabilidades, aumento da vantajosidade das aquisições e consolidação de práticas baseadas em legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e transparência.

Nesse contexto, a Secretaria de Administração passou a atuar de forma estratégica na coordenação do ciclo das contratações públicas.

Assumiu o papel de elo integrador entre unidades demandantes, áreas técnicas, planejamento, orçamento, assessoria jurídica e setores de licitações e contratos.

Como resultado, houve maior padronização, coerência e rastreabilidade das decisões administrativas. Essa atuação contribuiu para a redução de riscos jurídicos, operacionais e orçamentários, além de evitar processos com instrução insuficiente e prevenir a descontinuidade de serviços essenciais.

No campo da governança, destacou-se o fortalecimento do Plano de Contratações Anual (PCA). O instrumento passou a ser utilizado de forma mais estratégica para organização e priorização das demandas. A Secretaria intensificou o monitoramento da aderência das contratações ao PCA, exigindo justificativas para alterações ou inclusões supervenientes. Essa prática reduziu riscos como contratações intempestivas, fracionamento indevido e ausência de previsão orçamentária, além de ampliar o alinhamento com o planejamento institucional.

Outro eixo relevante foi o investimento em capacitação. No âmbito do Contrato nº 138/2025, foram realizadas 10 trilhas formativas, totalizando 240 horas e envolvendo cerca de 300 servidores de diversas áreas do Tribunal. Essa iniciativa contribuiu para a padronização de procedimentos, melhoria da instrução processual e maior segurança jurídica nas contratações.

No que se refere à gestão de riscos, foi adotada abordagem estruturada e preventiva, abrangendo todas as etapas do processo de contratação. Destaca-se o aprimoramento da pesquisa de preços, com maior rigor metodológico, uso de fontes idôneas e análise crítica dos dados. Como resultado, houve redução de riscos de sobrepreço, estimativas inadequadas e contratações incompatíveis com o mercado.

Também foram implementados mecanismos de controle da tramitação processual e monitoramento de prazos. Essas medidas ampliaram a visibilidade da carteira de processos, permitindo a identificação de gargalos e a adoção de ações preventivas. O controle de vencimentos

contratuais, por sua vez, contribuiu para evitar descontinuidade de serviços e contratações emergenciais.

No âmbito dos controles internos, houve fortalecimento da fase preparatória das contratações. Foram intensificadas as análises de documentos como DFD, ETP, Termo de Referência e mapa de riscos. Processos com inconsistências passaram a ser devolvidos para ajustes, aumentando a qualidade da instrução e reduzindo retrabalho.

Outro avanço foi a consolidação da segregação de funções ao longo de todo o ciclo de contratação. As responsabilidades permanecem distribuídas entre diferentes unidades, em consonância com o modelo de três linhas de defesa.

No campo da transparência, foram ampliadas as práticas de divulgação das contratações públicas. Destaca-se a publicação do PCA, contratos, atas e relatórios nos canais oficiais, incluindo PNCP e Portal da Transparência. Essas medidas fortalecem a rastreabilidade, o controle social e a conformidade com os órgãos de controle.

Em síntese, as ações implementadas consolidam um ambiente de governança estruturada, gestão de riscos sistematizada e controles internos robustos.

Os resultados refletem maior segurança jurídica, eficiência administrativa e alinhamento aos requisitos do Levantamento Nacional da Transparência Pública 2026. As medidas adotadas ou fortalecidas pela SAD em 2025 podem ser sintetizadas nos seguintes eixos estratégicos:

Eixo estratégico	Medida adotada	Risco mitigado
Planejamento	Acompanhamento da aderência das demandas ao PCA	Contratações intempestivas, sem previsão ou desalinhadas ao planejamento
Fase preparatória	Revisão de DFD, ETP, TR, Mapa de Riscos, pesquisa de preços e justificativas	Instrução insuficiente, objeto mal definido e fragilidade documental
Pesquisa de preços	Análise da metodologia, fontes e compatibilidade dos valores estimados	Sobrepçoço, preços inexequíveis e contratações antieconômicas
Tramitação processual	Controle gerencial dos processos e identificação de gargalos	Paralisação indevida, perda de prazos e baixa previsibilidade
Contratos continuados	Acompanhamento de vencimentos e processos sensíveis	Descontinuidade de serviços essenciais e emergências evitáveis
Segregação de funções	Distribuição de responsabilidades entre unidades e agentes distintos	Concentração decisória e fragilidade de controle
Transparência	Publicação do PCA, alimentação do PNCP, Portal da Transparência do TJPE, Remessa /TCE-PE	Ausência, inconsistência ou desatualização das informações públicas
Prestação de contas	Alimentação dos sistemas com atas de registro de preços, contratos, aditivos, termos de quitação e instrumentos correlatos	Fragilidade na rastreabilidade e no atendimento aos órgãos de controle

5.2. Governança, gestão de riscos e controles internos — SETIC

A governança, a gestão de riscos e os controles internos na área de tecnologia da informação do TJPE vêm sendo progressivamente estruturados ao longo dos últimos anos. Inicialmente, o foco esteve concentrado na segurança da informação, evoluindo posteriormente para um modelo mais abrangente e alinhado às diretrizes institucionais.

Entre 2012 e 2020, foram implementadas iniciativas relevantes, com destaque para a adoção do Risk Manager da Módulo Security. A ferramenta foi utilizada para automatizar o ciclo completo de gestão de riscos, especialmente no contexto da segurança da informação.

A contratação incluiu suporte técnico, capacitação baseada em normas internacionais e serviços de consultoria. Isso viabilizou a realização de ciclos de gestão de riscos aplicados tanto a situações específicas, como migração de storages, quanto a cenários mais amplos, como indisponibilidade de serviços críticos.

Nesse período, também houve definição clara de papéis institucionais. A equipe de segurança ficou responsável pelo levantamento e análise dos riscos, a gestão da SETIC pela tomada de decisão, e as equipes operacionais pela execução dos planos de tratamento.

Paralelamente, foram registrados avanços normativos, como a Política de Segurança da Informação (Resolução nº 349/2013) e a Instrução de Serviço nº 001/2017. Também houve ações de capacitação interna, fortalecendo a cultura de governança e controles.

A partir de 2020, houve mudança de foco em razão de fatores como a pandemia de COVID-19, baixa maturidade em alguns escopos e aumento de incidentes cibernéticos. Nesse contexto, adotou-se abordagem mais operacional, com monitoramento de riscos por meio de ferramentas específicas, como XDR e plataformas de conscientização.

Com a reestruturação da SETIC e a estabilização das atividades, observa-se, a partir de 2025, a retomada de uma abordagem mais estruturada e integrada. Entre as iniciativas em andamento, destaca-se a contratação de solução corporativa integrada para gestão de riscos, privacidade e conformidade.

A plataforma permitirá automação de avaliações, inventário de dados, monitoramento contínuo e geração de informações gerenciais. Associado a isso, está sendo implantado um processo estruturado de gestão de riscos e privacidade, incluindo identificação de ameaças, definição de planos de tratamento e relatórios gerenciais.

Outro avanço relevante foi a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de TIC. O documento estabelece diretrizes, responsabilidades e metodologias para o gerenciamento de riscos, com aplicação transversal e revisão anual.

Esse instrumento fortalece a governança, melhora a eficiência operacional e contribui para a conformidade com a LGPD e diretrizes do CNJ. No campo da capacitação, destaca-se a contratação de treinamento estruturado em governança, riscos e continuidade de negócios.

A iniciativa possui caráter institucional e envolve diversas unidades do Tribunal, ampliando a cultura de gestão de riscos. Como resultado, a SETIC evolui de um modelo pontual para uma abordagem integrada, estruturada e orientada à governança, riscos e conformidade.

Esse movimento fortalece os controles internos e amplia a capacidade de apoio à tomada de decisão institucional.

5.3. Governança, gestão de riscos e controles internos — SAI

A governança, a gestão de riscos e os controles internos na área Secretaria de Auditoria Interna, órgão auxiliar do TJPE, segue o padrão de auditoria adotado pelo Conselho Nacional de Justiça no sistema SIAU-JUD e atua na 3ª linha à luz do modelo instituído pelo IIA (The Institute of Internal Auditors ou Instituto dos Auditores Internos).

A SAI exerce atividades de avaliação e consultoria atuando de forma a agregar valor com vista a proteger e melhorar as operações organizacionais contribuindo para o alcance dos seus fins institucionais. No exercício de suas atividades opera com independência e de forma técnica e objetiva. Ainda contribui auxiliando a governança institucional com atuação em atividades mandatórias e de gestão.

As atividades desenvolvidas pelas SAI, através do seu corpo técnico, estão compreendidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAA), instrumento que estabelece e norteia as avaliações e consultorias a serem realizadas, trabalhando para identificar, mapear e registrar os riscos de forma a contribuir com os controles mitigatórios, e ações de tratamento, visando fortalecer a governança institucional, aprimorar os controles internos e contribuir para a melhoria contínua da gestão pública. Realiza também análises mandatórias ou por exigência de instâncias da Alta Administração, monitoramentos e atividades de gestão.

Com o fim do exercício calendário e com o cumprimento do PAA, no primeiro semestre do ano seguinte, é apresentado o RAIINT – Relatório Anual de Auditoria Interna, onde se apresentam os resultados obtidos no ano anterior.

Para desempenhar o seu papel, a SAI/TJPE é composta por um secretário, um secretário adjunto, cinco servidores efetivos e um estagiário. Está constituída por seis núcleos denominados: núcleo de auditoria de pessoal (gestão de pessoas), núcleo de auditoria em tecnologia da informação e da comunicação, núcleo de auditoria em licitações, contratos e convênios, núcleo de auditoria em obras e serviços de engenharia, núcleo de auditoria de governança institucional, gestão e prestação de contas e o núcleo de auditoria contábil, financeira e patrimonial.

No biênio 2023/2025 foram previstas as seguintes avaliações: Identidade Eletrônica e Controle de Acessos, Auditoria nos Convênios e Execuções Fiscais, Indicadores do Plano de Logística Sustentável, Distribuição da Força de Trabalho no TJPE, Diagnóstico do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) - aplicação da política de governança nas contratações públicas nos contratos do TJPE, e Ação Coordenada de Auditoria do CNJ sobre Destinação dos Recursos Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores.

AVALIAÇÕES	STATUS
Saúde e Bem-estar dos Servidores no primeiro grau de jurisdição do TJPE	Concluída
Auditoria nos Convênios e Execuções Fiscais	Concluída
Política nacional de incentivo à participação institucional feminina – Ação Coordenada de Auditoria do CNJ	Concluída
Gestão de identidade eletrônica e controle de acessos	Concluída

Distribuição da Força de Trabalho no TJPE – concluída a fase de planejamento	Concluída parcialmente – em fase de execução
Indicadores do Plano de Logística Sustentável	Parcialmente concluída - em fase de execução
Diagnóstico do PNPC	Não realizada, em razão da vacância prolongada do Núcleo de Governança.
Aplicação da Política de Governança nas Contratações Públicas nos contratos do TJPE	Não realizada, em razão de movimentação funcional na equipe e sobrecarga decorrente da vacância do Núcleo de Governança.
Destinação dos Recursos Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores - Ação Coordenada de Auditoria do CNJ	Concluída

No contexto do PAA /2025, foram contempladas três atividades mandatórias: análise da completude documental da prestação de contas de gestão ao TCE-PE; verificação do cálculo do percentual da despesa de pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), para efeitos de assinatura; e o monitoramento sistemático do Portal da Transparência.

No âmbito das atividades de gestão, realizou integralmente a elaboração do Plano Anual de Auditoria para 2026, do Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud), do Relatório Anual de Atividades da SAI, do monitoramento do cumprimento do plano de trabalho da unidade e da atualização do conteúdo da SAI no site do TJPE ainda em construção na Intranet.

Permanecem em execução o mapeamento dos macroprocessos e processos da SAI e a instituição do Programa de Qualidade de Auditoria esperando sua implementação formal, encontra-se em fase de revisão para posterior envio à Presidência.

De forma geral a SAI conseguiu realizar relevantes ações típicas de auditoria e de atividades mandatórias.

Ainda no âmbito da gestão, foi atualizada o Estatuto da Auditoria Interna – Res. 563/2025 e os demais instrumentos normativos como o regulamento e o manual de procedimentos encontra-se em fase de atualização.

5.4. Transparência

No exercício 2025, foi concluído o projeto de Reformulação do Portal da Transparência do TJPE, visando garantir o monitoramento contínuo e sistemático das ações voltadas à transparência pública deste Tribunal, assegurando a conformidade das informações, publicações e serviços divulgados no Portal da Transparência com os requisitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O desenvolvimento das ações pode ser mensurado em duas avaliações nacionais:

- 1) O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ, no qual são avaliados todos os portais da transparência dos órgãos do Poder Judiciário; e
- 2) O Levantamento Nacional da Transparência Pública, que é um Projeto do Programa Nacional da Transparência Pública (PNTP) que envolve, de forma coordenada, todos os Tribunais de Contas do

país, com a finalidade de diagnosticar a transparência pública no Brasil, conforme metodologia estabelecida pela Atricon.

Como resultado de força-tarefa realizada para padronizar os requisitos definidos por essas entidades, com o intuito de atender aos mais altos padrões de transparência e governança, aprimorando a comunicação e acessibilidade das informações divulgadas, efetivou-se uma reformulação do Portal da Transparência com as seguintes ações:

- Criação de 30 novos relatórios de consulta; e
- Estabelecimento de um fluxo eficaz de monitoramento.

Em 2025, houve a continuidade das ações de monitoramento sistemático e aperfeiçoamento de relatórios e consultas, visando a consolidação dos resultados, que se refletiram no atendimento de 100% dos critérios avaliados pelo CNJ e pela Atricon.

Resultados:

- 100% na 8ª edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo um dos quatro tribunais da justiça estadual a alcançar esse indicador no ano de 2025; e
- 100% no Levantamento Nacional da Transparência Pública - 2025, com a respectiva atribuição do SELO DIAMANTE para o tribunal que é destaque em transparência a nível nacional;

Salienta-se que o índice nacional fez 66,60%, de acordo com a avaliação de 10.072 portais de transparência nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), incluídos também os Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Tribunais de Contas de todo o país.

Em síntese, observa-se que o TJPE buscou consolidar em 2025 um modelo de governança baseado na integração entre planejamento, gestão de riscos, controles internos e transparência. As iniciativas implementadas demonstram avanço na maturidade institucional, promovendo maior segurança jurídica, eficiência administrativa, rastreabilidade e conformidade, além de fortalecer a cultura de controle e gestão orientada a resultados. Esse conjunto de práticas contribui para o aprimoramento da tomada de decisão e para a eficácia das ações institucionais, em consonância com os princípios da boa governança pública.

CONTROLE DE REVISÕES

Relatório de Desempenho da Gestão 2025

1. Histórico de Revisões

Revisão	Versão	Data	Elaborado por	Descrição Geral
01	-	Mai/2026	Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPLAN)	Atualização para atendimento aos requisitos da Cartilha ATRICON 2026, de abril/2026.